

RELATÓRIO FINAL DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA Nº 31/2024

DATA DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA: **13/08/2024**

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: **Ana Paula Souza Viana**

(X) TITULAR () SUBSTITUTO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA: **1ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros**

DISTRITO(S): Não há

1) DADOS PESSOAIS E FUNCIONAIS

1.1 Data do ingresso na carreira	15/09/2003
1.2 Data de designação/lotação na Promotoria de Justiça	ATO de 29 de setembro de 2014
1.3 Atribuições	<p><u>Judiciais</u>: 1ª Vara Cível e Criminal de Barra dos Coqueiros</p> <p><u>Extrajudiciais</u>: Nos termos da Resolução nº 016/2014, atuar nas áreas relativas ao Controle e Fiscalização do Terceiro Setor; ao Patrimônio Público e à Previdência Pública; à Defesa da Ordem Tributária; ao Meio Ambiente Natural, Artificial e Cultural; aos Direitos do Consumidor e Fiscalização dos Serviços de Relevância Pública; aos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência; à Proteção dos Direitos da Mulher e ao Controle Externo da Atividade Policial – atribuições desempenhadas até 10/07/2024.</p> <p>Após a publicação da Resolução nº 011/2024, de 25/04/2024, e a partir da instalação da 3ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros em 11/07/2024, atuar nas áreas relativas ao Controle e Fiscalização do Terceiro Setor, ao Meio Ambiente Natural, Artificial e Cultural, aos Direitos do Consumidor e Fiscalização dos Serviços de Relevância Pública, à tutela do direito à privacidade e proteção dos dados pessoais, aos Direitos dos Idosos e da Pessoa com Deficiência e à Proteção dos Direitos da Mulher – atribuições desempenhadas a partir de 11/07/2024.</p>
1.4 Exerce atribuições como Promotor Eleitoral	Sim () Não (X)
1.5 Designado(a) para cumular suas atribuições em outra unidade do MP, nos últimos seis meses	Sim (X) Não () Em que unidade? 2ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros Qual o período/dias da semana? 19/03/2024 a 05/04/2024 1ª Promotoria de Justiça de Itaporanga D'Ajuda Qual o período/dias da semana? 16/07/2024 a 20/07/2024. Em que unidade? Promotoria de Justiça de Maruim. Qual o período/dias da semana? 01/08/2024 a 04/08/2024. 1ª e 2ª Promotorias de Justiça Criminal Lagarto Qual o período/dias da semana? 21/03/2024


MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1.6 Recebeu colaboração de membro ou de órgão de execução nos últimos seis meses Recebeu colaboração, auxílio, mutirão ou qualquer outro tipo de apoio institucional à sua atuação ministerial, nos últimos 365 dias de efetivo exercício funcional?	Sim () Qual? _____ Especificar: Não (X) Sim (x) CAOP Patrimônio Público – emissão de nota técnica; CAOP Segurança Pública – pesquisa de dados para localização de partes; Divisão de Perícia Contábil – realização de Análise Técnica. Não ()
1.7 Reside na Unidade de lotação	() Sim (X) Não
1.8 Endereço Residencial	Avenida Franklin de Campos Sobral, nº 1630, apto 202-A, Edifício Mercure, bairro Grageru, Aracaju/SE.
1.9 Autorizado(a) a residir fora da Comarca	Sim (x) Portaria de Autorização nº: 158/2008 Data: 18/02/2008 Não ()
1.9.1 Especifique a regularidade de comparecimento à sede da(s) promotoria(s) de justiça	Semanalmente em dias úteis de audiências judiciais ou quando necessário para realização de outros atos.
1.10 Exerce o Magistério	Sim () Não (X) Dados do Estabelecimento e carga horária:
1.11 Férias/Licenças/Afastamentos do último ano	Período de férias do último ano: 01/09/2023 a 30/09/2023; e 08/01/2024 a 06/02/2024 Período de outros afastamentos do último ano: Licença Prêmio – 01/08/2023 a 30/08/2023.

1.12 Observações da Corregedoria Geral

Destaque-se a necessidade da Promotora de Justiça comunicar as férias à Corregedoria Geral, conforme disposto no art. 104, da Lei Complementar nº 02/90.

2) DADOS DA PROMOTORIA

2.1 Servidores	Nome: Saulo dos Santos Lopes Cruz Cargo: Efetivo – analista ministerial, matrícula 1654 Nome: Margarida Alves Brandão Cargo: Efetivo – técnica ministerial, matrícula 2100 Nome: Vanessa Milet Alves
-----------------------	--


MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	<p>Cargo: Comissionado – Assessor de Promotor de Justiça, matrícula 2445</p> <p>Nome: Lara Maria Costa Dias Vilanova Silveira Cargo: Estagiário Pós-Graduação, 91366</p> <p>Nome: Odilon Tertuliano de Menezes Cargo: Requisitado – 3º Sargento, 2118 (atividade desempenhada: Oficial de Promotoria)</p>
2.2 A estrutura de apoio é	<p>() Satisfatória (X) Insuficiente</p> <p>Observações: Necessidade de lotação de + 01 analista e/ou assessor de promotor de justiça, diante da elevada quantidade de processos judiciais recebidos mensalmente oriundos da 1ª Vara Cível e Criminal de Barra dos Coqueiros, bem assim, a alta demanda de procedimentos extrajudiciais registrados no sistema Proej.</p>
2.3 As instalações da Promotoria são adequadas e satisfatórias	<p>Sim () Não (X)</p> <p>Observações: Não há mesas suficientes e sala individual para os servidores da 1ª Promotoria. Os servidores da 1ª e 2ª Promotoria dividem o mesmo espaço físico. Ressalte-se ainda que servidores da 3ª Promotoria estão usando a estrutura física da assessoria da 1ª e 2ª Promotorias.</p>
2.4 Horário de Funcionamento da unidade	07h às 14h.
2.5 Dias/Horário de atendimento ao público. Há regulamentação? Especifique.	Segunda a Sexta-feira, das 08:00h às 14:00h (horário de funcionamento do fórum).
2.6 O atendimento ao público também é realizado por intermédio de quais meios?	<p>(X) telefone (X) e-mail institucional</p>
2.7 Quantitativo médio de atendimento ao público semanal	10 – 15 pessoas
2.8 Há registro dos atendimentos realizados ao público externo (partes/advogados/comunidade)	<p>Sim () Não (X)</p> <p>Os atendimentos verbais não são documentados, salvo quando dão origem à instauração de Notícia de Fato (ou PA), colhendo-se termo de declarações.</p>
2.9 Dias de realização de audiências judiciais	<p>Terça a quinta-feira, em regra. Sexta, algumas do mês</p>
2.10 A internet está funcionando a contento	<p>Sim (X) Não ()</p> <p>Observações:</p>
2.11 Como é realizado o acompanhamento das ações ajuizadas	<p>(X) Quando do recebimento dos autos para manifestação (X) Outra forma de controle. Qual? Mediante consulta ao Sistema Processual do TJSE por provocação das partes.</p>
2.12 Forma de controle de recebimento e devolução de processos eleitorais	Não há atribuição eleitoral


MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.13 Livros/Pastas (físicas ou eletrônicas) existentes na Promotoria	<p>(X) Ofícios recebidos. (X) Ofícios expedidos. (X) Atos, avisos, instruções normativas, recomendações, portarias e outros normativos do Conselho Nacional do Ministério Público, Procuradoria-Geral de Justiça, Corregedoria#Geral e Coordenadoria-Geral. (X) Portarias de Procedimento Administrativo Preparatório e Inquérito Civil instaurados. () Controle de atendimento ao público. (X) TAC's homologados. () Guias do Sistema Arquimedes. () Autos de Prisão em Flagrante. (X) Peças Processuais elaboradas na Promotoria. () Eleitoral. (X) Livro de carga/protocolo. cópia de preenchimento dos formulários – sistemas do MP e CNMP (X) Visitas a Delegacias () CITT () Visitas a entidades de acolhimento de crianças e/ou idosos () Visitas a Presídios () Visitas a unidades socioeducativas (X) Outros. Especificar: Termo de declarações, termo de audiência extrajudiciais, documentos e GED.</p>
2.14 Equipamentos existentes na Promotoria	<p>(05) quantidade de computadores (02) quantidade de impressoras (01) quantidade de <i>scanners</i> (X) outros equipamentos. Especificar: notebook do Membro.</p>
2.15 Os Servidores estão aptos a operar os Sistemas do MP/SE e CNMP	<p>PROEJ: Sim (X) Não () MPJUD: Sim (X) Não () SEEU: Sim (X) Não () SCP (TJSE): Sim (X) Não () CITT: Sim (X) Não () IDEPOL: Sim () Não (X)</p>
2.16 A Promotoria, em sua atuação, observa as nomenclaturas e terminologias presentes nas tabelas taxonômicas do CNMP	<p>(X) Sim () Não</p>
2.17 A Promotoria, em sua atuação, está cumprindo a sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso “Favela Nova Brasília”	<p>(X) Sim () Não () Sem atribuição criminal específica</p>

2.18 Observações da Corregedoria-Geral

No formulário de Correição Ordinária, a Promotora de Justiça registrou que a estrutura de apoio é insuficiente, diante da elevada quantidade de processos judiciais recebidos mensalmente oriundos da 1ª Vara Cível e Criminal de Barra dos Coqueiros e da alta demanda de procedimentos extrajudiciais registrados no sistema Proej. Destacou, ainda, que as instalações da Promotoria de Justiça são inadequadas e insatisfatórias, tendo em vista que não há mesas suficientes e sala individual para os servidores da 1ª Promotoria. Os servidores da 1ª e 2ª Promotoria dividem o mesmo espaço físico. Ressaltou que os servidores da 3ª Promotoria estão usando a estrutura física da assessoria da 1ª e 2ª Promotorias.

Considerando que falece atribuição à Corregedoria Geral, para decidir sobre lotação de servidor e reformas prediais, o presente relatório foi encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça, para conhecimento e adoção das providências que entender pertinentes (GED nº 20.27.0249.0000437/2024-18).

3) DADOS GERAIS DA COMARCA

Existe Juiz Titular na Comarca	(X) Sim () Não
Existe Defensor Público na Comarca	(X) Sim () Não
Existe Delegado de Polícia na Comarca	(X) Sim () Não
Como é feito o atendimento de diligências pela Autoridade Policial	(X) Satisfatório () Insatisfatório Observações:
Existe um bom relacionamento com as demais Autoridades da Comarca	(X) Sim () Não Observações:

4) ATUAÇÃO JUDICIAL

Local	TABELA 01 (Certidão cartorária – Anexo 02)		
	Quantidade de processos com carga/vistas ao MP	Quantidade de processos com carga/vista ao MP, há mais de 30 dias no gabinete ministerial	Quantidade de processos em trâmite na Vara
1ª Vara Cível e Criminal da Comarca de Barra dos Coqueiros	68 (intimação eletrônica)	0	4504

Local	TABELA 02 – processos criminais (Certidão cartorária – Anexo 02)		
	Quantidade de processos com réus presos	Quantidade de Ações penais do Tribunal do Júri em andamento	Quantidade de sessões do Júri realizadas no último ano antes da correição
1ª Vara Cível e Criminal da Comarca de Barra dos Coqueiros	17	49	06

Local	TABELA 03 – inquéritos policiais/processos remetidos (Certidão cartorária)	
	Quantidade de Inquéritos/processos remetidos ao MP	Quantidade de Inquéritos/processos remetidos ao MP há mais de 30 dias
1ª Vara Cível e Criminal da Comarca de Barra dos Coqueiros	18	0

TABELA 04 – Inquéritos policiais remetidos há mais de 30 dias		
Número do Processo	Data da remessa ao MP	Data do último movimento
-	-	-

OBS: SESSÕES DE JÚRI - No período de 01 (um) ano antes da correição (agosto/2023 a agosto/2024), foram realizados 06 (seis) sessões do júri, sendo que 04 (quatro) deles foram realizados por outros Membros, em virtude de férias e

afastamentos deste Membro correicionado (processos nº 202190000346 – em 17/04/2024; 201590002629 – em 21/03/2024; nº 199990020079 – em 14/09/2023 e nº 201590000932 – em 17/08/2023).

No início do ano de 2024, a presente Promotora sofreu dois traumas lesivos na coluna vertebral, que a impossibilitaram de realizar sessões plenárias entre os meses de fevereiro/2024 a maio/2024.

	TABELA 05 (Relatório Gerencial do MPJUD)		
	Quantidade de processos recebidos no último ano antes da correição	Quantidade de processos devolvidos no último ano antes da correição	Média processual mensal
Dados Estatísticos	3641	3680	307

TABELA 06 (Relatório Gerencial do MPJUD)	
Movimentos por Promotor/Período	Quantidade
1. Ajuizamento de Ação	
1.1 – Denúncia (920014)	87
1.2 – Petição Inicial (920013)	-
1.3 Representação por Ato Infracional (920017)	01
-----Morte do Agente (920483, 920484)	01
2 – Alegações Finais – Memoriais (920200)	73
3 – Ciência (920134, 920197)	933
4 – Manifestação (920198)	1946
5 – Recomendação (920068)	-
6 – Recurso	
6.1 – Razões (920213)	30
6.2 – Contrarrazões/Contraminuta (920232)	33
6.3 – Interposição de Recursos (920212)	02
7 – Arquivamento com Remessa ao Poder Judiciário (920092)	
7.1 – Ausência/Insuficiência de Provas (920268, 920269)	01
7.2 – Desconhecimento do autor (920101, 920094)	01
7.3 – Inexistência de Crime (920102, 920095)	38
8 – Audiências Judiciais (920062)	578
8.1 – Alegações Finais Orais (920201)	03

8.2 – Manifestação Oral (920198)	09
8.3 – Proposta de Transação Penal (920124)	01
8.4 – Termo de Acordo de Não Persecução Penal (920482)	03
9 – Sessões do Tribunal do Júri (920203)	02
10 – Encaminhamento (920025 + 920026 + 920007)	04
11 – Outros	145
TOTAL	3891

4.1) ATUAÇÃO JUDICIAL E ORGANIZAÇÃO DA ATUAÇÃO MINISTERIAL

4.1.1) Existe alguma linha de atuação prioritária na Promotoria de Justiça?

Resposta:

(X) SIM. Especificar: 1) Prioridade direcionada aos processos de réus presos, violência doméstica, alimentos e demais prioridades definidas em lei; 2) Prioridade no controle dos prazos peremptórios dos processos na caixa de intimação eletrônica (cor azul), mesmo antes de concretizada a intimação; 3) Prioridade quando postulada pelas partes ou pelos órgãos de controle da Administração Superior do Ministério Público.

() NÃO

4.1.2) A prioridade está regulamentada em ato ministerial e/ou Plano de Atuação Prioritária?

Resposta:

() SIM

(X) NÃO

Nota: em caso positivo, anexar cópia do ato regulamentador, relatório, print ou outra forma de demonstração do funcionamento da classificação de prioridade no órgão, caso existente(s).

4.1.3) Em que consiste a prioridade dada e quais os seus reflexos, nas rotinas da Promotoria de Justiça?

Resposta: Prioridade para lançar a manifestação ministerial com brevidade, até mesmo antes de expirado o prazo fixado no sistema processual, em processos de réus presos, violência doméstica, alimentos e demais prioridades definidas por lei. Prioridade também na identificação dos prazos peremptórios de processos na caixa da intimação eletrônica (cor azul – MPJUD). Reflexos positivos para a eficiência dos pronunciamentos ministeriais a tempo, quando inúmeras vezes os prazos peremptórios são fixados no sistema de forma errônea pelos servidores do cartório.

() Prejudicado

4.1.4) Há projetos, iniciativas, ações ou metas destinados ao alcance das prioridades escolhidas?

Resposta:

() SIM. Especificar projetos, iniciativas, ações ou metas e em que fase se encontram:

(X) NÃO

4.1.5) A Promotoria de Justiça, de acordo com a sua área de atuação, desenvolve iniciativa(s) alinhada(s) ao Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe? Qual(is)? Descreva a(s) atividade(s).

Área de atuação	Iniciativa	Atividade/Procedimento vinculada(o)
Direitos Humanos	Não se aplica	
Educação	Não se aplica	
Infância e Adolescência	Não se aplica	
Meio Ambiente	Combate ao crônico problema de poluição sonora de “casas de eventos”;	Interlocações com os órgãos/instituições competentes para fiscalizações de rotina aos imóveis residenciais utilizados irregularmente com finalidade comercial – Procedimento Administrativo PROEJ nº 04.23.01.0082
	Regularização de Loteamentos clandestinos;	Providências visando a responsabilização do loteador e do município (inercia do poder de polícia) – Inquéritos Cíveis PROEJs nº 04.20.01.0007 e nº 04.19.01.0050.
	Processo de implantação da gestão associada de resíduos sólidos no Município de Barra dos Coqueiros.	Providências para implementação da CATRE – Cooperativa de Agentes no Trabalho da Reciclagem – Procedimento Administrativo PROEJ nº 04.22.01.0012.
	Fiscalização das políticas públicas sobre escoamento e drenagem pluvial no Município da Barra dos Coqueiros/SE	Acompanhamento das políticas públicas relacionadas ao saneamento básico e a drenagem pluvial no município da Barra dos Coqueiros, tendo em vista que carecem de acompanhamento perene pelo órgão ministerial – Procedimento Administrativo PROEJ nº 04.22.01.0008.


MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Mulher	Implementação do Conselho Municipal da Mulher	Tratativas com os atores municipais visando a reativação do referido conselho municipal da mulher – MPExtra PA nº 20240212500000013, bem como da efetiva inclusão no currículo escolar da disciplina Noções básicas sobre a Lei Maria da Penha
Rio São Francisco	Não se aplica	
Saúde	Não se aplica	
Segurança Pública	Implementação das orientações e recomendações feitas pelo CNMP durante Correição Extraordinária no ano de 2021.	Dentre as Recomendações está a de que até a implantação de sistema eletrônico de acompanhamento dos prazos legais e de tramitação de IP e ações penais pela Administração Superior se providencie, em suas promotorias, o correspondente controle manual, físico ou eletrônico, de modo que os feitos investigativos e persecutórios relativos a CVLI sejam processados de forma eficaz – Procedimento Administrativo PROEJ nº 04.21.01.0076.
Terceiro Setor	Apuração de irregularidades no Termo de Fomento realizado com o FALCON FUTEBOL CLUBE	Continuidade de apuração dos fatos relacionados ao Termo de Fomento quanto à possível prática de ato de improbidade administrativa, (após o ajuizamento de Ação Civil Pública no Inquérito Civil PROEJ nº 04.23.01.0003) – Inquérito Civil PROEJ nº 04.23.01.0079 (em curso).

4.1.6) Desde a sua última correição, obteve título(s) judicial(is) de destaque para a comarca (decisão interlocutória/sentença/acórdão) e/ou execução de título judicial com resultado(s) socialmente relevante(s) (considerando-se, para tal fim, a natureza do direito protegido, com especial prestígio aos direitos fundamentais, e o número de beneficiários da atuação institucional)? Algum(ns) resultado(s) foi(ram) decorrente(s) do PAP?

Resposta:

(X) SIM. Especificar por área de atribuição:

- Criminal: decisão de pronúncia de todos os 07 réus acusados de homicídio de um líder de movimento sindical local **(processo nº 201890001139)**;

- Meio Ambiente: decisão interlocutória concedendo parcialmente tutela antecipada determinando o mapeamento de todos os cemitérios existentes na municipalidade e inicialização de processo de licenciamento ambiental dos cemitérios existentes **(processo nº 202390003089)**;

- Patrimônio Público: Decretação de indisponibilidade dos bens dos acionados nos autos da Ação Civil Pública cujo objeto foi a irregularidade no Pregão Presencial nº 014/2014

para aquisição de fardamento esportivo pela Secretaria de Ação Social do Município de Barra dos Coqueiros (**processo nº 202190001421**).

() NÃO

Nota: em caso positivo, anexar cópia de documento(s) demonstrativo(s) do(s) resultado(s) obtido(s).

4.1.7) Há destaque para experiência inovadora (apenas práticas não tradicionais de atuação, como petição com tecnologias facilitadoras da exposição, formas de apresentação em audiência ou sessão, uso de métodos diferenciados em pesquisas, novos fluxos de gestão de processos, etc.)?

Resposta:

() SIM. Especificar:

(X) NÃO

Nota: em caso positivo, anexar cópia de documento(s) demonstrativo(s) da experiência inovadora.

4.1.8) Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI): homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo com resultado morte (latrocínio)

Possui atribuição em casos de CVLI?

Resposta:

(X) SIM

() NÃO

Em se tratando especificamente de Promotoria de Justiça com atuação no controle externo da atividade policial, adota algum tipo de monitoramento para que todos os casos de CVLI gerem inquérito policial, com a devida remessa ao Ministério Público no prazo legal?

Resposta:

(X) SIM. Especificar: Fiscalização quando da inspeção semestral às Delegacias locais (11ª DM e DAGV/BARRA) ou quando provocado por órgãos externos (Corregedoria, OAB, Entidades de Defesa dos Direitos Humanos etc)

() NÃO

4.2) OBSERVAÇÕES GERAIS DA PROMOTORA DE JUSTIÇA SOBRE A ATUAÇÃO JUDICIAL

A Promotora de Justiça registrou:

A atuação processual junto à 1ª Vara Cível e Criminal de Barra dos Coqueiros é sobremaneira exaustiva, com pauta extensa de audiências judiciais semanalmente, aliada ao recebimento semanal de elevado quantitativo de processos. Juris são designados em regra quinzenalmente.

Corriqueiramente, o cartório da 1ª Vara Cível e Criminal passa por “mutirões”, o que reflete na sobrecarga de processos com vistas à 1ª Promotoria de Justiça.

No início do ano em curso (2024) a presente Promotora sofreu dois traumas lesivos na coluna vertebral, que a impossibilitaram de realizar sessões plenárias até o mês de maio/2024. A partir de junho/2024, os juris foram remarcados por conta da falta de espaço físico no fórum local e impossibilidade de realização na Casa Legislativa Municipal. As sessões de juri terão reinício a partir de 28/08/2024 e até o final do ano/2024, já estão designadas 06 (seis) sessões plenárias.

Existem 08 juris prontos para realização da sessão plenária e pendentes de marcação para o ano de 2025, justamente porque sofreram remarcação neste ano de 2024.

Por fim, registro que a celeridade da atuação judicial ministerial é comprometida diante da ausência de uma ferramenta e/ou programa de degravação eficiente, capaz de transcrever de forma fidedigna a prova oral produzida em audiências judiciais especialmente criminais, já que a transcrição do sistema *teams* utilizado pelo Poder Judiciário é extremamente falha, o que leva à equipe de apoio perder horas e horas degravando a oitiva de partes produzidas no curso das instruções em juízo.

4.3) OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE ATUAÇÃO JUDICIAL – CORREGEDORIA GERAL

A Promotora de Justiça informou que possui linhas de atuação prioritária, na Promotoria de Justiça, quais sejam: processos de réus presos, violência doméstica, alimentos e demais prioridades definidas em lei; prioridade no controle dos prazos peremptórios dos processos na caixa de intimação eletrônica (cor azul), mesmo antes de concretizada a intimação; prioridade quando postulada pelas partes ou pelos órgãos de controle da Administração Superior do Ministério Público.

Destacou que a prioridade consiste em lançar a manifestação ministerial com brevidade, até mesmo antes de expirado o prazo fixado no sistema processual, em

processos de réus presos, violência doméstica, alimentos e demais prioridades definidas por lei. Prioridade também na identificação dos prazos peremptórios de processos na caixa da intimação eletrônica (cor azul – MPJUD). Reflexos positivos para a eficiência dos pronunciamentos ministeriais a tempo, quando inúmeras vezes os prazos peremptórios são fixados no sistema de forma errônea pelos servidores do cartório.

Registrou que as prioridades não estão regulamentadas em ato ministerial e/ou Plano de Atuação Prioritária.

Não há na Promotoria de Justiça projetos, iniciativas, ações ou metas, destinados ao alcance das prioridades escolhidas.

Sobre as áreas de atuação, com atribuição da Promotoria de Justiça, indicou os procedimentos vinculados com o Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe, nas seguintes áreas de atuação: Meio Ambiente; Mulher; Segurança Pública; e Terceiro Setor (item 4.1.5).

Nos termos da Recomendação nº 01, de 15 de março de 2023, da Corregedoria Nacional do Ministério Público, que busca fomentar a cultura de desenvolvimento de agendas planejadas, em consonância com a matriz estratégica do Ministério Público, com vistas a incrementar a resolutividade e a unidade institucional, a organização da atuação ministerial na seara judicial constitui importante ferramenta de incremento de resultados organizacionais.

Nesse sentido, **a Corregedoria Geral orienta** que a Promotoria de Justiça, de acordo com a sua área de atuação, analise a possibilidade de criação e de formalização da linha de atuação prioritária, de modo a perpetuar, na Unidade Ministerial, as boas práticas desenvolvidas e compartilhar com toda a Instituição, bem

como especificar de que forma as prioridades elencadas refletem nas rotinas da Promotoria de Justiça e propiciam maior eficiência na prestação do serviço público.

Ademais, no dia da Correição, verificou-se que não havia nenhum processo judicial/inquérito policial, com carga/vista, à Promotoria de Justiça, há mais de 30 dias, em gabinete, nem fora do prazo estimado para manifestação. Desse modo, os serviços judiciais encontram-se atualizados.

Foram juntadas peças processuais (Anexo 03), referentes à atuação judicial, a saber:

Tipo de peça	Quantidade analisada	Processos	Observações da Corregedoria Geral
Petições	07	201890001139	– Alegações Finais – Ação Penal – crime de homicídio qualificado;
		202290000792	– Manifestação - Ação de Obrigação de Fazer (direito à saúde) c/ c dano moral e pedido de tutela de urgência;
		201890001488	– Alegações Finais – Ação Penal – crime de homicídio qualificado tentado;
		202390001808	– Manifestação – pedido de intervenção como <i>amicus curiae</i> da OAB/SE – indeferimento;
		202400835067	– Contrarrazões ao Agravo de Instrumento – Ação Civil Pública - regularização dos cemitérios públicos do município de Barra dos Coqueiros/SE;
		202400114991	– Manifestação – pedido de desaforamento para julgamento de crime doloso contra a vida - deferimento;
		201990203233	– Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa.

Atas das sessões do júri realizadas no último ano pela Promotora de Justiça constam do Anexo 4.

5) ATUAÇÃO ELEITORAL

Zona Eleitoral	SEM ATRIBUIÇÃO
Municípios de abrangência	-
Início da designação Fim da designação	-
Iniciativas adotadas no âmbito eleitoral	-

Local	ESTATÍSTICA ELEITORAL (SEM ATRIBUIÇÃO)			
	Quantidade de inquéritos policiais eleitorais em andamento	Quantidade de processos eleitorais em andamento	Quantidade de processos/inquéritos eleitorais há mais de 30 dias em gabinete	Quantidade de processos eleitorais remetidos à Promotoria no último ano
Zona Eleitoral	-	-	-	-

6) ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

() Não exerce atribuição extrajudicial

(X) Exerce atribuição extrajudicial

Curadorias: Nos termos da Resolução nº 016/2014, atuar nas áreas relativas ao Controle e Fiscalização do Terceiro Setor; ao Patrimônio Público e à Previdência Pública; à Defesa da Ordem Tributária; ao Meio Ambiente Natural, Artificial e Cultural; aos Direitos do Consumidor e Fiscalização dos Serviços de Relevância Pública; aos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência; à Proteção dos Direitos da Mulher e ao Controle Externo da Atividade Policial – atribuições desempenhadas até 10/07/2024.

Após a publicação da Resolução nº 011/2024, de 25/04/2024, e a partir da instalação da 3ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros em 11/07/2024, atuar nas áreas relativas ao Controle e Fiscalização do Terceiro Setor, ao Meio Ambiente Natural, Artificial e Cultural, aos Direitos do Consumidor e Fiscalização dos Serviços de Relevância Pública, à tutela do direito à privacidade e proteção dos dados pessoais, aos Direitos dos Idosos e da Pessoa com Deficiência e à Proteção dos Direitos da Mulher - atribuições desempenhadas a partir de 11/07/2024.

6.1) PROCEDIMENTOS EM ANDAMENTO (Relatório do PROEJ)

Trâmites	Notícia de Fato	PP	IC	PIC	PA
Em andamento	0	24	81	0	11
Fora do Prazo	0	0	0	0	0
Numeração dos procedimentos mais antigos (instaurados antes de 2021)	0	0	04.15.01.0015 04.15.01.0059 04.16.01.0051 04.16.01.0053 04.18.01.0018 04.18.01.0029 04.19.01.0004 04.19.01.0007 04.19.01.0016 04.19.01.0035 04.19.01.0039 04.19.01.0063 04.20.01.0006 04.20.01.0007 04.20.01.0012 04.20.01.0025 04.20.01.0027 04.20.01.0045	0	0
Procedimentos com mais de 90 dias sem movimentação	0	0	0	0	0

6.2) ESTATÍSTICA EXTRAJUDICIAL (Relatório do PROEJ)

EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA DO PROMOTOR (Período: 01 ano antes da correição)							
Trâmites realizados	Ações cautelares ajuizadas	Ações civis públicas ajuizadas	Ações de improbidade ajuizadas	TAC's celebrados	Audiências Extrajudiciais realizadas	Audiências públicas realizadas	Recomendações Expedidas
1542	0	07	0	0	0	0	0

EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA DA PROMOTORIA - PROVIDÊNCIAS DECORRENTES (Período: 01 ano antes da correição)						
Quantidade de ações cautelares ajuizadas	Quantidade de ações civis públicas ajuizadas	Quantidade de ações de improbidade ajuizadas	Quantidade de ações criminais ajuizadas	Quantidade de TAC's celebrados	Quantidade de ações de execuções ajuizadas	TOTAL
0	07	0	0	0	0	07

EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA DA PROMOTORIA (Período: 01 ano antes da correição)								
Registro de Notícias de Fato	Instauração de Procedimentos Preparatórios	Instauração de Inquéritos Cíveis	Instauração de PIC's	Instauração de PA's	Arquivamento sumário	Arquivamento com Remessa/C SMP ou Arquivamento com Remessa/Órgão Externo	Arquivamento - Acordo Entre Partes	Declinação de Atribuição/Mesmo Ramo
49	56	38	0	09	27	43	0	06

6.3) PRINCIPAIS ACP'S EM CURSO

Principais ACP's e Ações de Improbidade em curso ajuizadas pelo membro correicionado no último ano (Cópias – Anexo 06)	
Número da ACP	Objeto da ACP
202490001769	Fornecimento de energia elétrica de forma contínua, eficiente e adequada no Residencial Damha, localizado no Município de Barra dos Coqueiros/SE.
202390003089	Licenciamento ambiental dos cemitérios do Município de Barra dos Coqueiros.
202490201296	Regularização de loteamento localizado no Povoado Olhos D'Água.
202490300129	Instalação de estrutura de saneamento do Loteamento Antônio Pedro.
202490300128	Licenciamento ambiental e regularização de estabelecimento empresarial.
202490201542	Licenciamento ambiental da Igreja Pentecostal Fruto do Espírito (matriz e sede).
202390001808	Regularização dos serviços jurídicos e rescisão dos contratos de advocacia celebrados através da Inexigibilidade de licitação desde 2013.

OBS.: Não obstante a Ação Civil Pública 202390001818 ter sido ajuizada em período fora do solicitado no presente formulário (ajuizamento em 30/07/2023), encaminho-a ante a relevância da demanda e dos fatos apurados no âmbito da curadoria do Patrimônio Público, no bojo do Inquérito Civil PROEJ nº 04.15.01.0092, instaurado objetivando coibir a prática reiterada de contratação de escritórios de advocacia pelo Município de Barra dos Coqueiros/SE para a prestação de serviços de assessoria jurídica em detrimento da realização de concurso público para o cargo de Procurador do Município.

6.4) TAC'S CELEBRADOS/RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS

TAC's celebrados/Recomendações expedidas pelo membro correicionado no último ano	
Número do TAC/Recomendação	Temática
-	-

OBS: Não há TAC'S ou RECOMENDAÇÕES no último ano correicionado (agosto/2023 a agosto/2024), por conta dos atores estatais dos Poderes Executivo

Municipal de Barra dos Coqueiros e do Estado de Sergipe que se recusam, frequentemente, a assinar TAC's.

6.5) ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Principais Acordos de Não Persecução Penal celebrados pelo membro correicionado/promotoria no último ano (Cópias – Anexo 08)	
Número do Procedimento/ Processo Judicial	Temática
202390000844	Art. 302, §2º do Código de Trânsito Brasileiro.
201290001162	Art. 90, da Lei nº 8.666/1993
202290001760	Art. 14, da Lei nº 10.826/2003

OBS: Os ANPPs são celebrados e homologados em audiência judicial una, designada especificamente para tal finalidade, de forma que esta Promotoria não possui dados fidedignos a respeito da quantidade concreta de ANPPs celebrados no último ano correicionado, já que não armazena fotocópias das Atas de Audiências em questão. Foi solicitado ao cartório o referido quantitativo, através de alguma ferramenta disponível no sistema processual do TJ/SE, mas a resposta foi no sentido da impossibilidade de informação. Ao realizar busca junto ao SEEU, no tocante aos ANPPs sob o crivo do membro correicionado, foram apontados também os ANPPs celebrados pela 2ª Promotoria de Justiça e distribuídos para a 1ª Vara Cível e Criminal. Também não foi possível quantificar os ANPPs que foram celebrados naquelas audiência unas, mas remetidos ao PGJ visando encaminhamento para Promotoria diversa - com atribuição na localidade de residência do beneficiado. Enfim, os números de ANPP's acima enumerados e celebrados pelo membro correicionado não refletem a realidade do quantitativo de acordos celebrados.

6.6) ATUAÇÃO COMO MEMBRO DESIGNADO

Procedimentos em que o Promotor correicionado atua(ou) como membro designado	Situação do Procedimento (encerrado ou em andamento)
-	-

6.7) ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL E ORGANIZAÇÃO DA ATUAÇÃO MINISTERIAL

6.7.1) Atuação Resolutiva

6.7.1.1) Quais são os principais problemas sociais com possíveis impactos na atuação ministerial na comarca? Marcar os assuntos relacionados a tais deficiências.

Resposta: Problemas relacionados ao meio ambiente vinculados principalmente a loteamentos clandestinos/irregulares, ausência de esgotamento sanitário em vias públicas, infraestrutura básica e drenagem pluvial etc. Há também problemas em demasia de poluição sonora decorrente de imóveis residenciais que são alugados irregularmente para eventos festivos, em situações de total irregularidade. No mais, registre-se ainda inúmeros problemas atinentes ao patrimônio público (irregularidades em licitações, concurso público, funcionários fantasmas, nepotismo, desvio de verbas públicas etc), que impactam diretamente no elevado volume da atividade extrajudicial desempenhada pela 1ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros, conforme registros quantitativos nos sistemas PROEJ e recente MPEXTRA.

6.7.1.2) Existe alguma linha de atuação prioritária na Promotoria de Justiça?

Resposta:

☒ (X) SIM. Especificar: **Conforme demanda espontânea e urgente que surge na Promotoria, por provocação das instituições privadas e públicas, vereadores, cidadãos como um todo, além dos órgãos da Administração Superior do MP/SE e do CNMP.**

☐ () NÃO

6.7.1.3) A prioridade está regulamentada em ato ministerial e/ou Plano de Atuação Prioritária?

Resposta:

☐ () SIM

☒ (X) NÃO

Nota: em caso positivo, anexar cópia do ato regulamentador, além de *print* ou outra forma de demonstração do funcionamento da classificação de prioridade no órgão, caso existente(s).

6.7.1.4) Em que consiste a prioridade dada e quais os reflexos dela nas rotinas da Promotoria de Justiça?

Resposta: Adoção das providências investigativas conforme demanda apresentada, após a instauração de procedimentos extrajudiciais, de maneira que a Promotoria termina por ter de trabalhar com base nas demandas que aparecem em forma urgente e espontânea, derivadas de causas externas, dificultando que a promotoria possa estabelecer um planejamento prévio e organizado de atuação, antecipando-se às problemáticas de sua esfera de atribuições.

() Prejudicado

6.7.1.5) Há projetos, iniciativas, ações ou metas destinados ao alcance das prioridades escolhidas?

Resposta:

() SIM. Especificar projetos, iniciativas, ações ou metas e em que fase se encontram:

(X) NÃO

6.7.1.6) Desde a sua última correição, há resultado(s) socialmente relevante(s) e concreto(s)/efetivo(s) alcançado(s) em matéria extrajudicial (modificação da realidade fiscalizada), considerando-se, para tal fim, a natureza do direito protegido, com especial prestígio aos direitos fundamentais, e o número de beneficiários da atuação institucional?

- Direito Ambiental: Inquérito Civil PROEJ nº 04.20.01.0041, cujo procedimento foi arquivado com a resolução da demanda de alteração na estrutura de saneamento da localidade, em especial, alterações na estrutura do sistema de escoamento de águas pluviais e esgotamento, a partir da conclusão das obras na Avenida Toureiro, tendo sido o procedimento arquivado ante a resolução do objeto inicialmente apurado.

Resposta:

(X) SIM. Especificar por área de atribuição: Direito Ambiental

() NÃO

Nota: em caso positivo, anexar cópia de documento(s) demonstrativo(s) do(s) resultado(s) efetivo(s) alcançado(s). Para fins correicionais, entende-se por materialmente resolutiva a atuação pela via extrajudicial quando a respectiva solução for efetivada, não bastando para esse fim apenas o acordo celebrado.

6.7.1.7) Realiza o acompanhamento de políticas públicas ou da execução orçamentária das áreas fiscalizadas?

Resposta:

- ☐ SIM. Especificar:
☒ NÃO
☐ Prejudicado

6.7.1.8) Ofertou denúncias com base em Procedimentos Investigatórios Criminais?

Resposta:

- ☐ SIM. Especificar:
☒ NÃO
☐ Prejudicado

Nota: em caso positivo, anexar cópia de documento(s) demonstrativo(s) da prática.

6.7.1.9) Há destaque para experiência inovadora (apenas práticas não tradicionais de atuação, como uso de métodos diferenciados em pesquisas, novos fluxos de gestão de procedimentos extrajudiciais etc.)?

Resposta:

- ☐ SIM. Especificar:
☒ NÃO

Nota: em caso positivo, anexar cópia de documento(s) demonstrativo(s) da experiência inovadora.

6.8) OBSERVAÇÕES GERAIS DA PROMOTORA DE JUSTIÇA – ATIVIDADE EXTRAJUDICIAL

A Promotora de Justiça registrou:

A atividade extrajudicial é bastante intensa, são muitos procedimentos registrados no sistema PROEJ (e recente MPEXTRA), em decorrência especialmente das atribuições junto à curadoria do patrimônio público (que deixou de ser da 1ª Promotoria de Barra passando para a 3ª Promotoria de Barra apenas em 11/07/2024), meio ambiente e controle externo da atividade policial, dentre outras. O recebimento de reclamações formuladas perante a Ouvidoria é elevado e a atividade instrutória diária dos mais de 100 (cem) procedimentos extrajudiciais em curso representa tarefa hercúlea, que é desempenhada em conjunto com a atividade judicial mencionada no item “4.2”.

Apenas a partir de 11/07/2024, com o *start* na distribuição de processos para a 3ª Vara Cível e Criminal de Barra dos Coqueiros e a correlata instalação da 3ª Promotoria de Justiça de Barra, é que a 1ª Promotoria de Barra perdeu a atribuição de defesa do patrimônio público, o que ainda não refletiu em

diminuição da árdua atividade extrajudicial realizada diariamente, já que não houve a redistribuição dos procedimentos.

Nesse quadro, a atividade extrajudicial de Proteção do Patrimônio Público e Social é a mais complexa de todas as curadorias, porque envolve investigação técnica, documental e de muito conhecimento técnico. Faz-se necessária uma melhor estruturação do ponto de vista técnico e de assessoramento para a 1ª Promotoria de Barra dos Coqueiros, porque são questões de extrema complexidade fática, probatório e jurídica, além da sensibilidade política e social.

6.9) OBSERVAÇÕES GERAIS – ATIVIDADE EXTRAJUDICIAL – CORREGEDORIA GERAL

A **atuação resolutiva** do Ministério Público brasileiro tem seus parâmetros dispostos na Resolução CNMP-CN nº 02, de 21 de junho de 2018, que se filiou à concepção mais moderna de resolutividade, abrangendo todas as áreas e formas de atuação do Ministério Público. Prevê o art. 1º, § 1º, da referida Recomendação:

Para os fins desta recomendação, entende-se por atuação resolutiva aquela por meio da qual o membro, no âmbito de suas atribuições, contribui decisivamente para **prevenir ou solucionar**, de modo efetivo, **o conflito, o problema ou a controvérsia** envolvendo a concretização de direitos ou interesses para cuja defesa e proteção é legitimado o Ministério Público, bem como para **prevenir, inibir ou reparar adequadamente a lesão ou ameaça a direitos ou interesses e efetivar as sanções aplicadas judicialmente** em face dos correspondentes ilícitos, assegurando-lhes a máxima efetividade possível por meio do uso regular dos instrumentos jurídicos que lhe são disponibilizados para a resolução extrajudicial ou judicial dessas situações.

A partir dessa definição, é possível identificar três desdobramentos da atuação resolutiva do Ministério Público:

Tutela preventiva: visa evitar o conflito, o problema ou a controvérsia e inibir a ameaça ou a lesão a direitos ou interesses.

Tutela repressiva: não alcançado o cenário ideal, atinente à prevenção do ilícito, deve-se providenciar a resolução da situação conflituosa, com a remoção do ilícito e a reparação adequada da ameaça ou lesão a direitos.

Efetivação das sanções: na última etapa, busca-se efetivar as sanções aplicadas em face dos ilícitos, por meio do uso regular dos instrumentos jurídicos¹.

A resolutividade, portanto, consiste na qualidade da atuação do membro do Ministério Público, judicial ou extrajudicialmente, nas áreas cível, penal ou coletiva, direcionada à produção de **resultados jurídicos úteis**² e à sua **efetivação**³ no plano fático, concretizando direitos fundamentais e valores republicanos, cuja tutela e promoção incumbem à Instituição.

Em resposta aos itens da presente Correição, a Promotora de Justiça informou que os principais problemas sociais com impacto na atuação ministerial na Comarca diz respeito aos problemas relacionados ao meio ambiente, vinculados principalmente a loteamentos clandestinos/irregulares, ausência de esgotamento sanitário em vias públicas, infraestrutura básica e drenagem pluvial etc; poluição sonora decorrente de imóveis residenciais que são alugados irregularmente para eventos festivos, em situações de total irregularidade; e inúmeros problemas atinentes ao patrimônio público (irregularidades em licitações, concurso público, funcionários fantasmas, nepotismo, desvio de verbas públicas etc). (subitem 6.7.1.1).

Sobre a atuação da Promotoria de Justiça, no tópico referente à linha de ação prioritária na 1ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros, informou: “*Conforme demanda espontânea e urgente que surge na Promotoria, por provocação das instituições privadas e públicas, vereadores, cidadãos como um todo, além dos órgãos da Administração Superior do MP/SE e do CNMP*”.

1 BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Manual de resolutividade do Ministério Público** [recurso eletrônico] / Corregedoria Nacional do Ministério Público. 1ª ed. Brasília: CNMP, 2023.

2 **Resultados jurídicos úteis à resolutividade:** títulos executivos, judiciais ou extrajudiciais, e quaisquer outros produtos da atuação institucional capazes de contribuir de modo significativamente útil à efetividade de defesa e proteção dos direitos e à efetividade da prevenção e repressão de ilícitos de que o Ministério Público é incumbido (art. 2º, parágrafo único, da Recomendação CNMP n. 54/2017).

3 **Efetivação dos resultados:** implementação no plano fático da solução jurídica – judicial ou extrajudicial – alcançada (art. 1º, § 3º, da Recomendação CNMP n. 54/2017).

Destacou os resultados socialmente relevantes alcançados em matéria extrajudicial (modificação da realidade fiscalizada), registrando o Inquérito Civil PROEJ nº 04.20.01.0041, cujo procedimento foi arquivado com a resolução da demanda de alteração na estrutura de saneamento da localidade, em especial, alterações na estrutura do sistema de escoamento de águas pluviais e esgotamento, a partir da conclusão das obras na Avenida Toureiro, tendo sido o procedimento arquivado ante a resolução do objeto inicialmente apurado.

Para a Correição Ordinária, a equipe de correição, pautando-se nas diretrizes postas na “Carta de Brasília”, editada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, que visam modernizar o controle da atividade extrajudicial, pelas Corregedorias do Ministério Público, notadamente: a) Superação do critério de priorização da atuação judicial e da limitação da fiscalização ao cumprimento dos prazos procedimentais; b) Aferição da utilização eficiente e objetiva de instrumentos e métodos de investigação, na determinação de diligências; e c) a fiscalização do tempo de tramitação dos procedimentos extrajudiciais, considerando-se, para isso, a efetividade das diligências determinadas, os intervalos entre os impulsionamentos (períodos em que o procedimento resta concluso), assim como a adoção de instrumentos resolutivos e outras medidas, realizou análise dos procedimentos em tramitação e arquivados, no último ano.

A partir dos critérios retromencionados e das regras de tramitação de procedimentos investigatórios, no âmbito do Ministério Público de Sergipe, Resolução nº 008/2015 – CPJ, a equipe de Correição analisou 10 (dez) Inquéritos Cíveis, em andamento, (PROEJ nº 04.15.01.0015, 04.15.01.0059, 04.16.01.0051, 04.16.01.0053, 04.18.01.0018, 04.18.01.0029, 04.19.01.0004, 04.19.01.0016, 04.19.01.0035, 04.19.01.0039), constante da **Tabela 01**.

A **Tabela 02** detalha 02 (dois) procedimentos administrativos em andamento na Promotoria de Justiça, a saber: 04.22.01.0008 e 04.22.01.0058.

Já a **Tabela 03** apresenta as notícias de fato e os procedimentos administrativos, com arquivamento sumário, na 1ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros. No período de 02/08/2023 a 02/08/2024, a Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana promoveu o arquivamento sumário de 25 (vinte e cinco) procedimentos extrajudiciais, sendo 22 (vinte e duas) Notícias de Fato e 03 (três) Procedimentos Administrativos na 1ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros.

<p>PROJ e Objeto</p>	<p>TABELA 01 – INQUÉRITOS CIVIS</p>
<p>Inquérito Civil nº 04.15.01.0015 (Registrado em 17/03/2015)</p> <p>Objeto: Notícia de Fato instaurada com base na Denúncia da Ouvidoria do Ministério Público do estado de Sergipe nº 008404 a qual relata a irregularidades quanto a destinação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Barra dos Coqueiros – SE</p> <p>Planejamento Estratégico? Não</p> <p>Especialidade: Patrimônio Público</p> <p>Assunto: 11847 DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO > Garantias Constitucionais > Assistência Social</p>	<p>Destaque das principais movimentações</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) 17/03/2015: Registro da Notícia de Fato. Expediu-se ofício de nº 057 e 107/2015, ao Prefeito do Município e nº 058 e 107/2015, à Secretaria de Assuntos Jurídicos do Município para que se manifestem acerca da reclamação. 2) 23/04/2015: Despacho que determina a conversão da notícia de fato em Procedimento preparatório. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana). Portaria nº 015/2015. 3) 30/04/2015: Despacho que determina a expedição de ofício à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, requisitando a fotocópia da legislação municipal que cria o Fundo Municipal de Assistência Social de Barra dos Coqueiros e, após, ao TCE/SE, solicitando a realização de auditoria na destinação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Barra dos Coqueiros, referente ao ano de 2014. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana). 4) 04/05/2015: Expediu-se o Ofício 205/2015 – A Secretaria de Ação Social do Município de Barra dos Coqueiros – SE. 5) 20/05/2015: Expediu-se o Ofício 166/2015 – Ao Procurador-Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe e Ofício nº 167/2015 – Ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. 6) 10/07/2015: Juntou-se aos autos nº Ofício nº 1322 da PGJ. 7) 23/07/2015: Despacho que determina a prorrogação do Procedimento Preparatório e a expedição de ofício ao Procurador-Geral do Ministério Público Especial com atuação junto ao TCE, a fim de tomar conhecimento acerca da denúncia formulada perante a Ouvidoria do Ministério Público Estadual e resposta da presidência do TCE, e, se entender cabível, venha a propor ao Pleno do TCE a realização de auditoria na destinação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Barra dos Coqueiros/Se, referente ao ano de 2014. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana). 8) 24/07/2015: Expediu-se o Ofício nº 431/2015 ao Procurador-Geral do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Constas do Estado de Sergipe. 9) 28/10/2015: Após 90 dias sem movimento. Despacho que converte o procedimento preparatória em Inquérito Civil, bem como certificação sobre a resposta do Procurador-Geral do Ministério Público Especial com atuação junto ao TCE. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana). 10) 16/02/2016: Despacho que determina que seja expedido ofício ao Conselheiro da Área, via Procurador-Geral de Justiça do MP-SE, solicitando informações sobre o andamento da representação anteriormente encaminhada ao TCE-SE. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana). 11) 23/02/2016: Expediu-se o Ofício 084/2016 – Ao Procurador-Geral do MPSE e Ofício 085/2016 – Ao TCE. 12) 15/09/2016: Após 5 meses sem movimento. Despacho que determina a reiteração do ofício enviado ao Procurador-Geral de Justiça do MPSE. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana). 13) 20/09/2016: Expediu-se o Ofício nº 525/2016 – à Secretaria de Ação Social do Município de Barra dos Coqueiros/SE, Ofício nº 524/2016 – Ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e Ofício 523/2016 – Ao Procurador-Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe. 14) 09/11/2016: Despacho que determina a prorrogação do presente Inquérito Civil. (Promotora de Justiça

Ana Paula Souza Viana). Expediu-se o Ofício nº703/2016 – à Coordenadoria do MPSE, Ofício nº702/2016 – à Corregedoria do MPSE e Ofício nº701/2016 – ao Procurador-Geral do MPSE.

- 15) **06/12/2016:** Concluso.
- 16) **07/03/2017:** Despacho que determina o agendamento de reunião com o CAOP Patrimônio público do MPSE e expedição de ofício ao TCE/SE, solicitando a decisão final proferida no Processo TC nº 001052/2015, relativo às Contas Anuais do Fundo Municipal de Assistência Social de Barra dos Coqueiros/SE – exercício financeiro de 2014.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 17) **10/03/2017:** Expediu-se o Ofício 173/2017, Ofício 174/2017 e Ofício 175/2017.
- 18) **11/04/2017:** **Após 5 meses sem movimento.** Concluso.
- 19) **14/11/2017:** Despacho que determina a prorrogação do presente Inquérito Civil, reiteração do ofício enviado ao TCE/SE e agendamento da reunião com o CAOp. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 20) **20/11/2017:** Expediu-se o Ofício nº 578/2017 e nº 579/2017.
- 21) **23/02/2018:** Juntada da resposta enviada pelo TCE/SE. Concluso.
- 22) **03/05/2018:** Despacho determinando que se aguarde o prazo de 60 dias e, após isso, que seja expedido ofício para o TCE novamente, para que informe sobre a conclusão do Processo 001052/2015. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 23) **09/08/2018:** **Após 90 dias sem movimento.** Despacho que determina o cumprimento do despacho retro. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 24) **24/08/2018:** Expediu-se o ofício nº 227/2018 e ofício nº 228/2018. Certidão de que o ofício nº 227/2018, ao Procurador, foi enviado via GED.
- 25) **10/10/2018:** Juntada da resposta enviada pelo PJG.
- 26) **31/10/2018:** Despacho que determina a prorrogação do presente Inquérito Civil, e se aguarde resposta do ofício enviado ao TCE/SE. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 27) **13/11/2018:** Juntada de resposta enviada pelo TCE/SE.
- 28) **04/02/2019:** Certidão de que decorreu o prazo estabelecido e Concluso.
- 29) **06/02/2019:** Despacho para expedição de ofício ao TCE/SE, solicitando informações sobre a conclusão do Processo 001052/2015; ao Município da Barra dos Coqueiros, requisitando toda a documentação referente às despesas efetuadas com recursos do fundo municipal de assistência social no ano de 2014. Após a chegada do documento, deverá ser enviado para o setor de perícia contábil do MPSE. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 30) **13/02/2019:** Expediu-se o Ofício nº 033/2019 e Ofício nº 035/2019. Certidão de que os ofícios foram enviados via GED. Expediu-se o Ofício nº 034/2019.
- 31) **14/03/2019:** Despacho que determina a juntada da resposta enviado pelo TCE e que se aguarde o prazo de 60 dias para nova resposta do TCE/SE (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 32) **15/05/2019:** Juntada de ofício enviado pelo TCE/SE. Concluso.
- 33) **13/08/2019:** **Após 90 dias sem movimento.** Certidão de que foi juntada a documentação enviada pelo TCE. Despacho que determina a expedição de ofício ao Município da Barra dos Coqueiros, solicitando documentações. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 34) **24/10/2019:** Certidão de que o despacho retro já foi cumprimento e Concluso.
- 35) **21/11/2019:** Despacho que determina a prorrogação do IC e a expedição de ofício ao TCE, solicitando a

análise da documentação complementar apresentada pela administração pública. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).

- 36) **07/02/2020:** Certidão de que o ofício 028/2020 foi enviado via GED.
- 37) **08/05/2020: Após 90 dias sem movimento.** Despacho suspendendo o procedimento pelo prazo de 60 dias, com fundamento da Portaria Conjunta nº 584/2020 em virtude da decretação de Pandemia pelo COVID-19.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 38) **03/08/2020:** Certidão de que não houve resposta ao ofício enviado para TCE e Concluso.
- 39) **20/08/2020:** Despacho que determina a reiteração do ofício nº028/2020. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana). Juntou-se aos autos, naquela mesma data, os documentos enviados pelo TCE. Concluso.
- 40) **17/11/2020:** Despacho determinando os autos ao setor de perícia para perícia contábil. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 41) **18/12/2020:** Despacho que determina a prorrogação do IC e cumprimento do despacho anterior. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 42) **17/03/2021:** Despacho que determina que se aguarde o retorno das atividades presenciais, de acordo com a Portaria Conjunta nº 502/2021, de 08/03/2021.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 43) **08/06/2021:** Despacho que determina que se aguarde o retorno das atividades presenciais, de acordo com a Portaria Conjunta nº 1068/2021 – PGJ-MP/SE.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 44) **31/08/2021:** Juntada do ofício nº98/2021, enviado pela Coordenadoria-Geral do MPSE. Certidão de que os autos foram remetidos à Coordenadoria-Geral do MPSE e Concluso.
- 45) **03/09/2021:** Despacho que determina que se aguarde o prazo de 30 dias para a realização da perícia contábil. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 46) **02/12/2021:Após 90 dias sem movimento.** Despacho que determina a expedição de ofício ao setor de perícia contábil para que informe sobre a conclusão da análise.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 47) **06/12/2021:** Juntada da análise técnica e concluso.
- 48) **15/12/2021:** Decisão de arquivamento do IC, em razão da abertura de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO próprio, para acompanhamento continuado de políticas públicas, com adoção da seguinte diligência: i) abertura de procedimento administrativo próprio, através de Portaria devida. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 49) **10/02/2022:** Notificação – Município da Barra dos Coqueiros/SE
- 50) **05/04/2022:** Notificação do noticiante não Cumprida a notificação de Sr. Artur não foi cumprida, pois, segundo informações do meirinho, o único endereço da parte constante nos autos, encontra-se incompleto, oficial cumpridor da notificação, empreendeu diligências objetivando a atual localização da parte, porém não obteve êxito.
- 51) **06/04/2022:** Despacho que determina a intimação por edital do Sr. ARTUR. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 52) **28/07/2022: Após 100 dias sem movimento.** Comprovante de que o edital foi publicado. Certidão de que transcorreu o prazo recursal. Ofício nº 347/2022 – Remessa ao CSMP.
- 53) **01/08/2022:** Enviou-se os autos à Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público.
- 54) **10/08/2022:** Houve a distribuição no CSMP nº 61/2022.

- 55) **30/08/2022:** CSMP – Distribuição: MARIA CONCEIÇÃO DE FIGUEIREDO ROLEMBERG e Encaminhamento ao Conselheiro.
- 56) **29/09/2022:** Voto da Conselheira pela Conversão em Diligência, com as seguintes diligências: a) *solicitado ao TCE/SE a de cópia integral do processo TC nº. 001052/2015; b) requisitado ao Município de Barra dos Coqueiros a remessa de cópia dos processos Dispensa de Licitação nº. 16/2014, do Pregão Presencial nº. 24/2014 e dos contratos celebrados para a aquisição de bens comuns antes da realização deste procedimento licitatório; e c) com a juntada dos supramencionados documentos, que sejam encaminhados pela 1ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros à Divisão de Perícia Contábil para a complementação da Análise Técnica nº. 116/2021.* (Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg – Procuradora de Justiça e Membro do CSMP)
- 57) **04/10/2022:** Informação de que será pautado na 19ª sessão ordinária do CSMP designada para dia 13/20/2022.
- 58) **27/10/2022:** Decisão do Conselho que converteu em diligência.
- 59) **03/11/2022:** Certidão de julgamento. Encaminhamento à Promotoria de Justiça de origem.
- 60) **10/11/2022:** Certidão de que os autos foram devolvidos pelo CSMP.
- 61) **11/11/2022:** Despacho que determina a Prorrogação do IC e o cumprimento da decisão do CSMP. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 62) **30/01/2023:** Expediu-se o Ofício nº 47/2023, ao PGJ, ofício nº 49/2023, ao Município da Barra dos Coqueiros e ofício nº48/2023, ao TCE.
- 63) **03/02/2023:** Comprovante e recebimento do Ofício nº 49/2023 – Prefeito da Barra dos Coqueiros.
- 64) **28/04/2023:** Despacho que determina a certificação quanto à resposta ao ofício nº 49/2023 e, em caso negativo, reiterá-lo. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 65) **19/07/2023:** **Após 100 dias sem movimento.** Certidão de que não houve resposta e Concluso.
- 66) **20/07/2023:** Despacho que determina o cumprimento do último despacho. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 67) **14/08/2023:** Juntou-se aos autos a resposta ao Ofício nº 49/2023.
- 68) **15/08/2023:** Comprovante do recedimento do Ofício nº 415/2023 – Prefeito da Barra dos Coqueiros.
- 69) **18/09/2023:** Certidão de que não houve resposta ao ofício nº 47/2023, encaminhado ao PGJ via GED nº 20.27.0125.000022/2023-88 e Concluso. Despacho que determina a prorrogação do IC e expedição de ofício ao PGJ, solicitando informações quanto ao cumprimento do ofício nº48/2023, ao TCE. (Promotor de Justiça Gabriel Arttime Suzart de Freitas)
- 70) **25/09/2023:** Expediu-se o Ofício nº 542/2023 – PGJ.
- 71) **27/09/2023:** Juntada da resposta ao ofício nº 543/2023. Juntou-se aos autos o Processo TC nº 001052/2015. Certidão de que foi acostada a cópia integral do processo 001052/2015 e concluso.
- 72) **05/12/2023:** Despacho determinando que seja oficiada à Divisão de Perícia Contábil, por meio da Coordenadoria Geral, solicitando a complementação da Análise Técnica nº 116/2021. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana). Expediu-se o Ofício nº 648/2023 – Coordenador-Geral do MPSE.
- 73) **24/01/2024:** Juntou-se aos autos a Complementação de análise técnica.
- 74) **02/02/2024:** Juntou-se aos autos a Complementação de análise técnica e Concluso.
- 75) **26/04/2024:** Despacho que determina a conclusão dos autos para análise de diligências finais, visando atender integralmente às determinações do CSMP. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).

- 76) **11/06/2024:** Despacho que faz ponderações quanto ao procedimento e determina expedição de novo ofício ao Prefeito do Município de Barra dos Coqueiros e ao Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos, requisitando o envio das seguintes documentações: i) *Dispensa de Licitação nº 016/2014 e Pregão Presencial nº 24/2014, tendo como contratante o Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Barra dos Coqueiros, do ano de 2014 e os contratos celebrados para aquisição de bens comuns antes da realização destes procedimentos licitatórios;* ii) *Contratos, processos de licitações e dispensas licitatórias, extratos bancários, RAIS, projetos e programas referentes às notas de empenhos, notas de pagamentos, notas fiscais e folhas de pagamentos da dotação orçamentária do ano de 2014 do Fundo Municipal de Assistência Social;* iii) *Programas, projetos e convênios custeados pelo Fundo Municipal de Assistência Social no ano de 2014, discriminando as despesas de acordo com natureza e valores, bem como a relação dos beneficiários de cada programa e* iv) *Relatórios do Conselho Municipal de Assistência Social na oportunidade de apreciação das contas do ano de 2014, nos termos determinados no art. 6º da Lei Municipal nº 663/2011.* (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 77) **27/06/2024:** Expediu-se o ofício nº 325/2024 e 326/2024.
- 78) **11/07/2024:** Comprovante de recebimento do ofício nº 325/2024 e nº 326/2024.

Inquérito Civil nº 04.15.01.0059 (Registrado em **1) 19/06/2015:** Registro da Notícia de Fato.

19/06/2015)

2) 25/06/2015: Despacho para oficiar à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, ao Prefeito da Barra dos Coqueiros e ao CAOp do Patrimônio Público e convidar o denunciante para comparecer à Denúncias registrada na Ouvidoria do Ministério Promotoria para prestar mais esclarecimentos sobre os fatos narrados. Ofícios e convites expedidos Público do Estado de Sergipe sob o número 0007028 e em 01/07/2015 (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).

0007508as quais relatam possíveis irregularidades **3) 21/07/2015:** Prorrogação do prazo da Notícia de Fato por 30 (trinta) dias, com ordem para reiterar quanto à licitação para realização do carnaval nos ofícios à Secretaria de Assuntos Jurídicos e à Prefeitura (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).

Planejamento Estratégico? Não

Especialidade: Patrimônio Público

Assunto: 1038 DIREITO ADMINISTRATIVO E

OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO >

Licitações > Modalidade / Limite

4) 20/08/2015: Conversão da Notícia de Fato em Procedimento Preparatório (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).

5) 26/11/2015: Após mais de 90 (noventa) dias sem movimentação, houve a prorrogação do prazo do Procedimento Preparatório por 90 (noventa) dias, com a determinação de diligências a serem cumpridas (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).

6) 17/02/2016: Procedimento Preparatório convertido em Inquérito Civil.

7) Nos dias 02 e 31/03/2016 foram expedidos diversos ofícios a bandas musicais, requisitando o envio de documentos relativos a contratos para apresentações no carnaval 2014.

8) Em 14/07/2016 foi certificado sobre eventuais respostas dadas pelas bandas musicais. **Depois disso, o procedimento ficou parado até 03/03/2017,** quando foi prorrogado o prazo do Inquérito Civil por 01 (um) ano, com ordem para renovar os ofícios aos destinatários que não se manifestaram e solicitar pesquisa de endereços daqueles não localizados ao CAOp da Segurança Pública (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).

9) Após certidão lançada nos autos em 29/03/2017, o procedimento não teve nenhum impulsionamento por quase 11 (onze) meses, quando no dia 22/02/2018 foi prorrogado por mais 01 (um) ano e foram determinadas novas diligências (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).

- 10) 05/06/2018:** certidão lavrada pela servidora lotada na Promotoria de Justiça.
- 11) 06/09/2018:** Despacho determinando o cumprimento do despacho anterior (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 12) 26/10/2018:** Foram expedidos outros ofícios direcionados às bandas musicais que se apresentaram no carnaval de 2014, requisitando o envio de documentos relativos a contratos para apresentações naquele evento.
- 13) 13/11/2018:** Certidão do servidor da Promotoria sobre o ocorrido com os ofícios expedidos.
- 14) 22/03/2019: Depois de mais de 04 (quatro) meses sem movimentação efetiva,** houve a prorrogação do prazo do IC por mais um ano, com diligência para agendar a oitiva dos representantes de alguns dos artistas musicais envolvidos (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 15) 12/06/2019:** Despacho para cumprir o despacho anterior com urgência.
- 16) 11/09/2019:** Despacho para cumprir o despacho anterior com urgência.
- 17) 24/09/2019:** Oitiva do Sr. Antônio Carlos Santos, produtor da Banda Gângsters no ano de 2014 (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 18) 23/01/2020: Após quase 04 (quatro) meses sem movimentação,** foi proferido despacho para oficial ao GEPAM – Grupo de Atuação Especial do MP/BA, solicitando informações acerca do cumprimento da Carta Precatória já expedida. O ofício foi juntado ao sistema PROEJ em 21/02/2020 (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 19) 09/04/2020:** Prorrogação do prazo do Inquérito Civil por mais 01 (um) ano.
- 20) 07/07/2020:** Despacho no sentido de aguardar-se o retorno das atividades presenciais naquela unidade ministerial, a fim de que se desse prosseguimento ao feito, com a reiteração do ofício nº 065/2020 ao GEPAM - Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa do Ministério Público da Bahia, solicitando informações acerca do cumprimento da Carta Precatória (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 21) 06/10/2020:** Despacho ordenando que seja reiterado ofício anterior não respondido. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 22) 15/01/2021:** Ordem para notificar, mais uma vez, a Sra. Rosana Francisca dos Santos, para que compareça à Promotoria de Justiça, sob pena de condução coercitiva (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 23) 30/03/2021:** Despacho que determinou que se aguarde o retorno das atividades presenciais na Promotoria de Justiça para o prosseguimento do feito, ante o conteúdo das Portarias Conjuntas nº 502/2021 e 627/2021 (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 24) 23/06/2021:** Despacho que determinou que se aguarde o retorno das atividades presenciais na Promotoria de Justiça para o prosseguimento do feito, ante a necessidade de oitiva da Sra. Rosana Francisca, bem como o conteúdo da Portaria Conjunta nº 1068/2021 – PGJ-MP/SE, que prorrogou o regime diferenciado de trabalho remoto integral (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 25) 14/09/2021:** Despacho que determina a intimação da Sra. Rosana Francisca para oitiva. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).

- 26) 08/11/2021:** Despacho que determina a prorrogação do IC e reitera o teor do despacho retro. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 27) 27/01/2022:** Despacho que reitera o teor do despacho retro. (Promotora de Justiça Tatiana Souto Quirino)
- 28) 10/02/2022:** Expediu-se a notificação para Sra. Rosana.
- 29) 09/03/2022:** Certidão de que não houve atendimento quando à convocação da Sra. Rosana e Concluso.
- 30) 03/06/2022:** Despacho que determina expedição de ofício à autoridade policial para instauração de procedimento para apuração da desobediência, pois não houve cumprimento quanto à convocação ministerial. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 31) 22/06/2022:** Expediu-se o Ofício nº 270/2022 – 11ª DM.
- 32) 16/09/2022:** Despacho que determina a solicitação de informações junto a delegacia acerca do solicitado, bem como solicita a condução coercitiva da Sra. Rosana. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 33) 06/12/2022:** Despacho que ordena o cumprimento do despacho anterior. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 34) 07/12/2022:** Expediu-se o Ofício nº 270/2022 - 11ª DM
- 35) 12/12/2022:** Despacho prorrogando o IC. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 36) 09/01/2023:** Juntada do comprovante de recebimento do Ofício nº 270/2022 - 11ª DM.
- 37) 16/01/2023:** Juntada da resposta ao ofício nº 270/2022 e Concluso.
- 38) 03/04/2023:** Despacho que determinou a conclusão para análise de diligências finais ou eventual ajuizamento de ACP. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 39) 15/06/2023:** Despacho que determinou a elaboração de perícia contábil, solicitando a realização de análise sobre irregularidade ou não das contratações firmadas pelo Município da Barra dos Coqueiros/SE por meio do Pregão nº 007/2014, do procedimento de inexigibilidade nº 0008/2014 e do termo de contrato nº 040/2014 celebrado com a W4 Estruturas e Eventos LTDA – EPP. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 40) 11/09/2023:** Despacho que determina o cumprimento do despacho retro. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 41) 08/11/2023:** Expediu-se o ofício nº 505/2023 – Coordenadoria-Geral (GED).
- 42) 19/01/2024:** Certidão de que foi procedida a juntada de atualização do movimento referente ao GED nº 20.27.0125.0000218/2023-34.
- 43) 16/02/2024:** Despacho que determina a prorrogação do IC e determinação a expedição de ofício ao setor de perícias do MPSE, solicitado a previsão para a conclusão da análise técnica. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 44) 26/04/2024:** Despacho que determina o cumprimento do despacho retro. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 45) 29/04/2024:** Comprovante da solicitação ao Coordenador via GED.

Inquérito Civil nº 04.16.01.0051 (Registrado em 29/09/2016)

Objeto: Notícia de Fato instaurada com base na Denúncia da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Sergipe, manifestação 00011139, que relata uma construção irregular no Povoado Olhos D'Água, Município de Barra dos Coqueiros-SE.

Planejamento Estratégico? Não

Especialidade: DEFESA DO URBANISMO

Assunto: 6043DIREITO TRIBUTÁRIO > Contribuições > Contribuições Sociais > Construção Civil

46) 08/05/2024: Juntada da resposta ao Ofício nº 204/2024.

47) 13/06/2024: Juntada da Análise Técnica nº 211/2023.

- 1) **29/09/2016:** Registro da notícia de fato.
- 2) **03/10/2016:** Expediu-se o ofício nº605/2019, à Ouvidoria e ofício nº606/2016, ao Secretário de obras do município da barra dos coqueiros/SE.
- 3) **11/10/2016:**Conclusos.
- 4) **10/11/2016:** Despacho que prorroga a Notícia de Fato, bem como determina a expedição ofício à Construtora MRV, solicitando o envio de informações sobre os fatos delatados. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 5) **16/11/2016:** Expediu-se o Ofício 741/2016 – A Construtora MRV.
- 6) **02/12/2016:** Portaria 086/2016, convertendo a Notícia de Fato em Procedimento Preparatório de Inquérito Civil.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 7) **02/03/2017:** Despacho que determina a prorrogação do Procedimento Administrativo e expedição de notificação de comparecimento ao noticiante para prestar informações sobre o objeto.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 8) **13/03/2017:** Expediu-se a Notificação de Comparecimento – Paulo Roberto Santana.
- 9) **21/03/2017:** Juntou-se o Termo de Declaração - Paulo Roberto de Santana. Concluso.
- 10) **09/06/2017:** Despacho determinando a conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil e expedição de ofício à Secretaria Municipal de Obras, a fim de que, diante das novas informações prestadas pelo reclamante, realize inspeção no local, informando quais as modificações foram feitas e se ainda persistem as irregularidades que ensejaram a instauração do presente Inquérito Civil.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 11) **27/06/2017:** Expediu-se o Ofício nº 356/2017.
- 12) **05/07/2017:** Resposta ao Ofício nº 356/2017. Conclusos.
- 13) **12/09/2017:** Despacho que defere a dilação do prazo pleiteado pela Secretaria de Obras.(Promotor de Justiça Luiz Felipe Jordão Wanderley)
- 14) **18/09/2017:** Expedição de notificação ao Secretário de Assuntos jurídicos. Comprovante de recebimento da notificação enviada.
- 15) **22/09/2017:** Resposta ao Ofício nº 356/2017.
- 16) **07/11/2017:** Juntou-se aos autos o Ofício 641/2017, enviado pela Secretaria de Obras. Concluso.
- 17) **23/11/2017:** Despacho que designa audiência extrajudicial.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 18) **01/02/2018:** Juntada do

Termo de audiência pública. Concluso.

- 19) **03/05/2018: Após 90 dias sem movimento.** Despacho determinação a expedição de ofício à ADEMA, para que informe se foi concedida a licença referente ao empreendimento, em caso negativo, o prazo estimado para sua concessão. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 20) **18/06/2018:** Despacho que determina a prorrogação do IC e cumprimento do despacho retro. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 21) **11/07/2018:** Expediu-se Ofício nº 189/2018 – ADEMA.
- 22) **27/07/2018:** Juntada da Resposta ao Ofício nº 189/2018. Concluso.
- 23) **23/08/2018:** Despacho que manda notificar a noticiante para que compareça na Promotoria, para prestar declarações quanto ao cumprimento das cláusulas constantes no mencionado Termo de Compromisso de Conduta, bem como se as irregularidades apontadas na reclamação que originou o presente procedimento foram sanadas. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 24) **05/09/2018:** Juntada do Termo de declaração de Paulo Roberto de Santana. Concluso.
- 25) **11/10/2018:** Despacho que determina a expedição de ofício à Secretaria de Obras e a MRV, para que justifiquem o descumprimento do termo de compromisso de conduta celebrado entre as partes. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 26) **17/10/2018:** Expediu-se o Ofício nº 368/2018 e nº 367/2018.
- 27) **31/10/2018:** Juntada da resposta enviada pela MRV.
- 28) **08/11/2018:** Certidão de que decorreu o prazo sem resposta ao ofício nº 367/2018 e Concluso.
- 29) **07/02/2019:** Despacho que determina a reiteração do ofício 367/2018. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 30) **13/02/2019:** Expediu-se o ofício nº 043/2019.
- 31) **11/03/2019:** Certidão de que foi juntado o documento enviado pela Secretaria Municipal de Obras Públicas e concluso.
- 32) **12/06/2019: Após 90 dias sem movimento.** Despacho que manda oficiar a ADEMA, requisitando que informe sobre eventual conclusão e/ou andamento do processo de liberação da licença para terraplanagem. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 33) **18/06/2019:** Expediu-se o ofício nº 222/2019. Certidão de que o ofício foi enviado via e-mail.
- 34) **30/07/2019:** Despacho determinando a prorrogação do IC. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 35) **02/08/2019:** Resposta ao ofício nº 222/2019. Concluso.

- 36) **09/08/2019:** Despacho que determina expedição de ofício à Secretaria de obras e MRV, para que informem o tempo estimado para execução e conclusão das providências pactuadas no termo de compromisso de conduta. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 37) **21/08/2019:** Expediu-se o Ofício nº 331/2019 e 332/2019 – Secretaria Municipal de Obras.
- 38) **23/08/2019:** Comprobante de recebimento do Ofício nº 331/2019.
- 39) **05/09/2019:** Resposta ao Ofício 332/2019.
- 40) **27/11/2019:** Certidão de que decorreu o prazo sem manifestação e concluso.
- 41) **14/04/2020: Após 4 meses sem movimento.** Despacho que informa o recebimento dos autos naquela data em razão do gozo de licença médica pela Promotora de Justiça, no período de 17/02/2020 a 17/03/2020, bem como da suspensão do expediente externo e prazos extrajudiciais a partir do dia 18/03/2020 pela Portaria Conjunta nº 584/2020, em virtude da decretação de Pandemia pelo COVID-19, destacando-se ainda que o feito ultrapassou o prazo de 90 dias sem impulsionamento ainda durante o período de gozo da licença médica da Promotora e determinou a designação de audiência pública com o retorno das atividades presenciais. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 42) **09/07/2020:** Despacho que determina que aguarde o retorno das atividades presenciais, fim de que se dê prosseguimento ao feito com a designação de audiência pública, tendo em conta a Portaria Conjunta nº 584/2020, com alterações da Portaria Conjunta nº 926/2020. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 43) **18/08/2020:** Despacho que determina a prorrogação do IC, bem como aguarde o retorno das atividades presenciais, fim de que se dê prosseguimento ao feito com a designação de audiência pública. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 44) **20/10/2020:** Juntada do Termo de audiência pública.
- 45) **23/11/2020:** Juntada do Termo da nova audiência pública. Juntada dos documentos apresentados pela Construtora MRV.
- 46) **04/12/2020:** Resposta ao ofício nº 393/2020.
- 47) **16/12/2020:** Manifestação MRV.
- 48) **08/01/2021:** Resposta ao ofício nº 392/2020.
- 49) **15/01/2021:** Juntada do termo de Audiência.
- 50) **08/02/2021:** Juntada da documentação enviada pela ADEMA.
- 51) **08/04/2021:** Juntada da documentação enviada pela MRV.
- 52) **15/04/2021:** Despacho determinando o cancelamento da audiência em razão do acentuado crescimento de casos de COVID-19, bem como determina a notificação do

noticiante para que se manifeste sobre a documentação enviada pela MRV, devendo informar se os problemas que ensejaram a instauração do presente procedimento foram solucionados. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).

- 53) **26/04/2021:** Expediu-se o Ofício nº 181/2021. Juntou-se a Manifestação MRV. Concluso.
- 54) **04/05/2021:** Juntada da Resposta ao Ofício 181/2021.
- 55) **14/05/2021:** Concluso.
- 56) **19/05/2021:** Despacho que determina a expedição de ofício ao Secretário de Obras Municipal requisitando que se manifeste sobre a manifestação do noticiante, devendo informar inclusive sobre a efetiva realização da pendência assinalada. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 57) **28/05/2021:** Expediu-se o Ofício nº 235-2021, ao Secretário Municipal de Obras.
- 58) **31/05/2021:** Comprovante de envio do ofício.
- 59) **11/06/2021:** Resposta ao ofício nº 235/2021. Concluso.
- 60) **09/09/2021: Após 90 dias sem movimento.** Despacho que determina o envio da ata da audiência realizada em 15/01/2021, para que a Secretaria Municipal de Obras se manifeste. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 61) **27/09/2021:** Expediu-se o Ofício nº 452-2021 Sec. Municipal de Obras.
- 62) **28/09/2021:** Juntada do Ofício 927-2021, em resposta ao ofício 452-2021.
- 63) **01/10/2021:** Certidão de que foi juntada a resposta encaminhada pelo Município da Barra dos Coqueiros/SE. Concluso.
- 64) **10/01/2022:** Despacho que determina a expedição de ofício à Construtora MRV, para que se manifeste sobre o cumprimento do estabelecido em audiência, dada a longevidade de tramitação do presente procedimento extrajudicial e a necessidade de finalização do mesmo, na forma da lei. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 65) **29/03/2022:** Expediu-se o Ofício nº 12/2022 – MRV. Certidão de que decorreu o prazo sem manifestação quanto ao ofício nº 12/2022 e Concluso.
- 66) **31/03/2022:** Despacho que determina a prorrogação do IC e a reiteração do ofício à MRV. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 67) **12/04/2022:** Expediu-se o Ofício nº 161/2022 – MRV Engenharia.
- 68) **11/07/2022:** Certidão de que não houve resposta e concluso.
- 69) **12/07/2022:** Despacho que determina a reiteração do ofício à 161/2022. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 70) **30/09/2022:** Despacho que determina o cumprimento do despacho retro.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).

- 71) **10/01/2023:** Despacho que determina novamente o cumprimento do despacho anterior.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 72) **12/01/2023:** Expediu-se o Ofício nº 005/2023 - MRV Construções.
- 73) **31/01/2023:** Manifestação MRV – pedido de dilação de prazo. Concluso.
- 74) **01/02/2023:** Despacho que defere o prazo pleiteado.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana). Deu ciência da dilação do prazo – MRV.
- 75) **17/02/2023:** Juntada da resposta ao Ofício n. 005/2023. Concluso.
- 76) **03/05/2023:** Despacho que determina a prorrogação do IC e a conclusão dos autos para decisão de arquivamento. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana). Concluso.
- 77) **15/06/2023:** Decisão de arquivamento com remessa ao CSMP porque o inquérito civil cumpriu seu papel e que os procedimentos extrajudiciais não podem ter caráter eterno, outra solução não se afigura mais oportuna senão o encerramento do feito, uma vez que foi resolutivo nos limites pretendidos. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 78) **11/07/2023:** Comprovante de notificações cumpridas.
- 79) **12/07/2023:** Expediu-se o Ofício nº 394/2023 – CSMP.
- 80) **18/07/2023:** Na Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público
- 81) **03/08/2023:** Aviso – Distribuição CSMP nº 49/2023.
- 82) **04/08/2023:** Encaminhamento à Conselheira MARIA CONCEIÇÃO DE FIGUEIREDO ROLEMBERG.
- 83) **20/11/2023: Após 100 dias sem movimento.** Voto da Conselheira pela Conversão em Diligência, com as seguintes diligências: *i) Notifique Paulo Roberto de Santana para comprovar a doação da área indicada no Termo de Compromisso de Conduta (fls. 88/93), nos termos da Cláusula Segunda, item "a" do ajuste e ii) Oficie o Município de Barra dos Coqueiros para demonstrar a execução da Drenagem Pluvial do acesso interligando a Drenagem do Parque Alameda da Costa e a construção da calçada da rua que dá acesso ao Povoado Olhos D'Água, na área doada por Paulo Roberto de Santana.* (Ernesto Anízio Azevedo Melo – Procurador de Justiça e Membro do CSMP). Informação de que será pautado na 21ª sessão ordinária do CSMP designada para dia 23/11/2023.
- 84) **07/12/2023:** Decisão do Conselho que converteu em diligência.
- 85) **12/12/2023:** Certidão de julgamento. Encaminhamento à Promotoria de Justiça de origem.
- 86) **09/01/2024:** Certidão de que os autos foram devolvidos pelo CSMP.
- 87) **10/01/2024:** Despacho que determina o cumprimento da decisão do CSMP. (Promotora de Justiça Peterson Almeida Barbosa).
- 88) **04/04/2024:** Despacho que manda cumprir o comando do desposta retro. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).

Inquérito Civil nº 04.16.01.0053 (Registrado em 03/10/2016)

Objeto: Notícia de Fato instaurada com base na documentação de moradores do Município de Barra dos Coqueiros – SE, os quais pedem a adoção das medidas cabíveis para solução envolvendo o navio de propriedade da H Dantas ancorado neste município.

Planejamento Estratégico? Não

Especialidade: Meio Ambiente Natural, Artificial e Cultural

Assunto: Sem assunto

- 89) **10/04/2024:** Expediu-se o Ofício nº 158/2024-Secretario de Obras.
- 90) **11/04/2024:** Notificação do Sr. Paulo Roberto.
- 91) **12/04/2024:** Juntada de resposta quanto a notificação do Sr. Paulo Roberto.
- 92) **04/06/2024:** Despacho que determina a prorrogação do IC, reiteração ao ofício enviado ao Secretário de Obras e notificação ao Sr. Paulo Roberto Santana para que apresente a documentação comprobatória da doação. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 93) **07/06/2024:** Expediu-se o Ofício nº 279/2024- Secretário de Obras.
- 94) **14/06/2024:** Retorno da notificação enviada ao Sr. Paulo Roberto.
- 95) **02/07/2024:** Despacho que determina a reiteração ao ofício enviado ao Secretário de Obras, ao Sr. Paulo Roberto solicitando a documentação comprobatória da doação. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 96) **22/07/2024:** Certidão de comparecimento do Sr. Paulo. Juntada de TAC Paulo Roberto de Santana.
- 97) **31/07/2024:** Expediu-se o ofício 446-2024 – secretaria de obras e ofício 447-2024 – secretaria de assuntos jurídicos.
- 1) **03/10/2016:** Registro da Notícia de Fato.
- 2) **06/10/2016:** Expediu-se o Ofício 619/2016 – Secretaria de Meio Ambiente do Município de Barra dos Coqueiros/SE, Ofício 620/2016 – A ADEMA.
- 3) **09/11/2016:** Despacho que determina a prorrogação da Notícia de Fato e reiteração do ofício à Secretaria de Meio Ambiente do Município de Barra dos Coqueiros/SE (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana). Expediu-se o Ofício 707/2016 – A Secretaria de Meio Ambiente do Município de Barra dos Coqueiros.
- 4) **16/11/2016:** Concluso.
- 5) **07/12/2016:** Portaria–Notícia de Fato convertida em Procedimento Preparatório, com a seguinte diligência: i) ofício ao Ouvidor Geral do Município para que envie fotocópia do relatório reportado no ofício de fl. 33 e ii) ao MPF a fim de que informe se há procedimento instaurado naquela instituição que tenha por objeto o deste procedimento. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 6) **19/01/2017:** Expediu-se o Ofício 003/2016 – Ouvidoria do Município de Barra dos Coqueiros – SE e Ofício 003/2017 – ao MPF.
- 7) **09/03/2017:** Despacho que determina a prorrogação do Procedimento Preparatório e reitera ofício enviado à Ouvidoria do Município de Barra dos Coqueiros. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana). Expediu-se o Ofício 191/2017 – A Ouvidoria – Geral do Município de Barra dos Coqueiros e conclusu.
- 8) **26/09/2017:** **Após 6 meses sem movimento.** Despacho que determina que converte o Procedimento Preparatório em Inquérito Civil. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).

- 9) **27/09/2017:** Portaria nº 031/2017. Expedição de Ofício nº 530/2017 – SPU-SE.
- 10) **07/11/2017:** Resposta ao Ofício nº 530/2017 e Concluso.
- 11) **06/03/2018: Após 3 meses sem movimento.** Despacho que determina a expedição de ofício à defesa civil do Estado, para que realizem vistoria no local identificado no documento de fls. 91/98.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 12) **25/04/2018:** Expedição do Ofício nº 88/2018 e Ofício nº 89/2018. Resposta ao Ofício nº 89/2018 e Concluso.
- 13) **08/06/2018:** Juntada dos documentos enviados pela ADEMA. Certidão de juntada do documento.
- 14) **25/09/2018: Após 3 meses sem movimento.** Despacho que designa audiência pública com as partes interessadas, para o próximo dia 26/10/2018.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 15) **08/10/2018:** Despacho que determina a prorrogação do IC. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 16) **16/10/2018:** Juntada do despacho retro.
- 17) **26/10/2018:** Juntada do Termo de Audiência.
- 18) **27/11/2018:** Juntada dos documentos.
- 19) **18/02/2019:** Expediu-se o Ofício nº 005/2019 e Ofício nº 004/2019.
- 20) **03/04/2019:** Resposta ao Ofício nº 088/2018.
- 21) **08/04/2019:** Despacho que determina a certificação do prazo. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana). Certidão de que não houve resposta. Juntou-se aos autos a resposta ao ofício nº 005/2019.
- 22) **06/06/2019:** Despacho que ordena a reiteração do ofício de fls.161.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 23) **23/08/2019:** Expediu-se o Ofício nº 329/2019 – CREA/SE.
- 24) **10/09/2019:** Certidão de que a engenheira Vanessa Menezes, representando o CREA/SE, informou, por meio de contato telefônico em 09/09/2019, que o laudo requisitado no Ofício nº 329/2019 está em andamento e que será concluído até o dia 30/09/2019.
- 25) **16/10/2019:** Concluso.
- 26) **23/10/2019:** Despacho que determina a prorrogação do IC e a remessa do laudo de vistoria técnica de fls. 181/294 ao MPF, ante a notícia de indícios de despejos de residuais (óleos) durante o desmonte de parte do antigo tanque de combustíveis marítimos do navio H Dantas, nas areias da praia e águas do Rio Sergipe, e a existência do Procedimento Administrativo de acompanhamento nº 1.35.000.001500/2017-44 em tramitação naquela Procuradoria — 2º Ofício da Tutela Coletiva (fl. 69). (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 27) **24/01/2020:** Despacho que determina o cumprimento do despacho retro. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 28) **20/04/2020:** Despacho que determina o cumprimento do despacho retro, na medida da

possibilidade de sua concretização, haja vista a suspensão do expediente externo e prazos extrajudiciais desde 18/03/2020 pela Portaria Conjunta nº 584/2020, em virtude da decretação de Pandemia pelo COVID-19 (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).

- 29) **16/07/2020:** Despacho que determina que aguarde o retorno das atividades presenciais, fim de que se dê prosseguimento ao feito, tendo em conta a Portaria Conjunta nº 584/2020, com alterações da Portaria Conjunta nº 926/2020. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 30) **19/10/2020: Após 3 meses sem movimento.** Despacho que determina o cumprimento do despacho de fl. 296. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 31) **04/12/2020:** Despacho que determina a prorrogação do IC e o cumprimento do despacho anterior. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana). Expediu-se o ofício nº 413/2020 – MPF. Concluso.
- 32) **08/03/2021:** Despacho que determina que aguarde o retorno das atividades presenciais, fim de que se dê prosseguimento ao feito, tendo em conta a Portaria Conjunta nº 502/2021 PGJ-MP/SE. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 33) **28/05/2021:** Despacho que determina que aguarde o retorno das atividades presenciais, fim de que se dê prosseguimento ao feito, tendo em conta a Portaria Conjunta nº 1068/2021 – PGJMP/SE. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 34) **24/08/2021:** Despacho que determina o cumprimento do despacho lançado em 28/05/2021. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 35) **17/11/2021:** Despacho que determina o cumprimento do despacho lançado em 24/08/2021. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 36) **09/02/2022:** Juntada da resposta ao ofício nº 413/2020 e conclusivo.
- 37) **29/04/2022:** Despacho que determina o cumprimento do despacho lançado em 17/11/2021. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 38) **08/06/2022:** Decisão de arquivamento do IC, tendo em vista do acervo probatório não se vislumbra justa causa para a propositura de Ação Civil Pública ou outra providência de natureza administrativa. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 39) **09/06/2022:** Certidão de que não houve notificação dos notificantes porque não há endereço físico ou eletrônico. Despacho que determina a notificação das partes via edital. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 40) **20/06/2022:** Notificou-se a Ouvidoria da Barra dos Coqueiros.
- 41) **27/07/2022:** Publicação da notificação dos notificantes via edital. Certidão de que decorreu o prazo sem interposição de recurso.
- 42) **28/07/2022:** Expediu-se o Ofício nº 344/2022 – Remessa CSMP.
- 43) **01/08/2022:** À Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público.
- 44) **10/08/2022:** Aviso – Distribuição CSMP nº 61/2022.
- 45) **30/08/2022:** CSMP – Distribuição: JOSENIAS FRANCA DO NASCIMENTO. Encaminhamento ao Conselheiro.

- 46) **18/10/2022:** Voto do Conselheiro pela Conversão em Diligência, com a seguinte diligência: *determino o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de Origem, com o desiderato de que promova a notificação, acerca da decisão do arquivamento do presente procedimento, de representante dos moradores do Bairro Baixo/comunidade ribeirinha e do senhor Edson Aparecido dos Santos, presidente da Comissão de Estudo, Análise e Fiscalização de Moradias em Áreas de Proteção Permanente do Município de Barra dos Coqueiros* (Josenias Franca do Nascimento – Procurador de Justiça e Membro do CSMP)
- 47) **24/10/2022:** ENCAMINHAMENTO A ÓRGÃO INTERNO (Diligência/Oficiar Promotoria) - 920025 GED 20.27.0219.0000584/2022-94.
- 48) **27/10/2022:** Certidão de que os autos foram devolvidos pelo CSMP.
- 49) **28/10/2022:** Determinou-se a prorrogação do IC e o envio dos autos ao CAOp da Segurança Pública do MPSE, a fim de verificar se é possível a localização dos interessados. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana). Expediu-se o Ofício nº 492/2022 – CAOp da Segurança Pública.
- 50) **22/11/2022:** Resposta ao ofício nº 492/2022.
- 51) **28/11/2022:** Certidão de recebimento da resposta enviada pelo CAOp da Segurança Pública.
- 52) **06/12/2022:** Despacho que determina a notificação dos interessados. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 53) **02/03/2023:** Despacho que determina o cumprimento do despacho retro. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 54) **09/03/2023:** Juntada da Notificação – Rashidney Henrique Santos de Jesus – Não localizado.
- 55) **10/03/2023:** Notificação – Edinaldo Xavier dos Santos.
- 56) **10/04/2023:** Notificação – Edson da Silva Rodrigues (Não localizado).
- 57) **06/07/2023:** Despacho que determina a expedição de notificação aos demais moradores identificados na relação de fls. 363/366. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 58) **21/08/2023:** Despacho que prorroga o IC (Promotor de Justiça Gabriel Arttime Suzart de Freitas).
- 59) **04/09/2023:** Notificação – Cosme Marques de Lima, Notificação – Jozimar Conceição de Mendonça e Notificação – José Edglebson dos Santos.
- 60) **24/11/2023:** Despacho determinando as notificações de todos os interessados. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 61) **21/02/2024:** Despacho que determina o cumprimento do despacho retro. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 62) **14/03/2024:** Notificação – WELTON ANTÔNIO DOS SANTOS.
- 63) **18/03/2024:** Notificação – VALDEMIR LUIZ LIMA.
- 64) **21/03/2024:** notificação VALTER LUCIANO LIMA
- 65) **15/05/2024:** Notificação – JHONY SILVA DE OLIVEIRA – não cumprida.
- 66) **31/07/2024:** Notificações expedidas a todos os interessados.

Inquérito Civil nº 04.18.01.0018 (Registrado em 27/04/2018)

Objeto: Notícia de Fato Instaurada a partir do Ofício nº 184/2018, oriundo do CAOP do Meio Ambiente e Urbanismo, informando a ausência de plano de contingência para prevenção de desastres naturais no município de Barra dos Coqueiros/SE

Planejamento Estratégico? Sim

Especialidade: Meio Ambiente Natural, Artificial e Cultural.

Assunto: 900031DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO > DIREITO AMBIENTAL > Gestão Ambiental

- 1) **27/04/2018:** Registro da Notícia de Fato.
- 2) **30/05/2018:** Despacho que determina a certificação acerca de trâmite na Promotoria tratando dos mesmos fatos e, em caso negativo, deverá expedir ofício à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para que preste informações sobre a situação delatada. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 3) **07/06/2018:** Determinou-se a prorrogação da Notícia de Fato. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 4) **31/08/2018:** Portaria nº 036/2018, convertendo a Notícia de Fato em Procedimento Preparatório. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana). Certidão de que não existe procedimento em trâmite sobre os mesmos fatos.
- 5) **05/09/2018:** Expediu-se o ofício nº 285/2018 – secretaria municipal de meio ambiente.
- 6) **31/10/2018:** Certidão de que não houve reposta e conclusão.
- 7) **04/12/2018:** Despacho prorrogando o IC e determinando a reiteração do ofício de fl. 12. (Promotora de Justiça Priscila Camargo Silva Tavares).
- 8) **08/03/2019:** Despacho que determina a cumprimento do despacho retro. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana). Expediu-se o Ofício nº 052/2019.
- 9) **20/03/2019:** O Procedimento Preparatório foi convertido em Inquérito Civil – Portaria 018/2019. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 10) **25/03/2019:** Juntada da resposta ao Ofício nº 052/2019 e conclusão.
- 11) **13/06/2019:** Despacho que determinando a expedição de ofício à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para que apresente fotocópias dos PRAD's (Plano de Recuperação de Área Degradada) da Atalainha e Suvaco do cão, e o Projeto de Reurbanização do Canal do Guaxinim e Portelinha, bem como para que informe, a existência ou não de famílias e/ou ocupações residenciais atualmente em áreas de vulnerabilidade e, em caso positivo, deverá apresentar as medidas administrativas adotadas para evitar riscos àquelas comunidades. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 12) **18/06/2019:** Expediu-se o Ofício nº 231/2019.
- 13) **11/07/2019:** Resposta ao ofício nº 231/2019. Conclusos.
- 14) **15/07/2019:** Juntada dos documentos enviados pela Secretaria do meio ambiente.
- 15) **10/10/2019:** Despacho que determinando a expedição de ofício ao Ouvidor do Município da Barra dos Coqueiros, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis encaminhe fisicamente os documentos mencionados no Ofício de fl. 29 e que deveriam constar da mídia digital enviada (PRAD'S e RFA — ADEMA), bem como deverá esclarecer no mesmo prazo, se as áreas identificadas como de risco (Atalainha, Portelinha, Sovaco do Cão e Canal Guaxinim) são todas pertencentes à SPU, bem como deverá especificar se ainda existem moradias irregulares nas referidas regiões. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 16) **13/01/2020:** Expediu-se o Ofício nº 431/2019. Certidão de que não houve manifestação e

concluso.

- 17) **20/01/2020:** Juntada no Projeto da Portelinha, remetido pelo Ouvidor Geral da Barra dos Coqueiros.
- 18) **22/01/2020:** Despacho determinando a reiteração do ofício nº431/2019. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 19) **17/04/2020:** Despacho que determina o cumprimento do despacho retro, na medida da possibilidade de sua concretização, haja vista a suspensão do expediente externo e prazos extrajudiciais desde 18/03/2020 pela Portaria Conjunta nº 584/2020, em virtude da decretação de Pandemia pelo COVID-19 (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 20) **02/06/2020:** Prorrogou-se o IC. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana). Expediu-se o Ofício nº 161/2020 – Ouvidoria-Geral da Barra dos Coqueiros.
- 21) **01/09/2020: Após 90 dias sem movimento.** Certidão de que decorreu o prazo sem manifestação e Concluso.
- 22) **30/11/2020: Após 90 dias sem movimento.** Despacho determinando a reiteração do ofício de fl. 63.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 23) **16/12/2020:** Expediu-se o Ofício nº 407/2020 – Ouvidoria-Geral Barra dos Coqueiros/SE.
- 24) **15/03/2021:** Certidão de que transcorreu o prazo estabelecido no ofício nº 407/2020, sem que o destinatário enviasse resposta e concluso.
- 25) **17/03/2021:** Despacho que determina a reiteração do ofício nº 407/2020.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 26) **11/06/2021:** Despacho que determina que aguarde o retorno das atividades presenciais, fim de que se dê prosseguimento ao feito, tendo em conta a Portaria Conjunta nº 1068/2021 – PGJMP/SE. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 27) **09/09/2021:**Despacho que determina o cumprimento do despacho do dia 17/03/2021. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 28) **27/09/2021:** Expediu-se o Ofício nº 457-2021 Ouvidoria da Barra dos Coqueiros.
- 29) **04/10/2021:** Resposta ao ofício nº 457/2021. Concluso.
- 30) **05/10/2021:** Despacho que determinou o arquivamento do Inquérito Civil, com declínio de atribuições para o MPF, tendo em vista que a área objeto do presente procedimento faz parte de área de domínio da União, com remessa ao CSMP. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 31) **30/11/2021:** Prorrogou-se o IC. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 32) **25/02/2022:** Decisão promovendo a declinação de atribuição para o MPF e com remessa ao CSMP (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 33) **28/06/2022:** Notificação enviada ao CAOp do Meio Ambiente.

- 34) **11/11/2022: Após 4 meses sem movimento.** Notificação enviada ao Município da Barra dos Coqueiros/SE.
- 35) **16/11/2022:** Expediu-se o Ofício nº 524/2022 – CSMP.
- 36) **18/11/2022:** À Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público.
- 37) **01/12/2022:** Aviso – Distribuição CSMP nº 91/2022.
- 38) **10/01/2023:** CSMP – Distribuição: MARIA CONCEIÇÃO DE FIGUEIREDO ROLEMBERG. Encaminhamento ao Conselheiro.
- 39) **18/01/2023:** Voto do Conselheiro pela Conversão em Diligência, com a seguinte diligência: *faz-se mister a realização de diligência complementar, com o fito de que o município de Barra dos Coqueiros informe se cumpriu as determinações contidas no artigo 3ª – A, § 2º, da Lei Federal nº. 12.340/2010, em especial se elaborou Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil com os elementos exigidos no referido diploma legal e, ainda, instituiu órgão de defesa civil.* (Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg – Procuradora de Justiça e Membro do CSMP)
- 40) **27/01/2023:** Informação de que será pautado na 2ª Sessão Ordinária do CSMP, designada para o dia 02/02/2023.
- 41) **16/02/2023:** Decisão do CSMP, deferindo a diligência.
- 42) **23/02/2023:** Encaminhamentos dos autos à Promotoria de origem.
- 43) **27/02/2023:** Prorrogou-se o IC e determinou-se o cumprimento da diligência determinada pela CSMP. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 44) **23/03/2023:** Expediu-se o Ofício nº 142/2023 – Prefeito da Barra dos Coqueiros.
- 45) **12/06/2023:** Certidão de que não foi apresentada resposta ao ofício nº 142/2023. Concluso.
- 46) **15/06/2023:** Despacho que determina a reiteração do ofício nº 142/2023. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 47) **11/09/2023:** Despacho determinando o cumprimento da ordem no despacho anterior. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 48) **29/09/2023:** Expediu-se o Ofício nº 507/2023 – Prefeito da Barra dos Coqueiros. Resposta ao ofício nº 507/2023. Concluso.
- 49) **10/01/2024:** Despacho que devolve os autos ao Conselho Superior do Ministério Público, haja vista o cumprimento das diligências determinadas. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 50) **26/02/2024:** Prorrogou-se o IC e determinou que se aguarde o prosseguimento do feito nos termos do despacho lançado em 10/01/2024. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

- 51) **24/05/2024:** Despacho que determinou a expedição de novo ofício ao Prefeito desta urbe, requisitando o envio de informações atualizadas acerca da elaboração do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 52) **02/07/2024:** Expediu-se o ofício nº 334/2024, ao Prefeito da Barra dos Coqueiros.
- 53) **24/07/2024:** Confirmação do recebimento do ofício.
- 54) **31/07/2024:** Despacho que determina a reiteração do ofício n. 334/2024. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 55) **05/08/2024:** Expediu-se o ofício n. 463/2024 e 464/2024.

Inquérito Civil nº 04.18.01.0029 (Registrado em **15/06/2018**) Registro da Notícia de Fato.
15/06/2018) Conclusão.

Objeto: Notícia de Fato instaurada a partir do Ofício nº **2) 11/07/2018** Certidão registrando que transcorreu o prazo de 15 (quinze) dias estabelecido no item 7 150/2018 da 2ª CIPM, informando que o Município de Barra dos Coqueiros não solicitou oportunamente solicitada pela Promotora de Justiça.

policiamento para a realização dos festejos juninos no **3) 20/07/2018** Despacho de prorrogação de prazo da Notícia de Fato com determinação de expedição de ofício à Secretaria de Governo do Município de Barra dos Coqueiros para apresentar a

Planejamento Estratégico? Sim. (PATRIMÔNIO documentação indicada no item 7 de fl 08. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

PÚBLICO) Acompanhar licitações e contratações de **4) 02/08/2018** Despacho de prorrogação de prazo da Notícia de Fato com determinação de expedição de ofício à Secretaria de Governo do Município de Barra dos Coqueiros para apresentar a

bens, serviços e obras públicas de documentação indicada no item 7 de fl 08. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

Especialidade: Fiscalização dos Serviços de documentação indicada no item 7 de fl 08. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

Relevância Pública **5) 09/08/2018** Expedição do Ofício nº 223/2018 à Secretaria de Governo do Município de Barra dos

Assunto: 10010 DIREITO ADMINISTRATIVO E Coqueiros. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO > **6) 24/08/2018** Juntada do Ofício nº 085/2018, oriundo do Município de Barra dos Coqueiros,

Atos Administrativos > Ato Lesivo ao Patrimônio encaminhando os gastos referentes ao “5º São João na Barra é bom demais 2018”.

Artístico, Estético, Histórico ou Turístico Conclusão.

7) 23/10/2018 Portaria nº 041/2018, de instauração de Procedimento Preparatório de Inquérito Civil.

(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

Despacho determinando a conversão da Notícia de Fato em Procedimento Preparatório de Inquérito Civil com determinação de expedição de ofício à Secretaria Municipal de Governo para apresentar o documento de vistoria e liberação do Corpo de Bombeiros, bem como para remeter cópia da prestação de contas enviada ao Ministério do Turismo. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

8) 12/11/2018 Expedição do Ofício nº 395/2018 à Secretaria Municipal de Governo. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

9) 21/11/2018 Conclusão.

10) 15/02/2019 Despacho de prorrogação de prazo do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil com determinação de expedição de ofício ao Ministério Público Federal encaminhando fotocópia dos documentos referentes à prestação de contas efetuada pelo Município junto ao Ministério do Turismo,

bem assim, de todos os documentos constantes desses autos que se refiram ao convênio celebrado entre aquele Ministério e a Municipalidade visando a realização do evento versado nos autos, para conhecimento - e eventuais providências que entender cabíveis. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

11) 09/05/2019 Despacho determinando o cumprimento do despacho de fl. 123. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

12) 15/05/2019 Portaria nº 024/2019, de conversão do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil em Inquérito Civil com determinação de cumprimento de diligências constantes no despacho retro. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

Despacho, datado de 13/05/2018, determinando a conversão do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil em Inquérito Civil.

Após referido despacho, **o procedimento permaneceu sem movimentação por mais de 90 (noventa) dias** até 28/08/2019, quando foi proferido despacho.

13) 28/08/2019 Despacho determinando a expedição de Ofício ao Secretário Municipal de Finanças para apresentar cópias de todos os contratos devidamente assinados, firmados pelo Município de Barra dos Coqueiros para a realização dos festejos juninos de 2018 ("São João na Barra é bom demais — 5ª edição"), nos dias 15 e 16 de junho de 2018, referentes aos gastos públicos efetuados, seja por verba decorrente de Convênio, seja por recursos próprios do Município. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

14) 01/10/2019 Conclusão.

15) 23/01/2020 Despacho determinando o encaminhamento dos documentos de fls. 131/155 ao CAOP Patrimônio Público e da Ordem Tributária do MPSE, solicitando a análise quanto à existência de eventuais irregularidades na realização de evento denominado "5º São João da Barra é Bom Demais". (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

16) 20/04/2020 Despacho determinando o aguardo do retorno das atividades presenciais na unidade ministerial a fim de que seja realizada a remessa dos autos físicos do presente procedimento ao CAOP do Patrimônio Público e da Ordem Tributária, consoante determinado no despacho lançado em 23/01/2020, considerando a necessidade de impulsionamento do feito e, diante da suspensão do expediente externo e prazos extrajudiciais desde 18/03/2020 pela Portaria Conjunta nº 584/2020 em virtude da decretação de Pandemia pelo COVID-19. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

17) 16/07/2020 Despacho determinando o aguardo do retorno das atividades presenciais nesta unidade ministerial a fim de que se dê prosseguimento ao feito, consoante determinado no despacho lançado em 20/04/2020, considerando que a Portaria Conjunta nº 584/2020 de 18 de março de 2020 - *com as recentes alterações da Portaria Conjunta nº 969/2020 de 14/07/2020*, estabeleceu regime integral de trabalho remoto (*home office*) em virtude da suspensão das atividades judiciárias e fechamento das unidades ministeriais em decorrência da decretação da Pandemia pela COVID-19. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

18) 24/07/2020 Despacho de prorrogação de prazo do Inquérito Civil com determinação de aguardo do retorno das atividades presenciais desta unidade ministerial situada no fórum local, para as providências ulteriores cabíveis, consoante já determinado no despacho lançado em 16/07/2020. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

19) 27/10/2020 Despacho determinando o cumprimento do despacho de fl. 157, considerando o retorno das atividades presenciais. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

20) 17/12/2020 Expedição do Ofício nº 363/2020 ao CAOP Patrimônio Público e da Ordem Tributária do MPSE. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

Certidão registrando nos autos que o Ofício nº 363/2020 foi remetido ao CAOP Patrimônio Público e da Ordem Tributária do MPSE, através do GED nº 20.27.0125.0000125/2020-32.

Conclusão.

21) 16/03/2021 Despacho determinando a conclusão dos autos fisicamente, após o encerramento do trabalho remoto integral versado no art. 1º, da Portaria Conjunta nº 502/2021 PGJ-MP/SE, para as providências ulteriores cabíveis, considerando a necessidade de impulsionamento do feito e considerando o conteúdo da Portaria Conjunta nº 502/2021 PGJ-MP/SE, datada de 08/03/2021, que, até o dia 21/03/2021, instituiu o trabalho remoto integral (*home office*) para os membros, servidores e estagiários do Ministério Público, bem assim, a suspensão dos prazos dos procedimentos extrajudiciais que tramitam pelo sistema PROEJ e a suspensão do atendimento presencial nas Promotorias de Justiça que atuam nos fóruns – ressalvados os casos urgentes e graves, em virtude do acentuado crescimento da ocupação de leitos em enfermaria e de UTI COVID nos hospitais do Estado de Sergipe, do novo cenário epidemiológico decorrente do surgimento de variantes do coronavírus de elevada agressividade e transmissibilidade que vêm colocando em estado grave inclusive jovens e adultos sem comorbidades, e, ainda, diante da impossibilidade momentânea de acesso aos autos físicos do presente procedimento para análise da documentação recebida pelo CAOP do Patrimônio Público sem risco de contaminação. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

22) 02/06/2021 Despacho determinando o cumprimento do despacho retro – lançado em 16/03/2021 – tão logo retornem as atividades presenciais na 1ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros, haja vista que a Portaria Conjunta nº 1068/2021 – PGJ-MP/SE, de 27 de maio de 2021 - que alterou a Portaria Conjunta nº 501/2021, instituiu prorrogação do regime diferenciado de trabalho remoto integral até o dia 30 de junho de 2021, nos mesmos termos da portaria anterior, face à continuidade do cenário epidemiológico decorrente do surgimento de variantes do Coronavírus de elevada agressividade e transmissibilidade, com risco de morte por contaminação inclusive na população sem comorbidades pertencente à cadeia econômica de produção. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

23) 01/09/2021 Despacho determinando o cumprimento do despacho lançado em 02/06/2021, diante

da necessidade de impulsionamento do feito. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

24) 30/11/2021 Conclusão.

Despacho determinando a expedição de ofício: ao Prefeito do Município de Barra dos Coqueiros/SE, requisitando a remessa de fotocópias dos processos de inexigibilidade que resultaram nos contratos celebrados para a realização dos festejos juninos no ano de 2018, bem como, fotocópias dos contratos efetivamente celebrados; e ao empresário Teo Santana e Marya Bunita Produções Artísticas, requisitando o envio de relação contendo todas as contratações realizadas por outras Prefeituras e/ou empresas particulares para a apresentação dos mesmos artistas contratados por meio destes, pelo Município da Barra dos Coqueiros/SE, na realização dos festejos juninos do ano de 2018 (histórico de apresentações), bem como, fotocópias dos contratos celebrados entre os artistas e os respectivos empresários. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

25) 17/02/2022 Despacho de prorrogação de prazo do Inquérito Civil, diante da necessidade de obtenção de informações a serem prestadas pelo Prefeito da Barra dos Coqueiros e pelo empresário Teo Santana. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

26) 22/03/2022 Expedição do Ofício nº 91/2022 ao Prefeito do Município de Barra dos Coqueiros/SE. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

Juntada do Ofício nº 11/2022, oriundo do Município de Barra dos Coqueiros/SE, em resposta ao Ofício nº 91/2022.

27) 11/04/2022 Certidão registrando nos autos que os documentos que acompanham a resposta ao Ofício nº 91/2022, recebidos no endereço eletrônico desta Promotoria de Justiça, possuem tamanho maior que o permitido para juntada no Sistema Proej, razão pela qual deixou de proceder à respectiva juntada virtual, bem como à impressão física dos mesmos, em virtude da grande quantidade de laudas, procedendo à gravação dos arquivos em mídia digital CD/DVD que se encontra na contracapa dos autos.

Conclusão.

28) 11/07/2022 Despacho determinando a reiteração do Ofício nº 92/2022, com as advertências legais quanto ao seu descumprimento, bem como quanto à possibilidade de condução coercitiva, ante a recusa injustificada de cumprimento de requisição ministerial. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

29) 30/09/2022 Despacho determinando o cumprimento do despacho lançado em 11/07/2022. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

30) 10/01/2023 Despacho determinando o cumprimento do último despacho lançado nos autos. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

31) 03/02/2023 Expedição do Ofício nº 008/2023 ao Sr. Teo Santana. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

Certidão registrando nos autos que ofício nº 008/2023 não foi cumprido pois, segundo informações do meirinho, este manteve contato telefônico por diversas vezes com o Sr. Teo Santana, porém, este sempre informa que está viajando, sem informar data de retorno.

Conclusão.

32) 16/02/2023 Despacho determinando a renovação do Ofício nº 008/2023, com a advertência expressa de que essa é a última vez que tal requisição está sendo encaminhada e, na hipótese de nova suspeita de esquivamento, de tudo será certificado, devendo em seguida a requisição ser protocolada no endereço da empresa; e, ainda, na hipótese de descumprimento injustificado da requisição no prazo estipulado, serão adotadas as providências judiciais cabíveis, inclusive instauração de inquérito para apuração do crime de desobediência e medidas judiciais de busca e apreensão.

33) 22/03/2023 Despacho de prorrogação de prazo do Inquérito Civil, diante da necessidade de obtenção de informações a serem prestadas pelo produtor Teo Santana, representante legal da empresa Marya Bunita Produções Artísticas. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

34) 23/03/2023 Juntada do Ofício nº 96/2023 expedido ao Sr. Teo Santana com comprovante de recebimento. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

35) 13/06/2023 Certidão registrando nos autos que até a presente data, não houve resposta ao ofício nº 96/2023.

Conclusão.

36) 04/09/2023 Despacho determinando a reiteração do Ofício nº 96/2023, notificando-se pessoalmente o destinatário com as advertências legais para a hipótese de nova inércia injustificada e esclarecendo que as providências constantes no ofício são imprescindíveis à instrução do procedimento extrajudicial. (Promotor de Justiça Gabriel Artime Suzart de Freitas)

37) 29/09/2023 Expedição do Ofício nº 502/2023 ao Sr. Teo Santana. (Promotor de Justiça Gabriel Artime Suzart de Freitas)

Certidão registrando nos autos que o Ofício nº 502/2023 não foi entregue ao seu destinatário, pois segundo informações do meirinho, o Sr. Teo Santana informou por meio de mensagem telefônica que já teria respondido à requisição ministerial e que está sempre viajando e, portanto, impossibilitado de receber o expediente.

38) 10/10/2023 Juntada de e-mail apresentado pelo advogado do Sr. Teo Santana, solicitando habilitação no procedimento e cópia do mesmo, apresentando Procuração.

39) 17/10/2023 Despacho deferindo ao requerente a concessão de acesso aos autos físicos, pessoalmente, nesta unidade promotorial. Determinou que também seja informado sobre a possibilidade de obter acesso/cópia do presente procedimento por do meio do *site* do Ministério Público Estadual de Sergipe. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

40) 25/10/2023 Juntada de *e-mail* encaminhado ao advogado do Sr. Teo Santana.

41) 16/11/2023 Juntada de resposta ao Ofício nº 502/2023. apresentada pelo Sr. Teo Santana. Conclusão.

42) 07/02/2024 Despacho determinando a conclusão dos autos para análise de diligências finais ou eventual ajuizamento de ação civil pública, na forma da lei, considerando a vasta quantidade de diligências empreendidas, bem assim, diante da necessidade de avaliação minuciosa do arcabouço procedimental. (Promotora de Justiça Sílvia Nunes Leal)

43) 23/04/2024 Despacho de prorrogação de prazo do Inquérito Civil com determinação de cumprimento do despacho lançado no dia 07/02/2024. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

44) 20/06/2024 Despacho determinando a expedição de Ofício ao Prefeito e ao Secretário de Assuntos Jurídicos, requisitando o envio dos processos de licitação e contratos referentes à contratação das empresas Téo Santana Empreendimentos, Luz e Led Produções LTDA, Estrutura TEK MIX, Marcos Aurélio Santos Felix (locação de sanitários), SDSERV prestadora de serviços (apoio e bombeiros) e Energizar geradores (estrutura), bem como de documento que comprove a estimativa de público por dia do evento “São João da Barra é bom demais – 5ª edição, ano 2018). Com a chegada dos documentos, determinou a remessa dos autos ao setor de Divisão e Perícia para realização de análise complementar. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

45) 26/06/2024 Expedição dos Ofícios nºs 316/2024 e 317/2024, respectivamente, ao Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos de Barra dos Coqueiros e ao Prefeito do Município de Barra dos Coqueiros. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

46) 11/07/2024 Juntada do Ofício nº 317/2024 expedido ao Prefeito do Município de Barra dos Coqueiros com aviso de recebimento.

Inquérito Civil nº 04.19.01.0004 (Registrado em 17/01/2019) 1) 17/01/2019: Registro da Notícia de Fato.

Objeto: Notícia de Fato instaurada a partir do registro de reclamação informando que o noticiado tem despejado lixo na pista que dá acesso ao Makai Resort Aracaju e nº 059/2019 à 11ª delegacia metropolitana. Barra dos Coqueiros. 2) 20/02/2019: despacho determinando a prorrogação da presente Notícia de Fato. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

Planejamento Estratégico? Não 3) 26/02/2019: expedido ofício nº 060/2019 ao coordenador da vigilância sanitária do município de Barra dos Coqueiros.

Especialidade: Meio Ambiente Natural, Artificial e Cultural 4) 21/03/2019: conclusão dos autos à Promotora de Justiça.

Assunto: 900031 DIREITO 5) 01/04/2019: juntada de resposta ao Ofício nº 060/2019.

ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE 6) 26/04/2019: juntada de resposta ao Ofício nº 059/2019.

DIREITO PÚBLICO > DIREITO AMBIENTAL > 7) 30/05/2019: despacho determinando a instauração de Procedimento Preparatório de Inquérito Civil, “considerando-se o decurso do prazo de conclusão desta Notícia de Fato, já prorrogado uma vez, e a necessidade de regularização do sistema Proej”. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

Gestão Ambiental 8) 21/08/2019: despacho “considerando-se a necessidade de impulsionamento do feito, cumpra-se o despacho de fl. 57, com urgência”. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

9) 29/08/2019: despacho determinando a prorrogação do presente Procedimento Preparatório,

“Considerando-se o decurso do prazo de 90 dias contados da data da instauração deste procedimento e a necessidade de regularização do trâmite extraprocessual.”. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

10) 04/10/2019: Juntada do termo de declarações – EJS Hotéis e concluso.

11) 14/10/2019: Juntada dos documentos enviados pela noticiante.

12) 28/11/2019: O Procedimento Preparatório foi convertido em Inquérito Civil. Portaria 082/2019. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

13) 14/02/2020: Despacho que designou audiência pública para o dia 03/04/2020. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

14) 15/05/2020: Despacho que determina que se aguarde o retorno das atividades presenciais para realização da audiência, tendo em vista a Portaria Conjunta n. 584/2020 de 18 de março de 2020 – com alterações da Portaria Conjunta nº 773/2020 de 13/05/2020, estabeleceu regime integral de trabalho remoto. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

15) 13/08/2020: Após 90 dias sem movimento. Despacho que determina que se aguarde o retorno das atividades presenciais, tendo em conta a Portaria Conjunta nº 584/2020, em virtude da decretação de pandemia pelo COVID-19. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

16) 18/09/2020: Despacho que designou audiência pública para o dia 25/09/2020. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

17) 25/09/2020: Juntada do Termo de Audiência.

18) 09/11/2020: Juntada do Relatório Vigilância Sanitária Municipal.

19) 09/02/2021: Despacho que determina do item 7 do termo de audiência de fls. 84/85. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

20) 15/03/2021: Prorrogou-se o IC, tendo em conta a necessidade de obtenção de informações a serem prestadas pelo noticiante. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

21) 02/06/2021: Despacho que determina o cumprimento do despacho lançado em 09/02/2021.

22) 15/06/2021: Expediu-se o Ofício nº 255/2021 – MAKAI Resort. Envio eletrônico do ofício nº 255/2021.

23) 08/09/2021: Certidão de que transcorreu o prazo para resposta ao ofício nº 255/2021 sem qualquer manifestação e Concluso.

24) 09/09/2021: Despacho que determina a reiteração do ofício nº 255/2021. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

25) 28/09/2021: Expediu-se o Ofício nº 451/2021 ao representante do Makai resort.

26) 07/01/2022: Certidão de que transcorreu o prazo para resposta ao ofício nº 451/2021 sem qualquer manifestação e Concluso.

27) 10/01/2022: Despacho que determina a renovação do ofício 451/2021, advertindo-se de que, na hipótese de nova inércia injustificada, considerar-se-á que a problemática discutida nos autos foi solucionada, consequentemente, arquivando-se o feito. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

28) 18/01/2022: Expediu-se o Ofício nº 008/2022 – MAKAI RESORT

29) 08/02/2022: Resposta ao ofício nº 255/2021 e conclusivo.

30) 29/04/2022: Despacho que determina a notificação da Secretaria Municipal de Obras, bem como o condomínio noticiante, para que se manifestem sobre as medidas efetivamente adotadas para sanar a problemática discutida no caso.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

31) 25/07/2022: Despacho que determina o cumprimento do despacho retro. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

32) 09/08/2022: Expediu-se o Ofício nº 336/2022 – Condomínio Costa Paradise e Ofício nº 335/2022 – Secretaria Municipal de Obras Públicas.

33) 31/08/2022: Prorrogou-se o IC, tendo em vista a necessidade de obtenção de respostas a serem fornecidas pela Secretaria Municipal de Obras e Condomínio Costa Paradise. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

34) 01/09/2022: Juntada da Resposta ao ofício nº 336/2022.

35) 29/11/2022: Certidão de que transcorreu o prazo para resposta ao ofício nº 335/2022 sem qualquer manifestação e Conclusivo.

36) 16/01/2023: Despacho que determina a renovação do ofício 335/2022.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

37) 06/03/2023: Ofício nº 554/2022 – Secretaria Municipal de Obras Públicas e conclusivo.

38) 08/03/2023: Despacho que determina a expedição de ofício ao representante legal da parte noticiante para que informe se a problemática que ensejou a instauração do presente procedimento foi solucionada, advertindo-se de que o seu silêncio implicará na conclusão de que a situação foi devidamente resolvida e, conseqüentemente, no arquivamento do feito. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

39) 23/03/2023: Expediu-se o Ofício nº 140/2023 – Makai Resort.

40) 05/04/2023: Juntada da Resposta ao ofício nº 140/2023.

41) 04/07/2023: **Após 90 dias sem movimento.** Despacho que determina a expedição de ofício à Secretaria Municipal de Obras, requisitando o envio de informações.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

42) 26/09/2023: Despacho que determina o cumprimento do despacho retro. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

43) 29/09/2023: Expediu-se o Ofício nº 548/2023 – Secretaria Municipal de Obras.

44) 03/10/2023: Prorrogou-se o IC ante a diante da necessidade de obtenção de informações a serem prestadas pelo Secretário Municipal de Obras.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

45) 11/10/2023: Juntada da Resposta ao ofício n. 548/2023. Conclusivo.

46) 12/01/2024: Despacho que determina a expedição de ofício à Secretaria Municipal de Obras, para que preste informações sobre a alegada situação de acúmulo de lixo em local adjacente ao empreendimento noticiante. (Promotor de Justiça Peterson Almeida Barbosa)

47) 05/04/2024: Despacho que determina o cumprimento do despacho anterior. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

48) 11/04/2024: Expediu-se o Ofício nº 163/2024 – Secretário do meio ambiente.

49) 29/04/2024: Juntada da resposta ao Ofício nº 163/2024.

50) 18/06/2024: Despacho que determina a expedição de ofício à Secretaria Municipal de Obras, para que informe se as providências foram adotadas e se mostraram suficientes à solução da problemática. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

51) 27/06/2024: Expediu-se o ofício nº 330/2024 – Secretaria do meio ambiente.

52) 11/07/2024: Comprovante de recebimento do Ofício nº 330/2024 – Secretário de Meio Ambiente.

53) 31/07/2024: Despacho que determina a reiteração do ofício n. 330/2024, com as advertências legais, ressaltando se tratar de reiteração e devendo o expediente ser recebido pessoalmente por seu destinatário, com a respectiva cópia do ofício contendo o recebido, bem como ao Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos, para ciência da ausência de resposta ao referido ofício. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

54) 05/08/2024: Expediu-se o Ofício 461/2024 – Secretaria do meio ambiente e ofício 462/2024 – Secretaria de assuntos jurídicos.

Inquérito Civil nº 04.19.01.0016 (Registrado em **1) 07/03/2019** Registro da Notícia de Fato.

07/03/2019)

2) 15/03/2019 Expedição dos Ofícios n. 086/2019 e n. 087/2019, respectivamente, à 11ª Delegacia

Objeto: Notícia de Fato instaurada a partir do Metropolitana e à Secretaria Municipal de Obras. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

recebimento de relatório elaborado pelo Pelotão **3) 26/03/2019** Juntada de resposta ao Ofício nº 087/2019 apresentada pela Secretaria Municipal de Ambiental da Polícia Militar informando a ocorrência Obras.

de queimadas em área localizada neste município.

Planejamento Estratégico? Não

Especialidade: Meio Ambiente Natural, Artificial e Cultural

Assunto: 3492 DIREITO PENAL > Crimes contra a

Incolumidade Pública > Incêndio

4) 12/04/2019 Despacho de prorrogação de prazo da Notícia de Fato com determinação de expedição de ofício à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, com encaminhamento de cópia dos documentos de fls. 06/08, 11 e 12, solicitando informações acerca da conclusão de vistoria no local delatado na documentação, bem como quanto à elaboração de relatório e identificação do proprietário e remessa da qualificação completa do mesmo, à Promotoria de Justiça.

5) 15/04/2019 Certidão registrando nos autos que transcorreu o prazo estabelecido no Ofício nº 086/2019, endereçado à Autoridade policial da 11ª Delegacia Metropolitana, sem que o destinatário apresentasse resposta.

6) 24/04/2019 Expedição dos Ofícios nºs 146/2019 e 147/2019, respectivamente, à 11ª Delegacia Metropolitana e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

7) 29/04/2019 Juntada do Ofício nº 134/2019, oriundo da 11ª Delegacia Metropolitana, em resposta ao Ofício nº 146/2019.

8) 06/05/2019 Juntada de e-mail, oriundo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em resposta ao Ofício nº 147/2019, encaminhando relatório de vistoria.

Conclusão.

9) 26/07/2019 Portaria nº 038/2019 de instauração do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

Despacho determinando a instauração de Procedimento Preparatório de Inquérito Civil com determinação de expedição de notificação ao Sr. Eduardo Barreto, identificado como representante legal da empresa de fertilizantes J.C. Barreto, no endereço informado à fl. 18, para comparecer à Promotoria de Justiça, após o recebimento da respectiva notificação. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

10) 17/10/2019 Juntada da notificação expedida ao Sr. Eduardo Barreto com aviso de recebimento. Certidão registrando nos autos que transcorreu o prazo estabelecido na notificação de fl. 31, sem que a parte notificada comparecesse para prestar informações.
Conclusão.

11) 18/10/2019 Despacho determinando a reiteração da notificação de fl. 31 para data específica, advertindo-se das consequências legais quanto ao seu descumprimento. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

12) 31/10/2019 Despacho de prorrogação de prazo do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil com determinação de cumprimento do despacho de fl. 33. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

13) 13/11/2019 Juntada da notificação expedida ao Sr. Eduardo Barreto com aviso de recebimento. Juntada dos termos de declarações dos Srs. Eduardo Machado do Prado Barreto e Adenilson dos Santos.
Conclusão.

14) 23/01/2020 Despacho determinando a designação de audiência pública com as partes interessadas em data disponível conforme pauta. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

15) 13/02/2020 Portaria nº 009/2020 de conversão do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil em Inquérito Civil com determinação de cumprimento das diligências determinadas no despacho retro. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

Despacho determinando a conversão do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil em Inquérito Civil e o aguardo da realização de audiência pública, consoante determinado no despacho de fl. 41. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

16) 14/02/2020 Despacho designando audiência pública para o dia 15/05/2020, às 10h. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

17) 15/05/2020 Despacho determinando o aguardo do retorno das atividades presenciais na unidade ministerial, a fim de que seja realizada a audiência pública determinada consoante despacho de 14/02/2020, considerando a necessidade de impulsionamento do feito, bem assim, que a Portaria Conjunta nº 584/2020 de 18 de março de 2020 - com as recentes alterações da Portaria Conjunta nº 773/2020 de 13/05/2020, estabeleceu regime integral de trabalho remoto (*home office*) em virtude da suspensão das atividades judiciais e fechamento das unidades ministeriais em decorrência da decretação de Pandemia pelo COVID-19. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

18) 13/08/2020 Despacho determinando o aguardo do retorno dos atendimentos externos desta unidade ministerial a fim de dar prosseguimento ao feito, conforme determinado no despacho lançado

em 15/05/2020, considerando a necessidade de impulsionamento do feito e, diante da suspensão do expediente externo desde 18/03/2020 pela Portaria Conjunta nº 584/2020 – e suas alterações posteriores - em virtude da decretação de Pandemia pela COVID-19.

19) 23/10/2020 Juntada de relatório de ocorrência, elaborado pelo Pelotão de Polícia Ambiental da PMSE.

Conclusão.

20) 30/10/2020 Despacho determinando a expedição de ofício à 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão de Aracaju informando as providências adotadas, inclusive, quanto à designação de audiência pública. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

21) 05/11/2020 Juntada de termo de audiência pública, realizada em 04/11/2020, com a participação do Ouvidor-Geral do Município de Barra dos Coqueiros, do Secretário Municipal de Meio Ambiente, do administrador do terreno de propriedade da empresa JC Barreto e de representantes do Corpo de Bombeiros e da 2ª CIPM. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

22) 06/11/2020 Expedição do Ofício nº 379/2020, datado de 03/11/2020, à 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão de Aracaju. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

Certidão registrando nos autos que o Ofício nº 379/2020 foi remetido à 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão de Aracaju, por intermédio do GED nº 20.27.0125.0000133/2020-10.

23) 18/11/2020 Juntada do expediente GED nº 20.27.0280.0000468/2020-86, contendo relatório de ocorrência, elaborado pelo Pelotão de Polícia Ambiental da PMSE, datado 11/11/2020.

Conclusão.

24) 26/11/2020 Juntada do Ofício nº 1048/2020-CBM-SE, em atenção ao termo de audiência pública realizada em 04/11/2020, encaminhando relatórios de estatísticas, indicando as ocorrências de queimadas nos anos de 2019 e 2020, no município de Barra dos Coqueiros/SE.

25) 15/12/2020 Juntada da Manifestação nº 26456, oriunda da Ouvidoria do MPSE.

26) 16/12/2020 Despacho determinando a expedição de Ofício à Ouvidoria do MPSE, informando as providências adotadas, bem como à Delegacia de Polícia, com cópia dos documentos de fls. 69/72 e 78/84, requisitando a instauração de inquérito para apuração dos crimes ambientais ali retratados. Determinou, também, a designação de audiência pública com as partes interessadas. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

27) 17/12/2020 Expedição do Ofício nº 423/2020 à Ouvidoria do MPSE. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

Certidão registrando nos autos que o Ofício nº 423/2020 foi remetido à Ouvidoria do MPSE, por intermédio do GED nº 20.27.0125.0000150/2020-36.

28) 21/01/2021 Certidão registrando nos autos a juntada dos documentos de fls. 89/93, extraídos dos Procedimentos Proej nºs 04.19.01.0023 e 04.18.01.0001, em atendimento à determinação contida no item “8” do Termo de Audiência Pública de fls. 64/66.

29) 26/01/2021 Certidão registrando nos autos a redesignação da audiência extrajudicial para o dia

02/02/2021.

30) 02/02/2021 Juntada do Ofício nº 41/2021, datado de 21 de janeiro de 2021, expedido à 11ª Delegacia de Polícia Metropolitana com aviso de recebimento. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

Juntada do Ofício nº 59/2021, oriundo da 11ª Delegacia de Polícia Metropolitana, em resposta ao Ofício nº 41/2021, informando a instauração do inquérito policial nº 1028/2021.

31) 11/03/2021 Juntada de manifestação da Associação Alphaville Sergipe 1, datada de 09 de março de 2021, noticiando a ocorrência de novos incêndios na área objeto de análise no Inquérito Civil, os quais correram no último final de semana, acompanhada de registros fotográficos.

32) 24/03/2021 Juntada de manifestação da Associação Alphaville Sergipe 1, datada de 23 de março de 2021, noticiando a ocorrência de novos incêndios na área objeto de análise no Inquérito Civil, os quais correram no último final de semana, acompanhada de registros fotográficos.

33) 17/06/2021 Despacho determinando a expedição de ofício à autoridade policial requisitando informações sobre o andamento/conclusão do IP nº 1028/2021; bem como à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, com fotocópias dos ofícios e fotografias enviados à Promotoria em 09/03 e 23/03/2021 pela Associação Alphaville Sergipe 1, solicitando informações sobre as queimadas retratadas naquelas fotografias e ainda sobre as ações de fiscalização apontadas no item “4” do termo de audiência pública realizada em 04/11/2020. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

34) 12/07/2021 Juntada do Ofício nº 294/2021, datado de 21 de junho de 2021, expedido à Secretaria Municipal do Meio Ambiente com aviso de recebimento. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

35) 28/09/2021 Despacho de prorrogação de prazo do Inquérito Civil, diante da necessidade de obtenção de informações a serem fornecidas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente com determinação de reiteração do Ofício nº 294/2021. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

36) 07/10/2021 Juntada do Ofício nº 487/2021, datado de 29 de setembro de 2021, expedido à Secretaria Municipal do Meio Ambiente com aviso de recebimento. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

37) 10/01/2022 Certidão registrando nos autos que transcorreu o prazo para resposta ao ofício nº 487/2021 sem que o destinatário enviasse resposta.

Conclusão.

38) 11/01/2022 Despacho determinando a reiteração do Ofício 487/2021 para ser entregue pessoalmente ao Secretário Municipal de Meio Ambiente, tendo em vista que, embora o ofício nº 487/2021 contenha a determinação de que o mesmo deveria ser entregue pessoalmente ao destinatário, verificou-se que o recebimento foi realizado por pessoa diversa. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

39) 04/03/2022 Juntada do Ofício nº 51/2022, datado de 07 de fevereiro de 2022, expedido ao Secretário Municipal do Meio Ambiente com aviso de recebimento. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

Juntada do Ofício nº 23/2022, oriundo da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, em resposta ao Ofício nº 51/2022.

40) 19/05/2022 Conclusão.

41) 16/08/2022 Despacho determinando a expedição de Ofício à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, requisitando relatório atualizado sobre as ações realizadas desde as últimas informações até a presente data, devendo relatar ainda, se as providências administrativas adotadas acarretaram na diminuição da incidência do problema na região tratada nos autos. (Promotor de Justiça Walter César Nunes Silva)

42) 04/11/2022 Despacho de prorrogação de prazo do Inquérito Civil, diante da necessidade de obtenção de informações a serem fornecidas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente com determinação de cumprimento do despacho retro. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

43) 11/11/2022 Juntada do Ofício nº 380/2022, datado de 03 de novembro de 2022, expedido ao Secretário Municipal do Meio Ambiente com aviso de recebimento. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

44) 17/01/2023 Juntada do Ofício nº 148/2022, oriundo da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, em resposta ao Ofício nº 380/2022.

Conclusão.

45) 24/01/2023 Despacho determinando o aguardo do prazo de 30 dias para expedição de Ofício à Secretaria Municipal de Meio Ambiente para comprovar a adoção das providências administrativas requisitadas pelo MPSE, considerando que no Ofício nº 148/2022 informou que o equipamento necessário à realização de fiscalização das queimadas será recebido em fevereiro do corrente ano. (Promotora de Justiça Silvia Nunes Leal)

46) 04/04/2023 Certidão registrando nos autos que transcorreu o prazo estabelecido no despacho de fl. 217, sem que houvesse informações sobre o relatório de fiscalizações.

Conclusão.

47) 05/04/2023 Despacho determinando a expedição de Ofício à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, requisitando informações sobre as fiscalizações quanto à ocorrência de queimadas, na área objeto do presente procedimento. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

48) 12/04/2023 Juntada do Ofício nº 211/2023, datado de 04 de abril de 2023, expedido ao Secretário Municipal do Meio Ambiente com aviso de recebimento. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

49) 20/04/2023 Juntada do Ofício nº 84/2023, oriundo da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, em resposta ao Ofício nº 211/2023.

Conclusão.

50) 18/07/2023 Despacho determinando a expedição de Ofício ao Comando do Pelotão Ambiental da Polícia Militar, requisitando informações sobre a ocorrência (ou não) de atendimentos na região objeto dos autos, quanto à ocorrência de queimadas/incêndios desde fevereiro do corrente ano até a presente data. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

51) 11/10/2023 Despacho determinando o cumprimento do despacho retro. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

Expedição do Ofício nº 581/2023 ao Comando do Pelotão Ambiental da Polícia Militar. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

52) 25/10/2023 Juntada de cópia do Ofício nº 581/2023 com aviso de recebimento.

53) 26/10/2023 Juntada do Ofício nº 108/2023, oriundo do Comando do Policiamento Militar Especializado Pelotão de Polícia Ambiental, em resposta ao Ofício nº 581/2023, informando que não consta registro de atendimento na região objeto dos autos, quanto a ocorrência de queimadas/incêndios desde fevereiro do corrente ano até a presente data.

Conclusão.

54) 01/12/2023 Despacho de prorrogação de prazo do Inquérito Civil, diante da necessidade de análise do arcabouço documental acostado aos autos com determinação de conclusão dos autos para análise de diligências finais ou eventual ajuizamento de ação civil pública. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

55) 23/02/2024 Despacho determinando a expedição de ofício à autoridade policial, requisitando informações acerca da conclusão do IP nº 1028/2021. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

56) 18/03/2024 Juntada do Ofício nº 072/2024, datado de 14 de março de 2024, expedido à 11ª Delegacia Metropolitana com aviso de recebimento. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

57) 05/06/2024 Despacho determinando a reiteração do Ofício nº 072/2024. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

58) 27/06/2024 Expedição do Ofício nº 331/2024 à 11ª Delegacia Metropolitana. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

59) 09/07/2024 Juntada de resposta ao Ofício nº 331/2024, informando que IP nº 1028/2021 foi remetido no Portal Criminal em 01/12/2021 e gerou o processo 202190202116, o qual já foi arquivado, a pedido do MPSE.

60) 11/07/2024 Juntada do Ofício nº 331/2024, datado de 26 de junho de 2024, expedido à 11ª Delegacia Metropolitana com aviso de recebimento.

Inquérito Civil nº 04.19.01.0035 (Registrado em 15/05/2019)

Objeto: Notícia de Fato instaurada a partir do recebimento de denúncia formalizada por meio do endereço eletrônico da 1ª Promotoria da barra dos Coqueiros (1pjbcoqueiros@mpse.mp.br), informando a possível ocorrência de prática de improbidade administrativa pelo Prefeito Ailton Martins

Planejamento Estratégico? Não

Especialidade: Patrimônio.

Assunto: 10014DIREITO ADMINISTRATIVO E

1) 15/05/2019: Registro da Notícia de Fato.

2) 15/05/2019: Despacho que determina a expedição de ofício ao Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos da Barra dos Coqueiros/SE, solicitando e todos os instrumentos de contratação do escritório de advocacia RR Advocacia, inscrito sob o CNP) 03.957.223/0001-30, desde a primeira contratação até os dias atuais. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

3) 26/07/2019: Prorrogou-se a Notícia de Fato. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

4) 05/08/2019: Expediu-se o Ofício nº 260/2019 – Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

5) 12/08/2019: Certidão de juntada dos documentos enviados pela Secretaria Municipal

OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO >
Atos Administrativos > Improbidade Administrativa >
Violação dos Princípios Administrativos

- de Assuntos Jurídicos e conclusivo.
- 6) **03/09/2019:** Certidão de os documentos foram gravados em mídia digital, ante a grande quantidade de documentos.
 - 7) **13/09/2019:** A Notícia de Fato foi convertida em Procedimento Preparatório, com as seguintes diligências: *i) Notifique-se a noticiante para que compareça no dia 16/10/2019 às 09:00 horas nesta 1ª Promotoria de Justiça, a fim de prestar informações sobre os fatos delatados e ii) Oficie-se à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos para que remeta fotocópias de todos os contratos celebrados pelo atual Prefeito da Barra dos Coqueiros com o escritório de advocacia RR advocacia, desde o início de sua gestão.* Portaria nº 061/2019.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
 - 8) **09/10/2019:** Expediu-se a notificação da Sra. GABRIELLA MENEZES MOURA NERY. Expediu-se o ofício n. 381/2019. Resposta ao Ofício n. 381/2019. Certidão de juntada.
 - 9) **17/10/2019:** Juntada do Termo de declaração e conclusivo.
 - 10) **24/01/2020:** Prorrogou-se o procedimento preparatório e determinou-se a expedição de ofício ao Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos da Barra dos Coqueiros/SE, solicitando informações sobre contratos do município com o escritório de advocacia RR Advocacia. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
 - 11) **17/04/2020:** Despacho que determina o cumprimento do despacho retro, na medida da possibilidade de sua concretização, haja vista a suspensão do expediente externo e prazos extrajudiciais desde 18/03/2020 pela Portaria Conjunta nº 584/2020, em virtude da decretação de Pandemia pelo COVID-19 (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
 - 12) **27/05/2020:** Portaria n. /2020 que determina a conversão do Procedimento Preparatório em IC. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
Envio eletrônico de Ofício nº 158/2020.
 - 13) **08/06/2020:** Resposta ao ofício nº 158/2020.
 - 14) **01/09/2020:** Conclusivo.
 - 15) **04/09/2020:** Despacho que determina o envio dos autos ao CAOP do Patrimônio Público e da Ordem Tributária do Ministério Público de Sergipe, solicitando a análise quanto à existência de eventuais irregularidades na contratação do escritório de advocacia “RR Advocacia”. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
 - 16) **01/12/2020:** Despacho determinando o cumprimento do despacho anterior.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
 - 17) **02/12/2020:** Expediu-se o ofício n. 410/2020 – CAOP Patrimônio Público. Certidão de envio do ofício ao CAOP via GED.

- 18) **03/03/2021:** Resposta CAOP do Patrimônio Público. Certidão de retorno dos autos. Concluso.
- 19) **04/03/2021:** Despacho a notificação do Sr. Rosivaldo Oliveira – Presidente da Comissão Permanente de Licitações à época das sucessivas contratações do Escritório de Advocacia RR Advocacia, para que compareça a Promotoria com o fito de prestar declarações no feito, mediante termo, sobre os fatos ora apurados. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 20) **28/05/2021:** Despacho determinando que se aguarde o retorno das atividades presenciais na unidade ministerial para que seja cumprido o disposto no despacho retro. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 21) **24/08/2021:** Despacho que determina o cumprimento do despacho retro. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 22) **17/11/2021:** Despacho que determina o cumprimento do despacho o lançado em 24/08/2021. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 23) **30/11/2021:** Despacho que determina a prorrogação do IC. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 24) **25/02/2022:** Despacho que determina o cumprimento do despacho de fl.53. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 25) **23/03/2022:** Juntada do Termo de declarações – Rosivaldo Oliveira. Concluso.
- 26) **20/06/2022:** Despacho determina a oitiva do Prefeito da Barra dos Coqueiros/SE. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 27) **01/07/2022:** Juntada do Termo de declarações – Alberto Jorge Santos Macedo (Prefeito).
- 28) **01/08/2022:** Manifestação Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos.
- 29) **26/10/2022:** Despacho que determina a conclusão dos autos conclusos para a análise de diligências finais visando a finalização procedimental, ou de logo a propositura de eventual demanda judicial ou arquivamento (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 30) **16/01/2023:** Concluso.
- 31) **27/01/2023:** Prorrogou-se o IC e determinou-se o cumprimento do despacho lançado anteriormente. (Promotora de Justiça Sílvia Nunes Leal).
- 32) **20/04/2023:** Despacho determina conclusão dos autos após conclusão do Inquérito Civil Proej nº 04.15.01.0092. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 33) **18/07/2023:** Despacho determina o cumprimento do despacho anterior. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 34) **11/10/2023:** Despacho que determina que se aguardando a chegada de documentos requisitados à Prefeitura da Barra dos Coqueiros para fins de análise quanto à propositura de Ação Civil Pública em face do Município, nos autos do IC nº 04.15.01.0092. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 35) **12/01/2024:** Despacho determina o cumprimento do despacho lançado no dia 11/12/2023 nos autos principais do Proej nº 04.15.01.0092. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 36) **28/02/2024:** Prorrogou-se o IC e determinou-se o cumprimento do despacho lançado em

Inquérito Civil nº 04.19.01.0039 (Registrado em 10/06/2019)

Objeto: Notícia de Fato instaurada a partir do registro de termo de declarações prestadas pelo reclamante, no qual relata a inconsistência de valores publicados no portal da transparência do Município da Barra dos Coqueiros no que se refere aos gastos com a realização do carnaval de 2019.

Planejamento Estratégico? Sim

Especialidade: Patrimônio Público.

Assunto: 10012DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário

12/01/2024.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).

- 37) 28/05/2024: Após 90 dias em movimento.** Despacho que determina a conclusão dos autos para análise documental pormenorizada – segundo a ordem de prioridades estabelecida administrativamente, conforme determinado no despacho proferido em 11 de outubro de 2023.
- 1) 10/06/2019:** Registro da Notícia de Fato. Despacho determinando a instauração da notícia de fato e expedição de ofício à Secretaria Municipal de Finanças, solicitando cópias dos procedimentos licitatórios realizados para a realização do carnaval de 2019 no município e toda a documentação comprobatória dos gastos públicos realizados para festa.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
 - 2) 18/06/2019:** Expediu-se o ofício n. 214/2019.
 - 3) 26/07/2019:** Despacho que prorrogou a Notícia de Fato e a certificação acerca do decurso do prazo para resposta ao ofício enviado.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana). Resposta ao ofício n. 214/2019. Certidão de juntados dos documentos enviados e concluso.
 - 4) 10/10/2019:** A Notícia de Fato convertida em Procedimento Preparatório e que juntasse ao procedimento o extrato do portal da transparência com a indicação dos valores expendidos pelo Município para a realização da festividade em questão. Em seguida, remetam-se os autos ao Grupo de Apoio às Atividades de Execução — GAEE, Divisão de Perícia Contábil do MPSE, para fins de análise e elaboração de relatório/laudo acerca da regularidade dos procedimentos licitatórios realizados para as diversas contratações relativas ao carnaval 2019, bem assim, a conformidade (ou não) dos valores divulgados no portal da transparência com os efetivamente gastos com a realização da predita festa.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana). Certidão de atendimento ao despacho de fl. 15 e concluso.
 - 5) 16/10/2019:** Despacho determinando que seja oficiado o TCE, a fim de que proceda à análise da regularidade dos procedimentos licitatórios e despesas efetuadas pelo Município da Barra dos Coqueiros com a realização dos festejos de carnaval no ano de 2019.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
 - 6) 24/01/2020:** Despacho determinando o cumprimento do despacho reto.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
 - 7) 31/01/2020:** Prorrogou-se o Procedimento preparatório de Inquérito Civil.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
 - 8) 07/02/2020:** Expediu-se o Ofício nº 050/2020 – Procurador-Geral de Justiça e Ofício nº 012/2020 – TCE. Certidão de que o Ofício nº 050/2020, endereçado ao Procurador-Geral de Justiça, foi remetido por meio do Gerenciador Eletrônico de Documentos - GED, registrado através do protocolo nº 20.27.0125.0000016/2019-65.

- 9) **08/05/2020: Após 90 dias sem movimento.** Despacho que determina que se aguarde o prazo de 60 dias para o recebimento de resposta ao ofício nº 012/2020. Após, não havendo resposta, reitere-se o referido expediente ao TCE. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 10) **19/06/2020:** O Procedimento Preparatório foi convertido em Inquérito Civil. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 11) **31/08/2020:** Juntou-se aos autos o Parecer Técnico nº 410/2020 – TCE. Concluso.
- 12) **04/09/2020:** Despacho determinando a remessa dos autos ao setor de perícia contábil do MPSE, a fim de que seja elaborado laudo sobre a regularidade ou não das licitações efetivadas pelo Município da Barra dos Coqueiros para a realização dos festejos de carnaval do ano de 2019. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 13) **01/12/2020:** Despacho que determina o cumprimento do despacho anterior.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 14) **02/12/2020:** Expediu-se o ofício n. 411/2020 – Coordenadoria geral do MPSE. Certidão de que o ofício foi enviado via GED n. 20.27.0125.0000141/2020-85.
- 15) **03/03/2021:** Juntada do comprovante de solicitação da perícia contábil.
- 16) **04/03/2021:** Despacho que determina o retorno dos autos do setor de perícias.
- 17) **28/05/2021:** Despacho que determina a certificação quanto à conclusão ou não da análise técnica, e, em caso negativo, aguarde-se o retorno dos autos.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 18) **14/07/2021:** Informação de Juntada da Análise Técnica Contábil. Concluso.
- 19) **06/10/2021:** Juntada da Análise técnica.
- 20) **17/12/2021:** Despacho que determina a prorrogação do IC e a expedição de ofício ao Setor de Licitações do Município da Barra dos Coqueiros/SE, requisitando o envio dos documentos apontados na análise técnica n. 61/2021 como ausentes. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 21) **15/03/2022:** Despacho que determina o cumprimento do despacho retro.
- 22) **11/04/2022:** Expediu-se o Ofício nº 134/2022 – Setor de Licitações e Contratos.
- 23) **12/04/2022:** Pedido de dilação de prazo. Concluso.
- 24) **18/04/2022:** Despacho que concedeu o prazo pleiteado.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 25) **05/05/2022:** Juntou-se aos autos o Ofício da Prefeitura de Barra dos Coqueiros (Assessoria Jurídica) em resposta ao ofício 134-2022 e documentação pleiteada. Concluso.
- 26) **26/07/2022:** Certidão de que os documentos que acompanham a resposta ao ofício n.

134/2022 encontram-se gravados em mídia digital, anexada à contracapa dos autos, em virtude da grande quantidade de laudas apresentadas.

- 27) **28/07/2022:** Despacho que determina a conclusão dos autos para a análise de diligências finais visando a finalização procedimental, ou de logo a propositura de eventual demanda judicial ou arquivamento, nos termos da lei. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 28) **02/09/2022:** Despacho que determina a vista da imprescindibilidade de emissão de informação técnica contábil acerca dos novos documentos apresentados, em especial para obtenção de resposta ao questionamento formulado no quesito 2 da manifestação ministerial de fl. 37-v, que sejam os autos novamente encaminhados ao setor de perícia contábil do MPSE, a fim de que seja elaborado nova análise técnica sobre a regularidade ou não das licitações realizadas pelo Município da Barra dos Coqueiros, relativas aos festejos de carnaval em 2019. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana).
- 29) **29/11/2022:** Despacho que determina o cumprimento do despacho retro.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana). Expediu-se o Ofício nº 555/2022 – Coordenadoria-Geral do MPSE.
- 30) **17/02/2023:** Prorrogou-se o IC e determinou-se que se aguardasse o prazo de 30 dias para resposta do setor de perícias.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 31) **05/04/2023:** Juntada da Análise Técnica nº 50/2023. Concluso.
- 32) **11/04/2023:** Despacho que determina a conclusão dos autos para análise de diligências finais ou eventual ajuizamento de Ação Civil Pública, na forma da lei. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 33) **10/07/2023: Após 90 dias sem movimento.** Despacho que determina o cumprimento do despacho anterior.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 34) **04/10/2023:** Despacho que determina a expedição de ofício ao Setor de Licitações do Município de Barra dos Coqueiros requisitando que sejam enviados os documentos apontados como ausentes na Análise Técnica nº 50/2023, em especial a justificativa de preços (ou documentos que comprovem, de algum modo, o cumprimento deste requisito legal) e a documentação/justificativa pertinente em relação às pendências e/ou incongruências verificadas a respeito do Pregão Presencial SRP nº 004/2019.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 35) **11/01/2024:** Despacho que determina o cumprimento do despacho anterior.(Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 36) **02/02/2024:** Expediu-se o Ofício nº 5/2024 – Setor de Licitações da Barra dos Coqueiros.
- 37) **21/03/2024:** Certidão de que não houve resposta ao ofício enviado.

- 38) **22/03/2024:** Prorrogou-se o IC e determinou-se a conclusão dos autos conclusos para elaboração de arquivamento ou ajuizamento de Ação Civil Pública. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 39) **18/06/2024:** Despacho que determina a expedição de ofício à Sra. ÁUDRIA BRITO, Chefe do Departamento de Licitações e Contratos da Barra dos Coqueiros, com cópia ao Secretário de Assuntos Jurídicos de Barra dos Coqueiros, requisitando o envio dos documentos descritos no ofício de nº 005/2024, ressaltando que o expediente deve ser recebido pessoalmente e contendo as advertências legais para o caso de inércia injustificada. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 40) **11/07/2024:** Expediu-se o ofício nº 298/2024 – Secretário de Assuntos Jurídicos e ofício nº 295/2024 - Chefe do departamento de licitação.
- 41) **26/07/2024:** Juntou-se aos autos a resposta ao ofício 295/2024.
- 42) **31/07/2024:** Despacho que determina a expedição de ofício ao Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos requisitando que informe detalhadamente as atribuições do Departamento de Licitações, bem como, dentro da estrutura administrativa, a quem compete atender às requisições de informações/diligências do Ministério Público, atinentes ao assunto de licitações e contratos. Requisitando também o envio de informações, de forma clara e objetiva, se o Departamento de Licitações e Contratos possui os documentos requisitados no ofício nº 005/2024 e reiterados no ofício nº 295/2024. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)
- 43) **06/08/2024:** Expedição do Ofício nº 465/2024 ao Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos de Barra dos Coqueiros. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

TABELA 02 – PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

PROEJ e Objeto	Destaque das principais movimentações
Procedimento Administrativo nº 04.22.01.00081) 09/02/2022 Portaria nº 005/2022 de instauração do Procedimento Administrativo com determinação (Registrado em 09/02/2022) Objeto: Acompanhar, de maneira continuada, as políticas públicas relacionadas ao saneamento básico e à drenagem pluvial no Município da Barra dos Coqueiros/SE. Planejamento Estratégico? Não Especialidade: Fiscalização dos Serviços de Relevância Pública Assunto: 11862 DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO >	1) 09/02/2022 Portaria nº 005/2022 de instauração do Procedimento Administrativo com determinação de expedição de ofício ao Município de Barra dos Coqueiros, por meio de sua Secretaria de Obras, requisitando o envio de informações acerca das políticas públicas desenvolvidas no tocante ao saneamento básico e à drenagem pluvial no Município da Barra dos Coqueiros/SE, inclusive na Rua Nova Esperança. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana) Juntada da decisão de arquivamento do Inquérito Civil nº 04.15.01.0064. Após a referida juntada de documento, o procedimento permaneceu mais de 05 (cinco) meses sem impulsionamento efetivo até 29/07/2022, quando foi proferido despacho. Durante este período, o procedimento foi concluído em 03/05/2022. 2) 03/05/2022 Conclusão. 3) 29/07/2022 Despacho determinando a expedição de ofício à Secretaria Municipal de Obras

requisitando o levantamento dos pontos críticos onde ocorrem problemas de escoamento e drenagem pluvial no território do município, devendo realizar vistoria e elaborar relatório técnico quanto às condições de escoamento da água das chuvas, bem como eventuais problemas de alagamento, nos locais detectados. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

4) 21/10/2022 Despacho determinando o cumprimento do despacho retro. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

5) 26/10/2022 Juntada do Ofício nº 469/2022, datado de 20 de outubro de 2022, expedido à Secretaria Municipal de Obras com aviso de recebimento. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

6) 18/01/2023 Certidão registrando nos autos que transcorreu o prazo para resposta ao ofício de fl. 11, sem que o destinatário apresentasse resposta.

Conclusão.

7) 24/01/2023 Despacho determinando a reiteração do Ofício nº 469/2022. (Promotora de Justiça Silvia Nunes Leal)

8) 02/02/2023 Juntada do Ofício nº 22/2023, datado de 18 de janeiro de 2023, expedido à Secretaria Municipal de Obras com aviso de recebimento. (Promotora de Justiça Silvia Nunes Leal)

9) 16/02/2023 Juntada de resposta apresentada pela Secretaria Municipal de Obras ao Ofício nº 469/2022.

Conclusão.

10) 17/03/2023 Despacho de prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo com determinação de aguardo do prazo de 60 dias, tendo em vista as informações apresentadas pela Secretaria Municipal de Obras para que as obras iniciais visando a correção dos pontos de acúmulo de chuvas sejam iniciadas. Após o transcurso de tal prazo, determina a expedição de ofício à referida Secretaria. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

11) 05/06/2023 Certidão registrando nos autos que transcorreu o prazo estabelecido no despacho de fl. 23, bem como que foi expedido o ofício nº 316/2023, em atendimento ao referido despacho.

12) 27/06/2023 Juntada do Ofício nº 316/2023, datado de 05 de junho de 2023, expedido à Secretaria Municipal de Obras com aviso de recebimento. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

13) 12/07/2023 Juntada de resposta apresentada pela Secretaria Municipal de Obras ao Ofício nº 316/2023.

Conclusão.

14) 14/07/2023 Despacho determinando a expedição de ofício à Secretaria Municipal de Obras requisitando informações sobre o andamento/conclusão das referidas obras, bem como a estimativa de término em caso de não conclusão, de maneira específica e detalhada, devendo ainda especificar quais medidas corretivas ou preventivas mencionadas no expediente já foram efetivamente implementadas, considerando que a resposta ao ofício nº 316/2023 não trouxe nenhuma informação concreta sobre quais medidas corretivas ou preventivas aduzidas

pelo Secretário Municipal de Obras foram implementadas, tampouco informou sobre o andamento, conclusão ou previsão de término das supostas obras iniciadas. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

15) 05/10/2023 Despacho determinando o cumprimento do despacho retro. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

16) 25/10/2023 Juntada do Ofício nº 566/2023, datado de 04 de outubro de 2023, expedido à Secretaria Municipal de Obras com aviso de recebimento. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

17) 23/11/2023 Juntada de resposta apresentada pela Secretaria Municipal de Obras ao Ofício nº 566/2023.

Conclusão.

18) 20/02/2024 Despacho determinando a expedição de ofício à Secretaria Municipal de Obras requisitando informações sobre o andamento/conclusão de relatório para identificar as medidas a serem adotadas para sanar a problemática tratada nos autos, com as medidas adotadas até o momento, bem assim, a previsão de conclusão das respectivas obras ou serviço, considerando que já se passaram 80 dias desde a apresentação de resposta ao Ofício 566/2023, na qual a Municipalidade informou que estava em andamento a elaboração de referido relatório. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

19) 14/03/2024 Juntada do Ofício nº 97/2024, datado de 04 de março de 2024, expedido à Secretaria Municipal de Obras com aviso de recebimento. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

20) 15/04/2024 Certidão registrando nos autos que até a presente data não houve resposta ao ofício nº 097/2024.

Conclusão.

21) 17/04/2024 Despacho de prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo com determinação de reiteração do Ofício nº 97/2024. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

22) 26/04/2024 Juntada de resposta apresentada pela Secretaria Municipal de Obras ao Ofício nº 97/2024.

23) 08/05/2024 Certidão registrando nos autos que deixou de cumprir o despacho exarado em 17/04/2024, tendo em vista a juntada de resposta ao ofício nº 097/2024, em 26/04/2024.

Conclusão.

24) 24/07/2024 Despacho determinando a expedição de ofício à Secretaria Municipal de Obras solicitando: a) O envio do termo de recebimento das obras referentes ao contrato nº 088/2023/PMBC, tendo como objeto a execução de obra para implantação, desobstrução e recuperação de rede de drenagem nas Ruas, I, U e B, no Bairro Moisés Gomes; b) O termo de autuação da Construtora MRV em relação ao Loteamento Voz da Ilha no Bairro Olhos D'Água, conforme descrito no item nº 3 do Parecer Técnico; c) Informações acerca das providências adotadas para a solução do

problema no entrocamento da Rua Bahia com Rua Liderança e Rua da Lambança no Bairro Atalaia Nova, tendo em vista as informações constantes no item nº 4 do Parecer Técnico; d) Relatório atualizado dos pontos críticos onde ocorrem problemas de escoamento e drenagem pluvial no território desta urbe, tendo em vista que o último relatório data de 06/12/2022. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

25) 06/08/2024 Expedição do Ofício nº 467/2024 ao Secretário Municipal de Obras de Barra dos Coqueiros. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

Procedimento Administrativo nº 04.22.01.00581) 16/11/2022 Portaria nº 069/2022 de instauração do Procedimento Administrativo para acompanhar, (Registrado em 16/11/2022)

Objeto: Acompanhar, de maneira continuada, o estruturação, com determinação de expedição de ofício ao Conselho Superior do Ministério Público, controle interno municipal da Barra dos Coqueiros e informando a instauração de Procedimento Administrativo, nos moldes da decisão de Arquivamento sua devida estruturação. prolatada nos autos do Inquérito Civil nº 04.15.01.0032. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

Planejamento Estratégico? Não

Especialidade: Fiscalização dos Serviços de Juntada da Homologação do Arquivamento do Inquérito Civil nº 04.15.01.0032.

Relevância Pública

2) 24/01/2023 Expedição do Ofício nº 27/2023 ao Conselho Superior do Ministério Público.

Assunto: 10928 DIREITO ADMINISTRATIVO E (Promotora de Justiça Silvia Nunes Leal)

OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO > Despacho determinando a expedição de ofício à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos para Atos Administrativos > Fiscalização > Competência informar a existência de Controle Interno Municipal e, em caso de negativo, deverá informar o setor do Órgão Fiscalizador responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados pelo município da Barra dos Coqueiros/SE. (Promotora de Justiça Silvia Nunes Leal)

3) 10/04/2023 Juntada de cópia do Ofício nº 190/2023, datado de 28 de março de 2023, expedido à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos com aviso de recebimento.

4) 22/05/2023 Juntada do Ofício nº 26/2023, oriundo da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, em resposta ao Ofício nº 190/2023.

Após referida juntada, **o procedimento permaneceu mais de 90 dias sem movimentação** até 24/08/2023, quando o procedimento foi concluso.

5) 24/08/2023 Conclusão.

6) 28/08/2023 Despacho determinando a expedição de ofício à Secretaria Municipal de Controle Interno, requisitando apresentação de relatório sobre suas atividades desde a efetiva implantação até os dias atuais, considerando a apresentação das informações de fls. 14/15 quanto à atuação da referida Secretaria disciplinada pela Lei Complementar nº 015/2020. (Promotor de Justiça Gabriel Arttime Suzart de Freitas)

7) 04/09/2023 Juntada de cópia do Ofício nº 485/2023, datado de 28 de agosto de 2023, expedido à Secretaria Municipal de Controle Interno com aviso de recebimento. (Promotor de Justiça Gabriel Arttime Suzart de Freitas)

8) 18/09/2023 Juntada do Ofício nº 031/2023/SCI/PMBC, oriundo da Secretaria Municipal de Controle Interno, em resposta ao Ofício nº 485/2023.

Conclusão.

9) 11/12/2023 Despacho determinando a conclusão dos autos para análise de eventuais diligências visando encerramento do feito, tendo em vista a juntada de resposta ofertada pela Secretaria Municipal de Controle Interno em resposta ao ofício nº 485/2023. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

10) 19/12/2023 Despacho de prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo com determinação de aguardo do cumprimento do despacho datado de 11/12/2023. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

11) 13/03/2024 Despacho determinando a expedição de ofício à Secretaria Municipal de Controle Interno para apresentar fotocópia da conclusão apresentada pelo TCE no âmbito do Relatório de Auditoria de Conformidade nº 20/2021 e do Relatório de Auditoria de Conformidade nº 02/2023, devendo também manifestar-se sobre o acúmulo irregular de cargos públicos e a extrapolação de gastos citados nos respectivos documentos. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

12) 02/04/2024 Juntada de cópia do Ofício nº 135/2024, datado de 15 de março de 2024, expedido à Secretaria Municipal de Controle Interno com aviso de recebimento. (Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana)

13) 14/06/2024 Juntada de resposta apresentada pela Secretaria Municipal de Controle Interno ao Ofício nº 135/2024.

TABELA 03 – NOTÍCIAS DE FATO/PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS COM ARQUIVAMENTO SUMÁRIO		
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARRA DOS COQUEIROS – PERÍODO DE 02/08/2023 a 02/08/2024		
PROEJ nº	Objeto	Fundamentação do arquivamento
Notícia de Fato nº 04.23.01.0023	Notícia de Fato instaurada a partir do registro de termo de declarações, no qual o noticiante informa a ocorrência de danos coletivos à saúde, em decorrência das atividades executadas pela CELSE.	De início, oficiou-se às Centrais Elétricas de Sergipe – CELSE e o Secretário Municipal de Meio Ambiente do município. Houve resposta da CELSE. Prorrogou-se a Notícia de Fato. O Secretário Municipal de Meio Ambiente do município manifestou-se. Diante das documentações juntadas pela CELSE e pela Secretaria do Meio Ambiente, constatou-se que as atividades da usina termelétrica CELSE atendem às determinações legais para o seu regular funcionamento. Não há nenhum indício que correlacione as enfermidades apresentadas pela comunidade

		<p>circunvizinha aos possíveis resíduos resultantes da atividade geradora de energia termelétrica. Dessa forma, entendendo que não se mostra necessário o prosseguimento do feito no sentido da apuração de possíveis danos ambientais coletivos, o Promotor de Justiça promoveu o arquivamento sumário da Notícia de Fato e remeteu os autos à 2ª Promotoria de Justiça da Barra dos Coqueiros, com atribuição em Saúde, para apurar a ocorrência de uma situação de saúde pública caracterizada pelo surgimento de enfermidades respiratórias.</p> <p>O noticiante foi notificado por edital porque não foi localizado no endereço indicado quando da comunicação do fato.</p> <p>A CELSE e a Secretaria do Meio Ambiente do Município foram notificadas.</p> <p>Por fim, foi lançada certidão de que não houve interposição de recurso.</p>
Notícia de Fato nº 04.23.01.0031	Trata-se de Termo registrado a partir das declarações prestadas pela Sra. Vanna Santana Couto noticiando suposta perturbação de sossego alheio praticada pelo seu vizinho.	<p>De início, oficiou-se à autoridade policial e o Comandante-geral da 2ª CIA da Polícia Militar de Sergipe/Barra dos Coqueiros.</p> <p>Prorrogou-se a Notícia de Fato.</p> <p>Houve informação de que o Boletim de Ocorrência nº 49693/2023 gerou o TCO 2604/2023 e culminou no ajuizamento do processo judicial n. 202390001717.</p> <p>Por entender que não se verificam fundamentos suficientes para propositura de ação civil pública, nem outros fundamentos para o prosseguimento do presente feito, o Promotor de Justiça promoveu o arquivamento da Notícia de Fato.</p> <p>O noticiado foi notificado por edital porque não foi localizado no endereço indicado quando da comunicação do fato e a noticiante foi devidamente intimada acerca do arquivamento.</p> <p>Por fim, foi lançada certidão de que não houve interposição de recurso</p>
Procedimento Administrativo nº 04.23.01.0014	Procedimento Administrativo instaurado a partir do recebimento do Ofício nº 37/2023 do CREAS, informando a situação de risco social e negligência a que está exposta a idosa Maria Celeste da Conceição	<p>De início, elaborou-se a Medida de Proteção e oficiou-se à autoridade policial da DAGV/Barra dos Coqueiros.</p> <p>Prorrogou-se o Procedimento Administrativo.</p> <p>No entanto, diante da superveniência do óbito da SRA. MARIA CELESTE DA CONCEIÇÃO, a Promotora de Justiça promoveu o arquivamento do Procedimento Administrativo.</p> <p>As partes foram notificadas acerca do arquivamento.</p>

Procedimento Administrativo nº 04.23.01.0104	Procedimento Administrativo instaurado a partir do recebimento de representação formulada por Jenesson Carlos Santos Reis, informando a demora na liberação de exame de ressonância magnética do coração para a sua genitora, MARIA CONCEIÇÃO SANTOS, com 71 anos de idade, diagnosticada com insuficiência cardíaca.	De início, oficiou-se à Secretaria Municipal de Saúde. Tendo em conta a realização do exame de ressonância magnética da Sra. Maria Conceição, a Promotora de Justiça promoveu o arquivamento do procedimento. As partes foram notificadas acerca do arquivamento. Por fim, foi lançada certidão de que não houve interposição de recurso
--	---	--

No Relatório Preliminar de Correição Ordinária nº 31/2024, a Corregedoria-Geral determinou, no prazo de 90 (noventa) dias, que:

1) fosse conferido impulso aos procedimentos extrajudiciais, para que não ficassem com mais de 90 dias, sem movimento efetivo (art. 32-A da Resolução nº 008/2015 – CPJ);

2) se priorizasse os procedimentos extrajudiciais instaurados há mais de 03 anos, objetivando dar-lhes resolutividade, uma vez que tramitam há um período longo, a partir de entendimento do CNMP⁴ (PROEJs nºs 04.15.01.0015, 04.15.01.0059, 04.16.01.0051, 04.16.01.0053, 04.18.01.0018, 04.18.01.0029, 04.19.01.0004, 04.19.01.0007, 04.19.01.0016, 04.19.01.0035, 04.19.01.0039, 04.19.01.0063, 04.20.01.0006, 04.20.01.0007, 04.20.01.0012, 04.20.01.0025, 04.20.01.0027, 04.20.01.0045);

3) se priorizasse a resolução das demandas extrajudiciais dos PROEJs nºs 04.15.01.0015, 04.15.01.0059, 04.16.01.0051, 04.16.01.0053, 04.18.01.0018, 04.18.01.0029, 04.19.01.0004, 04.19.01.0007, 04.19.01.0016, 04.19.01.0035, 04.19.01.0039, tendo em vista terem sido instaurados há mais de 05 (cinco) anos, nos termos da Recomendação nº 02/2023⁵, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe, de 09 de março de 2023.

4 Processo CNMP nº 0.00.000.000044/2015-24. “É cediço que o membro do Ministério Público deve realizar seu ofício, não só com lealdade, presteza e diligência, como também com zelo, o que implica a observância dos instrumentos normativos aplicáveis ao caso concreto, notadamente no que se refere aos prazos procedimentais”.

5 O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE RESOLVE RECOMENDAR AOS PROMOTORES DE JUSTIÇA, respeitada a sua independência funcional, a adoção da seguinte medida: Atuação institucional, na perspectiva resolutiva, prestigiando a tramitação dos Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis e dos Inquéritos Cíveis instaurados há mais de 05 (cinco) anos, visando-se, dentro de um prazo razoável de 90 (noventa) dias, a resolução das correspondentes demandas extrajudiciais.

Em resposta ao Relatório Preliminar de Correição Ordinária, a Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana prestou informações acerca da atuação da 1ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros, por meio do expediente GED nº 20.27.0125.0000434/2024-19, nos seguintes termos:

Inicialmente, consoante já destacado no Relatório preenchido por esta Promotora de Justiça, antes da publicação da Resolução nº 011/2024, de 25/04/2024, a 1ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros detinha as atribuições relativas à curadoria do Controle e Fiscalização do Terceiro Setor; ao Patrimônio Público e à Previdência Pública; à Defesa da Ordem Tributária; ao Meio Ambiente Natural, Artificial e Cultural; aos Direitos do Consumidor e Fiscalização dos Serviços de Relevância Pública; aos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência; à Proteção dos Direitos da Mulher e ao Controle Externo da Atividade Policial – atribuições estas desempenhadas até 10/07/2024.

Após a publicação da Resolução nº 011/2024, esta Promotoria passou a atuar nas áreas relativas ao Controle e Fiscalização do Terceiro Setor, ao Meio Ambiente Natural, Artificial e Cultural, aos Direitos do Consumidor e Fiscalização dos Serviços de Relevância Pública, à tutela do direito à privacidade e proteção dos dados pessoais, aos Direitos dos Idosos e da Pessoa com Deficiência e à Proteção dos Direitos da Mulher – atribuições desempenhadas a partir de 11/07/2024.

Como bem ressaltado na Resolução nº 011/2024, os procedimentos extrajudiciais iniciados nesta Promotoria aqui devem ser concluídos. Apenas a partir de 11/07/2024, com o start na distribuição de processos para a 3ª Vara Cível e Criminal de Barra dos Coqueiros e a correlata instalação da 3ª Promotoria de Justiça de Barra, é que a 1ª Promotoria de Barra perdeu a atribuição de defesa do patrimônio público, o que ainda não refletiu em diminuição da árdua atividade extrajudicial realizada diariamente, já que não houve a redistribuição dos procedimentos.

Nesse quadro, a atividade extrajudicial de Proteção do Patrimônio Público e Social é a mais complexa de todas as curadorias, porque envolve investigação técnica, documental e de muito conhecimento técnico. Faz-se necessária uma melhor estruturação do ponto de vista técnico e de assessoramento para a 1ª Promotoria de Barra dos Coqueiros, porque são questões de extrema complexidade fática, probatório e jurídica, além da sensibilidade política e social.

Dentro desse panorama, vale ressaltar que, atualmente, tramitam no sistema PROEJ 109 procedimentos extrajudiciais, a saber: 15 Procedimentos Preparatórios de Inquérito Civil, 85 Inquéritos Cíveis e 09 Procedimentos Administrativos.

Dos 85 Inquéritos Cíveis, 07 foram concluídos, mediante Arquivamento, tendo retornado à 1ª Promotoria apenas para cumprimento das diligências determinadas pelo Conselho Superior do Ministério Público.

No período de 01/08/2023 a 11/09/2024, foram finalizados 122 procedimentos, sendo 08 deles mediante o ajuizamento de Ação Civil Pública e 78 mediante Arquivamento com Remessa ao Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do relatório em anexo colhido no sistema PROEJ.

Também consoante relatório extraído do sistema PROEJ, no período de 01/08/2023 a 11/09/2024, o quantitativo de trâmite realizado por esta Promotora nos procedimentos extrajudiciais em tramitação perfaz o número de 1.687 trâmites – unicamente na 1ª Promotoria de Barra dos Coqueiros, conforme relatório anexo.

Já no histórico de movimentação da 1ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros, consoante o relatório em anexo, também no período supracitado, foram realizados 3.595 movimentos.

Já em relação ao sistema MPEXTRA, o registro do primeiro procedimento – Notícia de Fato – deu-se em 09/04/2024 e hoje, o sistema conta com, 51 procedimentos cadastrados, de modo que, em 05 meses, foram registrados nesta Promotoria 51 procedimentos.

Atualmente, o panorama do MPEXTRA se apresenta com 09 procedimentos encerrados, 05 arquivados, e em andamento 25 Notícias de Fato, 06 Procedimentos Preparatórios de Inquérito Civil e 05 Procedimentos Administrativos.

Não se desconhece que a Resolução nº 008/2015 – CPJ dispõe que a movimentação de cada procedimento deve respeitar o ciclo máximo de 90 dias. Entrementes, diante do elevado número de procedimentos extrajudiciais tramitando perante 1ª Promotoria de Barra dos Coqueiros, por conta da crescente demanda diária, postula-se que a atuação seja considerada positiva, tendo em vista que a atribuição atinente à Curadoria do Patrimônio Público conta com procedimentos com grande volume de documentos, alguns chegando ao volume de 2.000 a 3.500 laudas – 10 volumes físicos, que demandam dedicação e tempo consideráveis para análise documental.

A guisa de exemplo, em um procedimento que tem 3.000 - 3.500 laudas, a partir da juntada da resposta, e tendo em vista os outros procedimentos em andamento, a tramitação, indubitavelmente, faz-se de forma mais paulatina, a fim de evitar a paralisação dos outros procedimentos, o que não é concebível, seja do ponto da necessidade de fornecer uma resposta à sociedade, seja pela vedação imposta na Resolução nº 008/2015 – CPJ.

Ressalte-se ainda que, diversos procedimentos, principalmente os atinentes ao Patrimônio Público, demandam a realização de perícia técnica ou solicitação de emissão de nota técnica aos Grupos de Apoio, o que, por necessidade técnica, deixam o procedimento sem realização de diligências ou conclusão efetiva por lapso mais elástico de tempo.

Não obstante o panorama das atividades extrajudiciais acima apresentadas, cumpre salientar que paralelamente esta Promotora conta ainda com a intensa atuação judicial junto à 1ª Vara Cível e Criminal de Barra dos Coqueiros, sendo no período de 01/08/2023 a 11/09/2024, segundo o relatório MPJUD em anexo, concretizados 3.976 movimentos apenas na 1ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros, dentre eles: 577 audiências, 2.237 manifestações – alegações finais, razões e contrarrazões, denúncias, interposição de recursos e manifestações em geral; com total de 4.257 movimentos desta Promotora ao se computar também as demais promotorias nas quais substituiu, no período indicado.

Cumprir destacar que, mesmo havendo remarcação, adiamento ou abertura da sessão de júri para consignar a impossibilidade de realização – os júrís, na 1ª Vara Cível e Criminal de Barra dos Coqueiros, via de regra, são realizados a cada 15 dias, o que demanda preparação prévia e necessita da disponibilidade desta Promotora durante todo o período de realização do júri.

No mais, conforme certidão cartorária enviada, a 1ª Vara Cível e Criminal da Barra dos Coqueiros possui em tramitação 4.504 processos.

A despeito da existência desse cenário, esta Promotora de Justiça vem incansavelmente desempenhando diuturnamente suas atribuições ministeriais com afincamento e abnegação, razão pela qual não apresentou nenhum processo com prazo superior a 30 dias no gabinete no que atine à atuação judicial e situações bem específicas foram apontadas no relatório avaliador da atividade extrajudicial, tendo em vista o elevado volume numérico de procedimentos - alguns extremamente extensos e de análises densas.

Aqui um adendo é importante: tendo em vista o elevado quantitativo de procedimentos extrajudiciais em trâmite nesta 1ª Promotoria de Barra dos Coqueiros, o impulso dos procedimentos é feito com base na ferramenta do sistema - PROEJ e MPEXTRA - de relatório de última movimentação, não se afigurando, no momento, outra forma de controle do prazo máximo de 90 dias para movimento efetivo, tendo em vista a rotina assoberbada da 1ª Promotoria em questão.

Nesse quadro, diante da elevada quantidade mensal de processos judiciais remetidos com vistas ao gabinete da 1ª Promotoria de Barra dos Coqueiros, aliada à intensa atividade extrajudicial existente no âmbito das Curadorias inerentes à 1ª Promotoria, na medida do humanamente possível e com os recursos que são disponibilizados, postula-se mais uma vez que seja considerada positiva a atuação deste Membro Ministerial titular da 1ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros.

No que concerne aos procedimentos extrajudiciais instaurados há mais de 05 (cinco) anos, a Promotora de Justiça correicionada esclareceu que dos 11 (onze) procedimentos instaurados há mais de 05 anos, “04 (quatro) são apenas para cumprimento das diligências determinadas pelo Conselho Superior do Ministério Público - 04.15.01.0015, 04.16.01.0051, 04.16.01.0053, 04.18.01.0018; além disso, na data presente, 04 já foram finalizados - 04.15.01.0059, 04.19.01.0004, 04.19.01.0007, 04.19.01.0016 - , os demais ainda demandam diligências ou estão aguardando prazos de publicação de editais ou concedidos às partes para cumprimento de atos/informações, imprescindíveis à finalização do procedimento”.

A Corregedoria Geral observou que os Inquéritos Cíveis nºs 04.15.01.0015, 04.16.01.0053, 04.18.01.0018, 04.19.01.0016 e 04.20.01.0006, foram arquivados com remessa ao Conselho Superior do Ministério Público, conforme resenhas anexas.

Por sua vez, os Inquéritos Cíveis nºs 04.15.01.0059, 04.19.01.0004, 04.19.01.0007, 04.20.01.0007 e 04.20.01.0025, foram encerrados, diante do

ajuizamento das Ações Cíveis Públicas tombadas, respectivamente, sob os números 202490300599, 202490300867, 202490300808, 202490301170 e 202490300888, conforme resenhas anexas.

Em relação aos demais procedimentos extrajudiciais (04.16.01.0051, 04.18.01.0029, 04.19.01.0035, 04.19.01.0039, 04.19.01.0063, 04.20.01.0012, 04.20.01.0027, 04.20.01.0045), a Corregedoria-Geral verificou o regular andamento dos mesmos, tendo sido determinadas diligências que efetivamente impulsionam os autos, conforme resenhas anexas.

Da análise do Painel Gerencial e dos relatórios do sistema PROEJ da 1ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros quando da elaboração do presente Relatório Final de Correição Ordinária, verificou-se a inexistência de procedimentos extrajudiciais fora do prazo ou sem movimentação há mais de 90 (noventa) dias.

Diante o exposto, a Corregedoria Geral verificou que a Promotora de Justiça Ana Paula Souza Viana atendeu às determinações constantes do Relatório Preliminar de Correição Ordinária nº 31/2024.

7) ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Relatórios	Em dia	Pendente	Sem Atribuição
MPJUD	X		
CITT (Interceptações Telefônicas) – Res. 36/CNMP	X		
Atividade Eleitoral			X

7.1) Observações Gerais – Sistemas

Verificou-se que os sistemas da 1ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros estavam sendo devidamente alimentados.

O Sistema MPEXTRA foi implementado na 1ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros, em 02/04/2024, o referido sistema ainda não possui ferramenta disponível para gerar relatórios de atividades.

8) VISITAS

8.1 VISITAS A DELEGACIAS DE POLÍCIA (X) Sim () Não () Sem atribuição

8.2 VISITAS A PRESÍDIOS () Sim () Não (X) Sem atribuição

8.3 VISITAS A ENTIDADES DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO () Sim () Não (X) Sem atribuição

8.4 VISITAS A UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS () Sim () Não (X) Sem atribuição

8.5 VISITAS A INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS () Sim (X) Não () Sem atribuição **OBS.: Não há instituição de longa permanência de idosos na Comarca de Barra dos Coqueiros).**

8.6 VISITAS A UNIDADES DE EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO () Sim () Não (X) Sem atribuição

8.7 OUTRAS VISITAS EXTERNAS () Sim (X) Não

9) ELOGIOS, PRÊMIOS, CURSOS E CONGRESSOS

9.1) Participou de seminário(s), congresso(s), curso(s) de pós-graduação, curso(s) de aperfeiçoamento e capacitação realizados pela Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público ou pelas Escolas Institucionais do Ministério Público, e/ou realizou publicação(ões) de livro(s) relacionado(s) com as suas atividades institucionais, nos últimos 365 dias de efetivo exercício funcional?

Resposta: SIM.

PARTICIPAÇÃO: XXV CONGRESSO NACIONAL DO MP SALVADOR - CONAMP

ELOGIO : PLACA DA COMISSÃO DE APP DE BARRA DOS COQUEIROS – FOTO ANEXA

10) AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA ATUAÇÃO FUNCIONAL

Descrever e especificar as atividades desenvolvidas, inclusive em outros órgãos onde atua/atuou.		Descrição da atividade desenvolvida
10.1 Exercício da função pedagógica da cidadania:⁶ Ministrou aulas, palestras, conferências e cursos, sem	() Sim (X) Não	Especificar: Não há registro de reuniões fora do ambiente do fórum local no último ano correccionado.

6 Realização de palestras em escolas, associações, Ong's, clubes, etc.


MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

remuneração, e/ou manteve diálogo com a população ou com sociedade civil organizada por meio de reuniões, encontros, entrevistas, mesas redondas, etc. relacionados às atribuições da Promotoria de Justiça, com o objetivo de promover as atividades do Ministério Público?		
10.2 Realização periódica de audiências públicas⁷	() Sim (X) Não	Especificar: Apenas audiências extrajudiciais realizadas no gabinete da Promotoria.
Tem interlocução com ou fiscaliza a atuação dos Conselhos de Controle Social (Conselhos Municipais nas áreas de saúde, educação, assistência social, idoso, meio ambiente, infância e juventude, pessoas com deficiência, consumidor etc.)?	(X) Sim () Não	Especificar: Procedimentos Administrativos nº 20240212500000013 – fiscalização do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.
Existe, por parte da Promotoria de Justiça, articulação institucional externa, consistente em atuação conjunta, diálogo, cooperação e compartilhamento de informações com órgãos externos ao Ministério Público?	(X) Sim () Não	Especificar: Com o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, como ocorreu com o compartilhamento de informações e documentos com a Corte em relação ao Inquérito Civil nº 04.21.01.0037; Com o Ministério Público do Trabalho; Com a Secretaria de Segurança Pública/SE (Polícia Civil, DEOTAP, DIPOL) e o Comando da Polícia Militar /SE; Com o Pelotão Ambiental; Com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, de Assuntos Jurídicos, Obras etc.
10.3 Combater as causas que geram desigualdades⁸	(X) Sim () Não	Especificar: Na Curadoria do Patrimônio Público, implementando investigações na tentativa de diminuir o processo epidêmico de corrupção, inibe-se o desvio de verbas públicas, permitindo o seu emprego na destinação legal, notadamente efetivação dos direitos sociais (educação, saúde, moradia, assistência, social, meio ambiente etc), colaborando para a redução das desigualdades sociais na medida em que os recursos públicos atingem a sua finalidade social.
10.4 Incentivo ao controle de	(X) Sim () Não	Especificar:

7 Espaço dialógico da Democracia. Ouvir a comunidade, colher propostas e prestar contas de seu trabalho.

8 Exercício da função extrajudicial de modo interdisciplinar, ou seja, dialogando com os demais ramos do conhecimento científico e se utiliza, em procedimentos judiciais e extrajudiciais, indicadores sociais como prova.

constitucionalidade⁹		Inquérito Civil com representação ao PGJ: IC PROEJ 04.22.01.0001
10.5 Fiscalização do cumprimento das sentenças de procedência proferidas em ações promovidas pelo MP	(X) Sim () Não	Especificar: Com vistas dos autos ou mediante provocação das partes interessadas da própria sociedade civil, bem como dos órgãos de controle do MP/SE e CNMP; Além de consultas periódicas ao sistema processual do TJ/SE.
10.6 Incentivar o cumprimento da Resolução 118 do CNMP: priorização da resolução consensual das demandas	(X) Sim () Não	Especificar: No âmbito criminal, em tratativas visando celebrações de ANPP; No cível, postulando pela realização de audiência especial de conciliação a que alude art 139, inciso V, e art. 3º, §§2º e 3º, do NCPC, bem assim, no âmbito de audiências públicas em gabinete, com as partes envolvidas, e também tentativas de celebração de ANPC (ainda sem êxito).
10.7 Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social no último ano	(X) Sim () Não	Especificar: Processo de homicídio de líder do movimento social SOS Emprego/Barra (processo 201890001139) ACP aforada pelo MP no combate às contratações reiteradas de escritórios de advocacia, com inexigibilidade de licitação, em desfavor das Procuradorias Jurídicas Municipais (processo nº 202390001818)

10.8 Autoavaliação do membro da efetividade de sua atuação judicial e extrajudicial na comarca

A Promotora de Justiça registrou:

Diante da elevada quantidade mensal de processos judiciais remetidos com vistas à 1ª promotoria, aliada à intensa atividade extrajudicial existente no âmbito das curadorias da referida promotoria, na medida do possível e com os recursos que são disponibilizados, entendo como positiva a atuação deste membro titular da 1ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros.

10.8.1 Como o membro avalia o impacto de sua atuação judicial?

Resposta: **A atuação no âmbito judicial almeja diariamente a celeridade e efetividade das demandas em curso.**

10.8.2 Como avalia o impacto de sua atuação extrajudicial na proteção dos direitos coletivos violados na comarca?

⁹ Uso de recomendação dirigida ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, com o objetivo de provocar o controle preventivo de constitucionalidade e de representação dirigida ao Procurador-Geral de Justiça ou ao Procurador-Geral da República, com o intuito de promover o controle concentrado de constitucionalidade.

Resposta: A avaliação é positiva, face a extensa atribuição extraprocessual desenvolvida no âmbito das curadorias. Entretanto, considerando que a defesa do patrimônio público evidencia uma extrema complexidade técnica das demandas apresentadas nos diversos inquéritos civis em tramitação, entendo que se faz necessário o apoio institucional técnico especializado, para auxiliar o promotor natural no âmbito das investigações, porque são questões de extrema complexidade fática, probatória e jurídica, além da sensibilidade política e social. Há necessidade também de um órgão pericial com condições de atender as demandas probatórias que os casos exigem.

() Prejudicado

11) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

11.1) A atuação da Promotoria de Justiça está, de algum modo, alinhada ao planejamento estratégico da Instituição?

Resposta: SIM, embora não de forma sistematizada, a Promotoria possui diversos procedimentos extrajudiciais em curso no sistema PROEJ alinhados ao planejamento estratégico, conforme relação do item 11.3. abaixo, conquanto não possua projeto ou programa de atuação específico.

(X) SIM. Informar e especificar se possui projeto, programa de atuação ou prática equivalente e, nesses casos, em que fase de implementação/execução se encontram:

() NÃO

() Não sabe informar

11.1) Desenvolve ou apoia algum projeto ou programa de interesse social para a Comunidade?	() Sim
	(X) Não
11.2) Se desenvolver algum projeto ou programa de interesse social, citar qual(uais):	
Não foram prestadas informações pela Promotora de Justiça.	
11.3) Relação dos procedimentos extrajudiciais (PROEJ) com atuação dentro do planejamento estratégico:	
04.21.01.0014 04.21.01.0035 04.21.01.0009 04.21.01.0010 04.21.01.0034 04.22.01.0042 04.21.01.0047 04.21.01.0032 04.21.01.0048 04.21.01.0015 04.21.01.0029 04.21.01.0012 04.21.01.0037 04.21.01.0068 04.21.01.0064 04.19.01.0007 04.20.01.0007 04.21.01.0071 04.20.01.0025 04.23.01.0018 04.18.01.0018	

04.19.01.0035

04.19.01.0063

04.19.01.0039

04.18.01.0029

04.22.01.0025

11.4) Observações gerais/Justificativa

Não foram prestadas informações pela Promotora de Justiça.

12) OBSERVAÇÕES GERAIS E DIFICULDADES ENFRENTADAS:

A Promotora de Justiça informou:

12.1) Ausência de espaço físico próprio destinado com exclusividade à equipe de apoio (servidores) da 1ª Promotoria de Barra dos Coqueiros, que necessita dividir o mesmo espaço físico com os demais servidores da 2ª e 3ª Promotorias de Justiça de Barra dos Coqueiros.

12.2) Ausência de senha individual para o(a) estagiário(a) da Promotoria acessar o sistema processual do TJ/SE.

12.3) Ausência de um sistema de transcrição fidedigno da prova oral produzida em audiências especialmente criminais – A prova oral produzida durante as audiências realizadas no âmbito do Poder Judiciário é coletada mediante gravação de mídia de áudio e imagem, de modo que não se reduz mais a termo as declarações e testemunhos produzidos em audiência. Assim, para a produção das manifestações ministeriais, a equipe de apoio precisa degravar as audiências, especialmente as de natureza criminal, demandando um valioso tempo dos servidores, que gastam horas e horas na atividade, quando poderiam estar de fato realizando trabalho técnico-jurídico. Assim, de modo a tornar o trabalho da equipe de apoio mais eficiente, necessário se faz a criação de um sistema de transcrição fidedigno para degravação da prova oral produzida em audiências judiciais.

12.4) SESSÕES DE JÚRI - No período de 01 (um) ano antes da correição, foram realizados 06 (seis) sessões do júri, sendo que 04 (quatro) deles foram realizados por outros Membros, em virtude de férias e afastamentos deste Membro correicionado (processo nº 202190000346 – em 17/04/2024; processo nº 201590002629 – em 21/03/2024; processo nº 199990020079 – em 14/09/2023 e processo nº 201590000932 – em 17/08/2023). Assim, o Membro correicionado realizou os júris dos processos nº 201590000555, realizado em 07/12/2023 e nº 201690001036, realizado em 19/10/2023, razão pela qual envia junto ao relatório somente a ata das sessões desses dois júris.

12.5) AUSÊNCIA DE ESPAÇO PARA REALIZAR SESSÕES DE JURI NO FÓRUM DE BARRA DOS COQUEIROS - Importante registrar que a realização das sessões de júris da comarca restaram prejudicadas pelas reformas de ampliação

realizadas no fórum de Barra dos Coqueiros para a instalação da 3ª Vara Cível e Criminal e da 3ª Promotoria de Justiça, que se iniciaram em dezembro de 2023 e somente foram concluídas em março de 2024.

Frise-se ainda que todos os júris designados a partir de maio/2024 foram remarcados, em virtude da impossibilidade de realização por falta de local, tendo em vista que o fórum de Barra dos Coqueiros deixou de contar com salão de júri, sendo necessária a colaboração da Câmara Municipal de Vereadores para ceder o seu auditório de eventos para realização das sessões plenárias.

Destaque-se que o Tribunal de Justiça Sergipano “emprestou” um dos salões de juri situados no Gumerindo Bessa para realizar o juri ocorrido em março/2024, tendo negado o empréstimo do referido espaço para outras/novas sessões.

Recentemente, após ajuste prévio com a Câmara Municipal, foi **redefinida a pauta de juris para o restante do ano de 2024, a se iniciar em 28/08/24, já designados – até então - 06 (seis) juris até o final do ano/2024 para realização na Casa Legislativa Municipal.** Para o ano de 2025, já existem 08 (oito) juris apenas aguardando designação de data para realização.

No tocante a essas sessões de juri que serão realizadas na Câmara Municipal, a grande preocupação da presente Promotora de Justiça diz respeito à SEGURANÇA, especialmente porque o local não conta com estacionamento próprio (interno), de forma que o automóvel deverá ficar estacionado na rua, com acessos de entrada e saída do local pela própria rua, o que implica em acentuada vulnerabilidade do membro ministerial em atuação no plenário.

12.6) ANPP’S - este Membro envia somente três acordos realizados e homologados, tendo em vista que as propostas são formuladas em audiência una e as consequentes homologações ocorrem na própria audiência, não tendo este Membro como enviar relatório fidedigno acerca do número de acordos formulados no último ano, por absoluta falta de dados concretos. Vale ressaltar ainda que o SEEU e o MPJUD não fornecem relatórios acerca dos ANPP’S celebrados. No mais, somente os acordos em que o beneficiado reside na Barra dos Coqueiros são pela Promotoria registrados, caso contrário são enviados para as devidas Promotorias da localidade onde o réu tenha fixado residência, por intermédio da PGJ.

12.7) MPEXTRA – Procedimentos fora do prazo. No sistema constam como procedimentos fora do prazo as **notícias de fato nº 20240212500000028 e nº 20240212500000018**. Os procedimentos se encontram arquivados, aguardando o transcurso de prazo para interposição de recurso à decisão de arquivamento, nos termos do art. 3º, §3º, da Resolução nº 008/2015 – CPJ. O sistema da forma como foi programado somente para de correr o prazo do procedimento arquivado com o despacho de encerramento. Ou seja, o procedimento - mesmo já arquivado - fica fora do prazo, até que se encerre definitivamente e vá para a aba de procedimentos encerrados. A exemplo do que ocorre com a notícia de fato nº 20240212500000028, que continuará fora do prazo até que transcorra o prazo do edital de notificação, que é de 30 dias.

12. 8) PEÇAS – TABELA ITEM 10.7 e ITEM 6.3 – Em que pese as peças terem sido apresentadas ao Poder Judiciário em lapso temporal fora do requisitado no formulário da Correição de 2024, encaminho-as junto ao relatório, tendo em vista a repercussão social do caso, que versou sobre o homicídio de BARRIGA, líder do SOS EMPREGO Movimento Social, mediante paga de recompensa (processo nº 201890001139); tendo em vista seu objeto visando coibir a prática reiterada de contratação de escritórios de advocacia pelo Município de Barra dos Coqueiros/SE para a prestação de serviços de assessoria jurídica em detrimento da realização de concurso público para o cargo de Procurador do Município.

12.9) NECESSIDADE DE MAIS 01 ANALISTA OU ASSESSOR DE PROMOTOR para auxiliar nos inúmeros atos instrutórios e resolutividade da elevada demanda extraprocessual registrada nos sistemas PROEJ/MPEXTRA, bem assim, no alto quantitativo de processos judiciais mensalmente com vistas para a 1ª Promotoria de justiça de Barra dos Coqueiros, ainda que isso signifique em diferença do número de servidores de apoio lotados nas três Promotoriais de Justiça existentes atualmente na Barra dos Coqueiros (*tratar desigualmente os desiguais – princípio da igualdade*). Há anos esta 1ª Promotoria aponta a desigualdade fática existente entre as 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Barra dos Coqueiros, em razão das demandas peculiares de cada uma, perceptível facilmente diante dos díspares números registrados de procedimentos extrajudiciais instaurados e/ou encerrados, e processos judiciais recebidos e devolvidos num mesmo período de tempo. Por fim, registro que no início deste ano (2024), deixou de compor a equipe de apoio da 1ª Promotoria uma antiga técnica efetiva lotada há anos na 1ª Promotoria e as condições intensas de trabalho das curadorias inerentes à 1ª Promotoria afugentam servidores da própria instituição, tanto que o processo de remoção interna dos técnicos foi deserto, tendo sido então lotada na 1ª Promotoria uma técnica efetiva vinculada ao Grupo de Apoio até o momento.

12.10) Por fim, registro que uma das piores dificuldades enfrentadas diz respeito à **atuação da 1ª Promotoria no âmbito do Patrimônio Público** – embora a curadoria do Patrimônio Público tenha sido transferida para a 3ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros recentemente (desde 11/07/2024), não houve a redistribuição dos procedimentos extrajudiciais antigos. Ocorre que os procedimentos envolvendo patrimônio público envolvem situações normalmente complexas, que demandam uma equipe técnica especializada de apoio e recursos externos. As Promotorias do interior não contam equipe técnica especializada própria. Os setores atualmente existentes na Instituição necessitam oferecer um suporte técnico mais ágil, já que normalmente os prazos para resposta às solicitações de informações técnicas e perícias são elásticos, o que compromete a resolutividade do procedimento/ investigação extrajudicial em curso. De arremate, de fundamental importância seria a implementação de um modelo de apoio institucional e auxílio direto às promotorias do interior com atribuições na curadoria do patrimônio público, por se tratar de temática complexa e sensível que em geral demanda tempo e análise especializada criteriosa. Sugere-se a implementação de uma Promotoria Regional Especializada na Curadoria do Patrimônio Público, contando

com Promotores do Patrimônio Público especializados, trabalhando de forma conjunta, a fim de alcançar resultados relevantes na temática.

13) OBSERVAÇÕES DA CORREGEDORIA GERAL SOBRE OS ITENS 10 E 11

A Resolução nº 149, de 26 de julho de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público, ao dispor em seu artigo 4º sobre os aspectos a serem observados nas correições, ressalta a necessidade de verificação qualitativa das manifestações do membro (inciso IX); a avaliação dos impactos sociais da atuação do membro, por meio de indicadores (inciso IX); a cooperação na implementação da Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva (inciso IX); o comparecimento em reuniões em conselhos de controle social (inciso XIII); as experiências inovadoras e atuações de destaque (inciso XV); a avaliação do desempenho funcional, verificando-se, inclusive, a participação e a colaboração efetiva nas atividades da unidade (inciso XVI) e o cumprimento regular de projetos estratégicos, inclusive no que refere ao tempo dedicado a eles (XVIII).

O exame desses aspectos é crucial para contribuir com o aprimoramento das atividades do Ministério Público de Sergipe e, conseqüentemente, o alcance da sua missão institucional, estabelecida coletivamente, e que significa o compromisso da Instituição com os seus deveres e funções constitucionais (art. 127 e 129, *caput*, da Constituição) e com a eficiência da Administração Pública (art. 37, *caput*, da Constituição).

Neste sentido, a Administração Superior, inspirada na Carta de Brasília, que estabelece como diretrizes estruturantes, dentre outras, a “concepção do Planejamento Estratégico como garantidor da Unidade do Ministério Público”, a “criação de mecanismos que possibilitem a atuação prioritária do agente político do Ministério Público, em consonância com as metas apontadas no Planejamento Estratégico, nos Planos de Atuação e nos Projetos Executivos” e o “estabelecimento da prática

institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada, e com monitoramento, para verificar a sua efetividade”, tem estimulado os diversos órgãos que integram o MPSE, a participarem ativamente da consecução dos seus objetivos institucionais, a exemplo da criação do Programa “*Vamos Impulsionar o Planejamento Estratégico – VIPE*”, com vistas a estimular a participação e o engajamento dos membros e servidores do MPSE na execução do Planejamento Estratégico da Instituição (Resolução Conjunta nº 022/2020 – CPJ/CSMP).

Diante do exposto, no item referente à avaliação qualitativa, o Membro do Ministério Público informou promover as atividades especificadas nos subitens 10.2, 10.3, 10.4, 10.5, 10.6 e 10.7, descrevendo as atividades desenvolvidas, em compasso com as atribuições da 1ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros.

Quanto à atuação da Promotoria de Justiça, alinhada ao Planejamento Estratégico do MPSE, que constitui ferramenta essencial da Instituição, para o atingimento do seu mister, a Promotora de Justiça elencou os procedimentos extrajudiciais que tramitam na Promotoria com atuação dentro do planejamento estratégico.

Além disso, informou não desenvolver ou apoiar projeto ou programa de interesse social para a Comunidade.

Neste sentido, a Corregedoria Geral destaca a importância do Membro do Ministério Público avaliar as metas e as prioridades do Planejamento Estratégico 2022-2031 do MPSE, levando em consideração as necessidades, as possibilidades e as atividades do contexto econômico, social, ambiental e temporal da localidade da Promotoria de Justiça, desenvolvendo projetos e práticas alinhadas às prioridades da Instituição.

14) REGISTRO FOTOGRÁFICO



15) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, quanto às demandas apresentadas relativas à questão da inadequação das instalações da Promotoria de Justiça, à insuficiência da estrutura de apoio, bem como a necessidade de uma equipe técnica especializada de apoio na atuação dos procedimentos extrajudiciais no âmbito do Patrimônio Público, o presente relatório foi encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça, para conhecimento e adoção das providências que entender pertinentes (GED nº 20.27.0249.0000437/2024-18).

Na presente Correição, verificou-se que não havia nenhum processo judicial, com carga/vista, à Promotoria de Justiça, há mais de 30 dias, em gabinete, nem fora do prazo estimado para manifestação, estando os serviços judiciais, atualizados.

No Relatório Preliminar de Correição, a Corregedoria Geral determinou o cumprimento das medidas abaixo assinaladas, em relação aos procedimentos extrajudiciais:

a) fosse conferido impulso aos procedimentos extrajudiciais, para que não ficassem com mais de 90 dias, sem movimento efetivo (art. 32-A da Resolução nº 008/2015 – CPJ);

b) se priorizasse os procedimentos extrajudiciais instaurados há mais de 03 anos, objetivando dar-lhes resolutividade, uma vez que tramitam há um período longo, a partir de entendimento do CNMP¹⁰ (PROEJs nºs 04.15.01.0015, 04.15.01.0059, 04.16.01.0051, 04.16.01.0053, 04.18.01.0018, 04.18.01.0029, 04.19.01.0004, 04.19.01.0007, 04.19.01.0016, 04.19.01.0035, 04.19.01.0039, 04.19.01.0063, 04.20.01.0006, 04.20.01.0007, 04.20.01.0012, 04.20.01.0025, 04.20.01.0027, 04.20.01.0045);

c) se priorizasse a resolução das demandas extrajudiciais dos PROEJs nºs 04.15.01.0015, 04.15.01.0059, 04.16.01.0051, 04.16.01.0053, 04.18.01.0018, 04.18.01.0029, 04.19.01.0004, 04.19.01.0007, 04.19.01.0016, 04.19.01.0035, 04.19.01.0039, tendo em vista terem sido instaurados há mais de 05 (cinco) anos, nos termos da Recomendação nº 02/2023¹¹, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe, de 09 de março de 2023.

Diante da análise do Sistema PROEJ da 1ª Promotoria de Justiça de Baara dos Coqueiros e após envio das informações prestadas pela Promotora de Justiça correicionada (GED nº 20.27.0125.0000434/2024-19), constatou-se o cumprimento das determinações constantes no Relatório Preliminar de Correição Ordinária nº 31/2024.

10 Processo CNMP nº 0.00.000.000044/2015-24. “É cediço que o membro do Ministério Público deve realizar seu ofício, não só com lealdade, presteza e diligência, como também com zelo, o que implica a observância dos instrumentos normativos aplicáveis ao caso concreto, notadamente no que se refere aos prazos procedimentais”.

11 O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE RESOLVE RECOMENDAR AOS PROMOTORES DE JUSTIÇA, respeitada a sua independência funcional, a adoção da seguinte medida: Atuação institucional, na perspectiva resolutiva, prestigiando a tramitação dos Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis e dos Inquéritos Cíveis instaurados há mais de 05 (cinco) anos, visando-se, dentro de um prazo razoável de 90 (noventa) dias, a resolução das correspondentes demandas extrajudiciais.

CONCEITO – Art. 74 da Resolução nº 005/2014 – CPJ

A Correição destina-se à análise da atividade funcional e da conduta pública e particular dos membros do Ministério Público (art. 70 da Resolução nº 005/2014 – CPJ). A atribuição de conceito deve ocorrer, de forma fundamentada, nos termos do parágrafo único do art. 74, da referida Resolução.

Em relação à forma e à qualidade de redação das peças processuais analisadas (Item 4), verificou-se clareza, objetividade e profundidade dos textos jurídicos. De igual modo, constatou-se que a atividade judicial está regular. No dia da Correição, verificou-se que não havia nenhum processo judicial, com carga/vista, à Promotoria de Justiça, há mais de 30 dias, em gabinete, nem fora do prazo estimado para manifestação. Conceito: **ÓTIMO**.

Quanto ao desempenho Atividade Extrajudicial (Item 6), a 1ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros, após a publicação da Resolução nº 011/2024 - CPJ, passou a atuar nas áreas relativas ao Controle e Fiscalização do Terceiro Setor, ao Meio Ambiente Natural, Artificial e Cultural, aos Direitos do Consumidor e Fiscalização dos Serviços de Relevância Pública, à tutela do direito à privacidade e proteção dos dados pessoais, aos Direitos dos Idosos e da Pessoa com Deficiência e à Proteção dos Direitos da Mulher – atribuições desempenhadas a partir de 11/07/2024. Após análise correicional, **a Corregedoria Geral orienta que continue a priorizar os procedimentos extrajudiciais instaurados há mais de 03 anos, objetivando dar-lhes resolutividade (PROEJs nºs 04.16.01.0051, 04.18.01.0029, 04.19.01.0035, 04.19.01.0039, 04.19.01.0063, 04.20.01.0012, 04.20.01.0027, 04.20.01.0045).** Conceito: **ÓTIMO**.

Sobre o desempenho na utilização dos sistemas (Itens 7 e 8), verificou-se que os sistemas da Promotoria de Justiça estavam sendo devidamente alimentados. Conceito: **ÓTIMO**.

Quanto à avaliação qualitativa, o Membro do Ministério Público informou promover as atividades especificadas nos subitens 10.2, 10.3, 10.4, 10.5, 10.6 e 10.7, descrevendo as atividades desenvolvidas, em compasso com as atribuições da 1ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros. Conceito: **ÓTIMO**.

No item 11, na avaliação do planejamento estratégico, considerando as atribuições da 1ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros, a Promotora de Justiça informou não desenvolver ou apoiar projeto ou programa de interesse social para a Comunidade, mas elencou os procedimentos extrajudiciais que tramitam na Promotoria com atuação dentro do planejamento estratégico. Conceito: **ÓTIMO**.

1. Forma e qualidade de redação das peças processuais analisadas: **ÓTIMO**
2. Desempenho Atividade Judicial: **ÓTIMO**
3. Desempenho Atividade Extrajudicial: **ÓTIMO**
4. Desempenho Utilização dos Sistemas: **ÓTIMO**
5. Avaliação Qualitativa: **ÓTIMO**

CONCEITO GERAL: ÓTIMO

Pelo exposto, determino o encaminhamento de cópia deste Relatório para conhecimento da Promotora de Justiça interessada, para, querendo, manifestar-se sobre seu teor, no prazo de 10 (dez) dias, e, após, seja levado ao conhecimento do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 126 da Lei Complementar Estadual 02/90, do art. 5º, § 2º, da Resolução nº. 149 – CNMP, arts. 10, XI e 85 do

Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe, e art. 64 do Regimento Interno da Corregedoria Geral.

Ressalta-se, por fim, que os trabalhos correcionais verificam a situação da unidade ministerial num determinado momento, e que, mesmo após a Correição, os(as) Promotores(as) de Justiça devem manter os serviços da Promotoria em dia e organizados.

Como não foram observadas pendências durante a correição, passado o prazo de resposta da Sra. Promotora de Justiça e após apreciação do relatório pelo CSMP, archive-se.

Aracaju, 04 de dezembro de 2024.

Jorge Murilo Seixas de Santana
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral do Ministério Público